Baixios de viadutos como desafio urbanístico:

uma leitura das “terras de ninguém” nos viadutos Alcântara Machado e do Glicério

Victor Martins de Aguiar

Victor Martins de Aguiar

Baixios de viadutos como desafio urbanístico:

uma leitura das “terras de ninguém” nos viadutos Alcântara Machado
e do Glicério

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo para a obtenção do título de Mestre
em Ciências.

Área de Concentração: História e Fundamentos
da Arquitetura e do Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Renato Cymbalista

**EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM
RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB
RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA
DO ORIENTADOR.**

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

email do autor: victormarq90@gmail.com

Aguiar, Victor Martins de

A282b Baixios de viadutos como desafio urbanístico: uma leitura das
“terras de ninguém” nos viadutos Alcântara Machado e do
Glicério / Victor Martins de Aguiar. -- São Paulo, 2017.
167 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: História e
Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.
Orientador: Renato Cymbalista

1.Espaço público 2.Viadutos 3.Baixio de viaduto 4.Comuns urbanos
I.Título

CDU 712.25

Nome:

AGUIAR, Victor Martins de.

Título:

Baixios de viadutos como desafio urbanístico: uma leitura das “terras de ninguém” nos viadutos Alcântara Machado e do Glicério.

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

APROVADO EM:**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Para as mulheres da minha família, pelo protagonismo e por sempre me mostrarem que a gente pode ser aquilo que quer.

Agradecimentos

No andamento deste Mestrado foram inúmeras conversas e as colaborações recebidas. Agradeço a todos que me incentivaram e se dispuseram a me ajudar. Enfim, agradeço:

Ao meu orientador, Renato Cymbalista, pelo cuidadoso e dedicado acompanhamento, o que contribuiu para meu crescimento como pesquisador.

Às professoras Giselle Beiguelman e Fraya Frehse, pelas contribuições no exame de qualificação.

À Vanessa Corrêa pela criteriosa revisão desse trabalho.

À Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, na figura de seus professores e funcionários, pelo apoio que deram ao desenvolvimento desse trabalho.

Aos atores sociais entrevistados, que aceitaram contribuir com a pesquisa e me revelaram um mundo desconhecido.

A meus pais, Donizete e Roseli, pelo amor incondicional, por acreditarem em meus sonhos e sempre se esforçarem para que eu os realizasse.

Aos meus avôs, Edvaldo e Anilva, pelo amparo e acolhimento.

Aos meus familiares, pelas palavras de apoio.

Aos amigos antigos, pela compreensão e pelo companheirismo.

Aos amigos novos da pós-graduação e do grupo de pesquisa, pelo conhecimento compartilhado e pelos momentos que sempre lembrarei.

À FAPESP, pelo financiamento que me permitiu a dedicação exclusiva à pesquisa (Processo 2015/07169-6).

Resumo

AGUIAR, Victor Martins de. **Baixios de viadutos como desafio urbanístico**: uma leitura das “terras de ninguém” nos viadutos Alcântara Machado e do Glicério. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Este trabalho ocupa-se das áreas inferiores de viadutos, os chamados *baixios*. Tratados quase sempre pelo poder público e pela literatura acadêmica como espaços residuais, os baixios de viadutos não foram considerados historicamente como recursos territoriais passíveis de utilização pública. Mas, como na metrópole não existem espaços inteiramente desocupados, os baixios exibem usos e ocupações, ainda que pautados na informalidade. Diversos grupos fazem desses territórios locais de encontros e de atividades no curso diário de suas vidas, dotando-os, ao transgredir seu uso original, de qualidades não previstas.

Ao analisar os usos e as ocupações nos baixios dos viadutos Alcântara Machado e do Glicério, em São Paulo, esta dissertação procura mostrar a complexidade de territórios que, justamente por serem intersticiais, constituíram-se como oportunidades para atuações espontâneas promovidas por atores sociais. Ao inserir e manter iniciativas nos baixios, esses atores conseguiram estabelecer ali espaços públicos. A literatura acadêmica tem demonstrado que a apropriação do espaço público pode gerar um senso de coletividade a partir de sua gestão, caso ela seja compartilhada. Esta dissertação contrastou as iniciativas de uso dos baixios com a conceituação de “commons” presente no debate contemporâneo sobre o assunto, em que a ação voluntária e a autoresponsabilização permitem a mobilização de recursos para a ocupação. A escolha dos baixios, áreas da cidade onde a ocupação espontânea é relativamente antiga, teve como objetivo gerar subsídios para a compreensão de

processos mais recentes de qualificação e de ativação dos espaços públicos, ou “comuns urbanos”, apoiados no ideal do “bem comum”. Esses processos ainda são vistos como fenômenos precários e/ou transitórios, embora tenham potencial para gerar possibilidades efetivas de uso e para tornar seus promotores agentes aptos a exercer papel mais ativo na ordenação do espaço urbano.

Palavras-chave: baixio de viaduto, espaço público, comuns urbanos.

Abstract

AGUIAR, Victor Martins de. **Under viaducts as urban challenge:** interpreting residual areas in viaducts Alcântara Machado and Glicério. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The present study focuses on the residual areas under viaducts. Often seen by city councils and academic literature only as residual spaces, these areas have not been historically considered as resources suitable for public use. Nonetheless, as there is no such a thing as completely vacant land in the metropolis, the residual area bellow viaducts do show some use and occupations, even though non formal; different groups use such territories as places for gathering and other activities. By subverting their purported use (or non-use), they fill them with unexpected qualities.

By analyzing uses and occupations in the areas bellow Alcântara Machado and Glicério viaducts in the city of São Paulo, this dissertation aims at demonstrating the complexity of these portions of the municipality territory which, for the very reason of being interstitial, became opportunities for spontaneous actions and projects developed by different social stakeholders. By introducing and maintaining initiatives in these “baixios” (as such spaces are called in Brazil) these social stakeholders were able to stablish public spaces on them. The academic literature has demonstrated that this kind of appropriation of common but non-used space in the city can generate a sense of community deriving from its management, provided it is performed in a collective manner.

The present work analyzed such initiatives by confronting them with the concept of “commons” applied in recent studies about this subject in which spontaneous and self-

responsible action enabled the mobilization of such territories resources into urban occupations. The “baixios” where chosen for investigation as they have been historically occupied in as spontaneous fashion in São Paulo. For this reason, they have the potential to illuminate more recent processes of public space qualification and activation aiming at the common good.

Keywords: under viaducts, public spaces, commons.

Lista de Abreviações

CCA - Centro para Crianças e Adolescentes.

CEI - Centro de Educação Infantil.

CET - Companhia de Engenharia de Tráfego.

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

COOPAMARE - Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis.

EMURB - Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo.

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

OAF - Organização de Auxílio Fraternal.

PCC - Primeiro Comando da Capital.

RECIFRAN - Serviço Franciscano de Apoio à Reciclagem.

USP - Universidade de São Paulo.

Sumário

Introdução	17
-------------------------	-----------

Baixios de viadutos: os atores sociais	25
---	-----------

1.1 Viaduto Alcântara Machado	29
-------------------------------------	----

1.1.1 Academia de Boxe do Garrido	51
---	----

1.1.2 Área Poliesportiva	71
--------------------------------	----

1.2 Viaduto do Glicério	85
-------------------------------	----

1.2.1 Direitos Humanos no Viaduto	121
---	-----

Considerações Finais	139
-----------------------------------	------------

Referências	153
--------------------------	------------

Créditos Iconográficos	161
-------------------------------------	------------

Introdução

É consenso entre urbanistas e pesquisadores que, em grande parte do século 20, as intervenções públicas em São Paulo buscaram resolver, sobretudo, as demandas de transporte individual. Como efeito desse “urbanismo rodoviarista”, implantaram-se ações desestruturadoras do tecido urbano, com a produção de efeitos negativos como expansões desnecessárias da malha urbana, construção aleatória e muitas vezes inadequada do sistema viário, ocupando os fundos de vale e impermeabilizando várzeas (GROSTEIN, 2010, p. 16).

Enquanto os automóveis circulavam pela cidade, os espaços resultantes da implantação dessas estruturas foram historicamente tratados pelos estudos urbanos como territórios do abandono e passaram a ser identificados como locais de uma resistência solitária, onde a cidadania não plena se abriga. A maior parte dos estudos trata os baixios de viadutos como espaços “residuais”, “marginais”. Lugares onde a exclusão se expressa e onde se tornam visíveis as contradições sociais não resolvidas da metrópole.

Este trabalho procura analisar os baixios de viadutos a partir de outro caminho: como espaços de complexidades, de tensões internas e de disputas. Um olhar mais atento revela que os baixios, devido a sua característica construtiva que gera uma ampla cobertura, abrigam usos promovidos não apenas pela população em situação de rua, mas configuram também áreas de lazer, sedes de escolas de samba, academias de boxe, cooperativas de reciclagem e sacolões¹.

São lugares que assumiram alguns atributos de um espaço público a partir do momento que passaram a reunir pessoas e a favorecer encontros inesperados, sendo

¹ A primeira lei de concessão de uso dos baixios de pontes e de viadutos em São Paulo, foi a Lei Nº 11.623, promulgada, em 1994, pelo prefeito Paulo Maluf. Ao ser reeditada, em 2002, pela prefeita Marta Suplicy, Lei Nº 13.426 atribui as subprefeituras o encargo de promover procedimento licitatório, com a finalidade de permissão de uso a título precário ou a concessão de uso onerosa à exploração comercial. Em 2007, na gestão de Gilberto Kassab, foi promulgado o Decreto Nº 48.378, que manteve os mesmos princípios da Lei Nº 13.426. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=26052007D%20483780000>. Acesso em: 12 de jan. de 2017.

logo assimilados como locais de permanência. “As pessoas são tanto mais sociáveis quanto mais tiverem entre elas barreiras tangíveis, assim como necessitam de locais específicos, em público, cujo propósito único seja reuni-las” (SENNETT, 1988, p. 29).

Esses usos nos baixios dos viadutos, ainda que sejam casos minoritários, contribuem para revelá-los não como “terras de ninguém”, mas como contrapontos ao imaginário urbano que os tem como lugares da marginalidade ou daquilo que ninguém quer ver. Ao eleger uma perspectiva pós-rodoviarista e em alguns momentos até mesmo otimista sobre os processos de ocupação dos espaços públicos em curso, o trabalho pretende mostrar que os baixios de pontes e de viadutos podem ser interpretados para além do já bastante explorado foco na população em situação de rua e como espaços resultantes das políticas rodoviaristas.

Em São Paulo, encontramos exemplos significativos de tratamento de áreas inferiores de viadutos. Esses exemplos assumem a presença do projeto de arquitetura como norteador das transformações desejadas, conforme demonstra o estudo de 2005 do escritório Brasil Arquitetura para a refuncionalização do baixio do viaduto Júlio de Mesquita Filho. O estudo do escritório previa no baixio do viaduto a instalação do Espaço Adoniran Barbosa – destinado a guardar a memória e o acervo do sambista – uma biblioteca pública e equipamentos de lazer e de convivência². Da mesma forma, na cidade, o arquiteto e professor Igor Guatelli, ao se unir ao ex-boxeador Nilson Garrido, propôs, em 2008, a melhoria da infraestrutura do projeto Academia de Boxe gerido pelo ex-boxeador no baixio do viaduto do Café. A intervenção idealizada no baixio do viaduto dispunha de elementos móveis e flexíveis, como ringues de boxe deslizantes em trilhos, para estimular ocupações espontâneas que adquiririam diferentes significados a partir das apropriações dos usuários (GUATELLI, 2008).

Apesar do desprezo que a cidade costuma lançar para esse território desconhecido, sempre foi visível a insistência de uma parcela da população, especialmente das classes sociais mais baixas, em utilizar-se dos espaços públicos para

² Na proposta para um Centro Comercial, ao lado do Teatro Oficina, o escritório Brasil Arquitetura incorporou, em 2005, sugestões de uso ao baixio do viaduto Júlio de Mesquita Filho. Disponível em: FERRAZ, Marcelo. Olho sobre o Bexiga (1). **Arquitextos**, São Paulo, ano 08, n.087.00, Vitruvius, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/215>>. Acesso em: 12 de jan. de 2017.

o suporte de determinadas ações informais. É uma insistência gerada pela ausência de empregos formais que tem como finalidade a subsistência. Por esse motivo, as ocupações não são aleatórias, mas respaldadas na concentração e circulação de pessoas, abrangendo “[...] várias significações, que ao mesmo tempo se entrecruzam, complementam-se, contradizem-se” (FRÚGOLI JR., 1995, p. 12).

O estudo foi organizado em um capítulo que expõe os usos e as ocupações dos baixios dos viadutos Alcântara Machado e do Glicério, em São Paulo (Figura 1). Para cada baixio é traçado um histórico de suas ocupações. Ao analisar os usos implantados e geridos pelos atores sociais, jogando luz sobre suas especificidades enquanto espaços públicos, é possível notar a transitoriedade da administração municipal nesses territórios.

Quais são os limites e os desafios que se apresentam para os atores sociais que fazem a gestão de um trecho de baixio de viaduto? O trabalho pretendeu ressaltar as características e as complexidades dos locais investigados.

(1) Infraestruturas importantes à mobilidade da cidade, especialmente aos moradores da Zona Leste no deslocamento ao Centro de São Paulo, os dois viadutos desde quando construídos receberam diversos usos nos seus baixios, minimizando, em parte, as consequências negativas de suas implantações.

Os baixios de viadutos às vezes assumem a forma de oportunidades para diversos usos informais e são geridos por pessoas que não detêm capital, redes sociais de elite ou conhecimentos acadêmicos sobre a produção do espaço urbano. Mas, ao

ocupá-los, reverterem a precariedade espacial e delineiam uma outra conjuntura social. Enfrentando desafios como: lidar com um espaço abandonado, aproximá-lo da população, gerir o espaço estabelecido e assegurar a continuidade da ação desenvolvida.

Em vez de descrever os aspectos negativos da ação do poder público nas cidades e, em especial, nos espaços públicos, este trabalho busca destacar o papel de atores sociais que assumem a responsabilidade pela gestão de diferentes espaços e as negociações que ocorrem entre eles e os órgãos públicos, buscando encarar e mobilizar como recursos alguns dos espaços a que Ignasi Solà-Morales chama de “terrain vagues”.

O termo “terrain vague” remete, segundo Solà-Morales, “a um lugar na cidade que está vazio e desocupado, vago ou incerto, impreciso” (SOLÀ-MORALES, 1995, p. 119, tradução nossa). Esses lugares estão representados na cidade por espaços intersticiais como zonas industriais fora de uso, linhas e estações ferroviárias, portos, baixios de viadutos e terrenos abandonados. Ou seja, referem-se às áreas consideradas improdutivas dentro da estrutura econômica da cidade. Por estarem livres para a ocupação, sua arquitetura ou desenho urbano são frequentemente pautados pelo controle do Estado, o que leva à perda de suas características singulares (KAMVASINOU, 2006, p. 255).

A análise realizada neste estudo aproxima-se daquela que Heitor Frúgoli fez das áreas centrais e outros espaços públicos ocupados por camelôs, engraxates, catadores de papel, trabalhadores ocasionais, prostitutas, travestis, moradores de rua e mendigos (FRÚGOLI JR., 1995, p. 33). Esses cidadãos são aqui tratados como ativos, que ressignificam a cidade sob seu próprio ponto de vista ao se valerem de pequenas “estruturas do imprevisto”, como são as barracas desmontáveis dos camelôs, as carroças dos catadores de papel e as moradias da população em situação de rua.

Não é sob o enfoque da sobrevivência social ou econômica, ressaltando uma luta de classes no espaço urbano, que este trabalho busca analisar os usos e as ocupações nos baixios dos viadutos. Mas sim, com base em diferentes demandas por

espaços de uso coletivo e os meios criados para atendê-las, tendo como motivação o desejo de estar e não o de sobreviver na cidade.

Nos anos 1980 e 1990, a discussão acadêmica sobre o espaço urbano se ancorou em grande medida na dualidade padrão centro-periferia. Apesar de as cidades crescerem, a forma dominante de entendê-la e descrevê-la valia-se dos pares de conceito: produção e consumo, trabalho e reprodução social, exploração e espoliação urbana, classes e conflito social, dominação e política e contradições urbanas e Estado³ (TELLES; CABANES, 2006, p. 37). A atual complexidade da organização da população e do espaço urbano-metropolitano vem engendrando novas leituras das cidades, para além da polarização entre centro e periferia, trabalho e moradia, mercado formal e mercado informal, revelando que a cidade é mais heterogênea do que se imaginava (TELLES, 2010, p. 11). Mas, ainda assim, “[...] pouco se sabe sobre o modo como os processos em curso redefinem a dinâmica societária, a ordem das relações sociais e suas hierarquias, as medições sociais e o jogo dos atores, as práticas urbanas e os usos da cidade” (TELLES, 2010, p. 11).

Ao considerar as formas de sociabilidade que se desenvolvem diariamente nas cidades, presume-se que novas maneiras de documentar, representar e avaliar suas complexidades, espacialidades e potencialidades são necessárias. A investigação sobre a capacidade que a ocupação informal tem de reativar espaços de pouco prestígio por meio de usos permanentes ou temporários tem sido, desde o final do século 20, alvo de reflexões entre arquitetos e urbanistas. Desse modo, processos corriqueiros da pequena escala do cotidiano, vistos como singelas apropriações, como a vida que se desenvolve nas ruas, nas calçadas e demais espaços públicos, passam a ser considerados nos projetos urbanos como meio para o fortalecimento de uma identidade urbana.

³ Destaque aos trabalhos:

KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: HUCITEC, 1996.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.

O presente trabalho investiga os espaços residuais de grandes projetos rodoviários sob a ótica da oportunidade de intervenção. Como se dá a construção do espaço público almejado? Ele é gerido coletivamente? Este estudo também se coloca as perguntas feitas por Wortham-Galvin (2013, p. 27, tradução nossa): “O que acontece quando os cidadãos conduzem a formação da cidade com as suas próprias mãos? Quais são os dilemas práticos para o planejamento? Como podem ser resolvidos?”. Essas são questões fundamentais de investigação, pois colocam os cidadãos como parte ativa na produção de um regime espacial, responsabilidade normalmente associada ao poder público.

Os atores sociais muitas vezes rompem a lei e justificam a intervenção realizada em nome de uma melhoria urbana. Na busca de se instalar e se desenvolver rapidamente, a ação promovida se torna uma estratégia perigosa, porque pode ser entendida como desordem. Essa constatação suscita dois conjuntos de perguntas feitas por Pagano (2014, p. 378, tradução nossa):

“Em primeiro lugar, por que alguns urbanistas atualmente agem de maneira que eles sabem ser ilegal ou, ao menos, são indiferentes à possível ilegalidade de seus atos? Todo o urbanismo recente é estimulado por impulsos anarquistas e apenas isso? Em um segundo momento, o questionamento que surge é: como as formas ilegais de uso de um espaço se relacionam com as ordens formais e os instrumentos de direito? De que maneira fazer esses atos ilegais servirem a um propósito legítimo em uma democracia?”.

O trabalho tem como inquietação principal as possibilidades dos cidadãos de produzir os chamados *commons* – os comuns urbanos. A literatura sobre os commons ganhou destaque nos anos 1990 com a publicação de *Governing the Commons*, da economista Elinor Ostrom. A sua abordagem busca um novo olhar para esses recursos compartilhados (ou que deveriam ser compartilhados). Inicialmente, consideravam-se “recursos” o conhecimento científico, as associações voluntárias, os bens culturais, as sementes das plantas, o clima do planeta. Nas últimas décadas, a Internet ganhou esse status, e nota-se que a literatura que estuda o assunto passou a se concentrar na ação coletiva, na importância de compreender o que é compartilhado e de que modo sustentar seu compartilhamento (HESS, 2008, p. 36).

Nas práticas que adotam os *commons* como horizonte de intervenção, são os modos de uso que fazem o espaço ter esse caráter ou não. Cabe à comunidade construir esse processo, como se observa com o interesse crescente sobre as árvores nas calçadas, os parques infantis, os jardins urbanos e demais espaços públicos que passam a ser cada vez mais compartilhados e se tornam objetos de análise.

“Nada é em si ou por natureza ‘comum’. Em última análise são as práticas sociais e somente elas que decidem sobre o caráter ‘comum’ de uma coisa ou de um conjunto de coisas. Portanto, contra qualquer naturalismo ou essencialismo é preciso sustentar que é a atividade dos homens que torna uma coisa comum, guardando-a de qualquer lógica de apropriação e reservando-a para o uso coletivo” (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 271).

Essa forma de governança incita antes de tudo a consciência da participação e da ação coletiva a fim de proteger e de sustentar o efetivo compartilhamento do recurso. Mais do que promover a apropriação de um recurso – tomá-lo a um determinado grupo – a ação coletiva deve impulsionar seu “uso comum”, em que: “[...] ninguém se pensa como dono de nada, ninguém vende nem compra nada, ninguém manda em nada, onde pessoas de diferentes idades, origens, formações, sensibilidades, coabitam por um tempo em contiguidade pluralista” (PELBART, 2015).

Tais inquietações fazem parte da agenda de novos coletivos urbanos em São Paulo, como o Movimento Parque Augusta, A Batata Precisa de Você, a Associação Parque Minhocão, a Acupuntura Urbana, o Coletivo Agulha, entre outros⁴.

Mas, para este estudo, a ideia foi outra. O olhar recaiu sobre atores sociais de lugares muito diferentes na cidade, tanto do ponto de vista social quanto geográfico, e que há décadas reconheceram nos baixios de pontes e de viadutos oportunidades, responsabilidades e desafios, intervindo de forma contínua e diária nesses espaços. Nesse sentido, são o oposto das ações propostas por coletivos urbanos como os que foram citados e que se realizam, na maioria das vezes, por um curto tempo, embora

⁴ Maiores informações consultar:

<https://www.academia.edu/29786786/Guia_dos_Microurbanismos_em_S%C3%A3o_Paulo>. Acesso em: 16 de jan. de 2017.

apresentem suas qualidades. É o caso dos dois baixios de viadutos estudados, bem distantes dos espaços iluminados pela mídia *hipster*⁵ paulistana.

O trabalho buscou, por meio da análise dos projetos e das ações dos atores sociais sob o viaduto Alcântara Machado e o viaduto do Glicério, contribuir para a discussão sobre o potencial de uso público dos baixios de viadutos e os limites dessa prática. Entender as potencialidades e limites dos novos atores e de seus papéis no urbanismo, esclarecendo quem são esses atores, o que os motiva e os benefícios de suas propostas, não é importante apenas para estudantes, professores e moradores que desejam realizar intervenções urbanas. Pode se revelar uma ferramenta particularmente útil para administradores e funcionários do poder público e de outras instituições com atuação na cidade.

⁵ As pessoas que se identificam com a cultura *hipster*, normalmente são jovens de classe média e com apatia pela cultura comercial. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/cultura/o-que-querem-os-hipsters-conteudo-extra/>>. Acesso em: 16 de jan. de 2017.

Baixios de viadutos: os atores sociais

A ocupação dos baixios de viadutos ocorre de forma espontânea, a exemplo dos viadutos Alcântara Machado e do Glicério, em São Paulo, por meio de atividades de geração de renda, assistenciais, esportivas e lúdicas, promovidas por atores sociais. Essas atividades determinam convivências inesperadas, uma vez que se apoderam de local concebido para outra função: dar suporte ao trânsito de automóveis. São locais que adquiriram atributos distantes dos concebidos pelos projetos arquitetônico ou urbanístico que os originaram, mas que conferem novo sentido à paisagem urbana a partir de sua reinvenção por práticas capazes de engendrar diferentes significados.

A primeira percepção ao avistar os baixios dos viadutos pesquisados é de serem espaços que abrigam diferenças, e que são capazes de abrigá-las justamente por serem públicos. No decorrer dos anos, essas diferenças se acentuaram, porque alguns atores sociais adquiriram um “sentimento de posse” pelo espaço gerido por utilizarem-se deles e, principalmente, por fazerem sua manutenção.

Sobre a origem da motivação para tomarem para si a responsabilidade pela gestão dos dois baixios de viadutos, os atores sociais normalmente se referem a um “problema” e a um “resolver o problema”⁶ relacionados a “o poder público não fazer nada”⁷. Ao longo dos anos, esses atores se estabeleceram como os principais interventores do espaço: na maioria dos projetos, são eles quem autorizam a ocorrência de atividades nos baixios, como se verificou na academia de boxe de Nilson Garrido.

⁶ Informação obtida em entrevista com Nilson Garrido, idealizador do projeto academia de boxe em diferentes viadutos de São Paulo, em 13 de setembro de 2015. Na data da entrevista Nilson Garrido tinha 59 anos.

⁷ Informação obtida em entrevista com Fátima, presidente da Associação Esportiva, Social, Cultural Futuro Melhor da Mooca no baixo do viaduto Alcântara Machado, em 19 de abril de 2016. Na data da entrevista Fátima tinha 50 anos.

Esse diagnóstico, em um primeiro momento, levanta dúvidas sobre as possibilidades de os espaços públicos estabelecidos nos baixios dos viadutos acompanharem as transformações pelas quais passam outros locais da cidade. A maioria dos atores sociais nos baixios investigados não expressa preocupação sobre essa questão. Seus esforços estão centrados nas formas de manter o projeto em andamento.

Os viadutos Alcântara Machado e do Glicério foram escolhidos para o estudo porque não são espaços direcionados apenas para o uso pela população em situação de rua. Nos anos 1990, os estudos sobre os baixios se notabilizaram por focar as especificidades dessa população⁸, em um momento em que a atuação do poder público era paliativa e pautada pela ideia de que a construção de moradias resolveria o problema, conforme mostram reportagens encontradas em jornais⁹.

A reconstituição do histórico da ocupação de ambos os viadutos com o apoio de reportagens sobre o assunto teve como objetivo compreender o tratamento dado aos espaços até eles ficarem sob a responsabilidade de atores sociais. De maneira geral, nota-se que inicialmente os baixios de viadutos não eram tratados de modo sistemático pela administração pública. Ocorreram diferentes propostas de usos, e algumas os instituíram como espaços públicos.

Para cada viaduto, este estudo apresenta um histórico reconstituído com base nas reportagens. Esse histórico é seguido por uma apresentação do conjunto de entrevistas realizadas com os atores sociais, funcionários e usuários dos projetos, revelando as complexidades dos espaços públicos dos dois viadutos.

As entrevistas não foram realizadas com quem de fato está nos baixios dos viadutos, mas também com pessoas que já tiveram alguma relação com o local.

⁸ Destaque a publicação:

SIMÕES JR., José Geraldo. Moradores de rua. **Publicações Pólis**, São Paulo, n. 7, 1992.

⁹ Destaque as reportagens:

PENTEADO, Gilmar. SP quer expulsar moradores de viadutos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jul. 2000. Cotidiano, p. 3.

VIVEIROS, Mariana. Casa para morador de viaduto fica no papel. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 set. 2000. Cotidiano, p. 1.

SILVA, João Carlos. Morador de viaduto terá plano de R\$ 5 milhões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2001. Cotidiano, p. 5.

Embora a primeira proposta do estudo tenha sido fazer entrevistas abertas, durante seu desenvolvimento foi possível notar que as pessoas se sentiam mais confortáveis com perguntas preestabelecidas. Por isso, elas passaram a ser usadas.

Alguns atores sociais que aparecem neste estudo estão acostumados a conceder entrevistas aos meios de comunicação. Eles se mostraram mais confortáveis do que os outros ao responder perguntas sobre, por exemplo, as dificuldades enfrentadas para manter os projetos. A experiência anterior com a concessão de entrevistas a veículos de imprensa se fez notar com alguns atores logo no primeiro contato para marcar as entrevistas dessa pesquisa. “Você vai vir com a sua equipe?”¹⁰ e “Vai ter filmagem?”¹¹ foram algumas das perguntas feitas mesmo após os entrevistados receberem a informação de que o trabalho não tinha caráter jornalístico.

No contato inicial, os entrevistados resistiam a dar informações. Falavam pouco e queriam saber como o material seria usado. O registro das entrevistas foi feito em um bloco de notas, porque a maioria das pessoas se sentia intimidada com o gravador. Na transcrição, foram feitas pequenas alterações para contribuir com clareza da leitura, mantendo-se fidelidade ao sentido.

No primeiro ano de trabalho, foram feitas entrevistas em todos os projetos presentes nos viadutos. A partir de uma análise desse primeiro corpo de relatos, o estudo foi direcionado para a tentativa de compreender como as pessoas conseguiram se organizar para intervir no baixio dos viadutos e as consequências desses diferentes modos de organização na produção de um espaço público.

A partir de observações dos espaços em dias e horários diferentes, buscou-se compreender o que levou às ocupações, as características dos lugares em que elas ocorrem, qual é a percepção e a ligação dos usuários com cada um dos projetos, e até que ponto os usuários são capazes de contribuir para a produção do lugar.

¹⁰ Informação obtida ao entrar em contato com Irmã Derly, idealizadora da Associação Maria Flos Carmelis, no bairro do Glicério, em 5 de agosto de 2015.

¹¹ Informação obtida ao entrar em contato com tia Eva, idealizadora do projeto Comunidade Novo Glicério, no bairro do Glicério, em 14 de maio de 2015.

Essas perguntas foram feitas para se compreender qual pode ser o papel dos baixios de viadutos em um novo cenário em que cidadãos se mobilizam para “fazer” e “usar”¹² a cidade com potencial para desempenhar papel participativo na gestão de um lugar, processo que já ocorre há algum tempo nos baixios estudados.

¹² Questões discutidas na X Bienal de Arquitetura de São Paulo: “Cidades: Modos de Fazer, Modos de Usar” de 2013.

1.1 Viaduto Alcântara Machado

O viaduto Alcântara Machado tem 1.125 m de extensão e está localizado na avenida de mesmo nome, entre os bairros do Brás e da Mooca (Figura 2). Durante a construção, a estrutura erguida para transpor a estrada de ferro Santos-Jundiaí foi considerada o maior viaduto urbano do país¹³. A inauguração pelo prefeito Faria Lima, em 1967, teve a presença do presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva.

(2) Vista aérea do viaduto Alcântara Machado, em 1968, próximo à praça Presidente Kennedy, onde nota-se a avenida Alcântara Machado ainda em obras. Na imagem vê-se o viaduto cercado de fábricas, contrastando com a realidade atual de verticalização intensa de seu entorno.

¹³ Convite de inauguração. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 maio 1967. Primeiro Caderno, p. 5.

Logo após a inauguração do viaduto, ainda em 1967, o mineiro Luís Gonzaga dos Santos, casado e com três filhos, foi morar em seu baixio¹⁴ (Figura 3). Luís era pintor e pedreiro, mas não encontrava trabalho remunerado para “morar decentemente”¹⁵. Por isso, ele havia levado suas coisas para lá e montado sua moradia com paredes de zinco para proteger a família do frio, criando o núcleo da primeira favela do baixio do viaduto. E assim a ocupação informal do espaço já começava a ocorrer antes mesmo de qualquer proposição de uso pelo poder público.

Favela, marco zero

(3) O mineiro Luís e a sua família, em 1967, no baixio do viaduto Alcântara Machado. Luís estava catando papelão e descarregando caminhões em troca de algumas moedas a fim de sustentar a família¹⁶.

Para combater o uso do baixio do viaduto para moradia, o prefeito Faria Lima inaugurou em 1968 no local a primeira “feira moderna” de São Paulo¹⁷. Pouco antes da inauguração da feira, o secretário de Abastecimento, João Pacheco Chaves, anunciou que duas feiras livres do Brás e da Mooca seriam deslocadas para o baixio: a de terça, que ocorria na rua Campos Sales, e a de sexta, da rua Dom Bosco. O secretário também informou na ocasião que possivelmente outras feiras seriam deslocadas para o local, mas que isso dependeria do êxito da proposta inicial.

Segundo declarações da prefeitura na época, a instalação de feiras livres nos baixios dos viadutos de São Paulo tinha como objetivo diminuir os problemas gerados

¹⁴ Favela marco zero. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jun. 1967. Primeiro Caderno, p. 1.

¹⁵ Favela marco zero. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jun. 1967. Primeiro Caderno, p. 1.

¹⁶ Favela marco zero. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jun. 1967. Primeiro Caderno, p. 1.

¹⁷ Faria abre feira nova. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 1968. Primeiro Caderno, p. 10.

nas ruas dos bairros onde esse tipo de comércio era realizado¹⁸. Entre esses problemas, eram citados: impedimentos ao trânsito, sujeira nas ruas e perturbação da vizinhança quando as barracas eram montadas e desmontadas. A “feira moderna” viria para proporcionar ao mesmo tempo boas condições de comercialização de gêneros alimentícios e maior conforto aos consumidores. Nos anos 1960 e 1970 houve um grande aumento no número de estruturas viárias na cidade e, conseqüentemente, novos espaços vagos se tornavam disponíveis. Nesses baixios, as feiras dispunham de energia elétrica, abastecimento de água, rede de esgoto e estacionamento de veículos, além de barracas especiais de alvenaria para o comércio de carnes e peixes¹⁹.

Feirantes e donas de casa expressaram em reportagem satisfação com o novo local da feira no viaduto Alcântara Machado: era mais organizada, o que facilitava a localização dos produtos e a manutenção da higiene²⁰. Além disso, diziam, por estar mais centralizada entre os bairros do Brás e da Mooca a feira atendia a vários moradores da Zona Leste, além de estar livre de problemas como inundações na época das chuvas devido à proximidade da rua Dom Bosco ao rio Tamanduateí. Havia, no entanto, quem estivesse descontente com a “feira moderna”: os 62 proprietários de barracas de roupas, calçados e armarinhos que no início não conseguiram se instalar devido a obras de pavimentação.

Com a desativação da feira, no final da década de 1980, o baixio do viaduto foi ocupado progressivamente pela população em situação de rua²¹ (Figura 4). O vazio que se originou no baixio com o desmonte da feira foi entendido pelos ocupantes não mais como um espaço público, mas como uma propriedade privada para a construção de moradia própria.

¹⁸ Feiras livres nas ruas atrapalham moradores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 set. 1985. Segundo Caderno, p. 25.

¹⁹ Faria abre feira nova. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 1968. Primeiro Caderno, p. 10.

²⁰ Faria abre feira nova. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 1968. Primeiro Caderno, p. 10.

²¹ Informação obtida com moradores do bairro em 13 de setembro de 2015.

(4) Localização da feira livre no baixio do viaduto Alcântara Machado nos anos 1980. A feira livre atendia os moradores do entorno com uma grande variedade de produtos e se tornou referência entre os bairros do Brás e da Mooca²².

Em 1991, a ocupação da população em situação de rua nos baixios de pontes e de viadutos em São Paulo gerou um novo tipo de construção: “a favela intermitente”, que podia “[...] surgir, crescer, diminuir e desaparecer todos os dias, sob as pontes e os viadutos da cidade”²³. Essa favela se caracterizava por possuir moradias de um cômodo, feitas praticamente só de papelão, plástico e lâminas de madeira, sem água ou luz, abrigando famílias de até cinco pessoas. A prefeitura dizia que não saberia informar quantas favelas existiam na cidade e o número de pessoas morando nelas, pois seus moradores eram “nômades urbanos”²⁴.

Os resultados parciais de um estudo sobre a população em situação de rua conduzido no mesmo ano revelaram que as pessoas vivendo nas ruas de São Paulo não

²² Informação obtida em entrevista com José Airton, faxineiro, e Fátima, presidente da Associação Esportiva, Social, Cultural Futuro Melhor da Mooca, na área poliesportiva do baixio do viaduto Alcântara Machado. Na data da entrevista, em 16 de maio de 2015, José Airton tinha 59 anos e Fátima, em 19 de abril de 2016, 50 anos.

²³ ALONSO, George. Viadutos de SP viram favelas improvisadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 jun. 1991. Cotidiano, p. 4.

²⁴ ALONSO, George. Viadutos de SP viram favelas improvisadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 jun. 1991. Cotidiano, p. 4.

eram, como se poderia supor, migrantes recém-chegados²⁵. Em sua maioria, estavam na cidade por algum tempo e se encontravam desempregadas devido a mudanças econômicas. O estudo também mostrou que a maior parte dos moradores de rua havia mudado recentemente para os viadutos Alcântara Machado e do Glicério e que, quando um grupo abandonava algum baixio, outro rapidamente os ocupava.

A saída da população em situação de rua do viaduto Alcântara Machado somente se deu em 1999, após um incêndio que matou um morador, destruiu 80 barracos e deixou 80 famílias desabrigadas²⁶. De acordo com a polícia, uma mulher era suspeita de ter causado o fogo após uma briga com o marido. Para os moradores do baixio, a destruição tinha sido intencional e provocada pela comunidade do bairro para afastá-los do local. Com sua estrutura parcialmente comprometida, o viaduto Alcântara Machado foi interditado por quatro meses para obras de recuperação. O bloqueio causou transtornos para os moradores da Zona Leste, que precisavam tomar caminhos alternativos, como a Marginal do Tietê e o corredor Rangel Pestana-Celso Garcia para chegar ao Centro²⁷. O destino das famílias desabrigadas não foi informado na reportagem.

Apesar do incêndio, o viaduto foi o alvo de novas ocupações nos anos seguintes. Em 2001, ele abrigava 18 famílias. A prefeitura, na época sob a gestão de Marta Suplicy, instalou ali e em outros baixios de viadutos da cidade alguns banheiros públicos²⁸ (Figura 5). Segundo a prefeitura, o poder público não dispunha de funcionários, dinheiro e estrutura para oferecer alternativas para aquelas pessoas.

O titular da Secretaria de Assistência Social, Evilásio Farias, descartou a implantação de banheiros móveis porque o aluguel era caro²⁹. Optou por construções pré-fabricadas. A proposta dos banheiros foi motivada, de acordo com Farias, pela

²⁵ RUBERTI, Irene. Estudo mostra mudança de perfil de sem-teto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 abr. 1991. Cotidiano, p. 4.

²⁶ Fogo mata 1 e destrói 80 barracos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 1999. Primeiro Caderno, p. 14.

²⁷ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fol/geral/ult28022000002.htm>>. Acesso em: 18 de jan. de 2017.

²⁸ ESTANISLAU, Maria. Sem-teto vai ganhar banheiro em viaduto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jan. 2001. Cotidiano, p. 1.

²⁹ ESTANISLAU, Maria. Sem-teto vai ganhar banheiro em viaduto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jan. 2001. Cotidiano, p. 1.

volta dos moradores aos baixios de viadutos após a “Operação Viaduto”³⁰, nos anos 2000, ação do prefeito Celso Pitta. Assim como no viaduto Alcântara Machado, os moradores voltaram a construir moradias nos viadutos Pedroso, Miguel Mofarrej, José Maria Whitaker e Vereador José Diniz.

Sem-teto vai ganhar banheiro em viaduto

ESTANISLAU MARIA
DA REPORTAGEM LOCAL

Como não tem pessoal, dinheiro nem estrutura para tirar já as pessoas que moram debaixo dos viadutos de São Paulo, a prefeitura pretende instalar banheiros públicos nesses locais, para dar condições mínimas aos sem-teto.

A informação foi dada ontem pelo titular da Secretaria de Assistência Social (SAS), Evilásio Farias, que disse ser impossível, com a situação financeira da secretaria, cumprir antes de seis meses o primeiro decreto assinado pela prefeita Marta Suplicy.

No último dia 2, Marta regulamentou uma lei que amplia programas e serviços para atendimento a moradores de rua.

Farias disse que descarta a colocação de banheiros móveis — usados no Carnaval — porque o aluguel é caro. “Procuramos construções pré-fabricadas.” Ele disse não ter ainda um levantamento de onde seriam instalados

José Maria Whitaker e Vereador José Diniz também já voltaram a ser abrigo de moradores de rua.

“Algumas ações simples, como um serviço de emissão de documentos, vacinação dos idosos e adaptação de uma casa-abrigo (ão dez na cidade, que oferecem banho e até 1.260 refeições por dia) para receber pessoas em tratamento médico, nós podemos fazer logo”, disse o secretário, que descarta a criação de um conjunto habitacional para os sem-teto.

“Não vamos criar um gueto. Queremos uma política de inclusão, com geração de emprego e renda e cadastramento dessas

pessoas nos programas de habitação já existentes”, disse Farias.

Nesta semana, representantes dos sem-teto se reuniram com a administradora regional da S6, Clara Ant, para pedir a desapropriação de prédios que estão virando estacionamento. “Bons espaços guardam carro, enquanto as pessoas vão para debaixo dos viadutos”, disse Luiz Gonzaga da Silva, 51, um dos coordenadores da Central de Movimentos Populares.

“Vou indicar um arquiteto, com contato com as Secretarias da Habitação e da Assistência Social para cuidar exclusivamente dos moradores de rua”, disse Clara Ant.

A sem-teto Solange Gomes da Silva e a filha Debora, que moram no viaduto Alcântara Machado

(5) A instalação de banheiros no baixio do viaduto Alcântara Machado, em 2001, visou fornecer mínimas condições de habitabilidade aos moradores de rua³¹.

A gestão Marta Suplicy procurou novamente remover a população em situação de rua das pontes e dos viadutos por meio do chamado Plano de Reabilitação Urbanística³². E 65 pessoas foram removidas dos viadutos Alcântara Machado e Antônio Nakashima, este próximo à avenida do Estado. Uma parte das pessoas foi encaminhada para um edifício de três andares no bairro da Liberdade³³. Casais sem filhos e solteiros foram alocados em um hotel no Centro. Os moradores da Liberdade e a proprietária do edifício para onde essa população foi levada ficaram negativamente

³⁰ A “Operação Viaduto”, nos anos 2000, previa a desocupação de 43 pontos considerados como áreas de risco de incêndio em São Paulo. Inicialmente, não houve a definição para onde os moradores dos baixios seriam encaminhados. A única solução prevista foi a compra de passagens para as famílias retornarem as suas cidades de origem. Disponível em: PENTEADO, Gilmar. SP quer expulsar moradores de viadutos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jul. 2000. Cotidiano, p. 3.

³¹ ESTANISLAU, Maria. Sem-teto vai ganhar banheiro em viaduto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jan. 2001. Cotidiano, p. 1.

³² A previsão do Plano de Reabilitação Urbanística, em 2001, era que o atendimento durasse de 12 a 18 meses em hotéis e edifícios alugados pela Prefeitura, até, que as famílias recebessem uma habitação definitiva. O plano deveria atender cerca de 1 mil famílias, moradoras de diferentes baixios de viadutos de São Paulo. Disponível em: SILVA, José Carlos. Morador de viaduto terá plano de R\$ 5 milhões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2001. Cotidiano, p. 5.

³³ SACOMAN, Antônio. Moradores de rua vão para prédio e hotel no centro. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 nov. 2001. Caderno Cidades, p. 2.

surpreendidos ao saberem que os novos inquilinos eram antigos moradores de rua. Duas famílias dividiam cada um dos apartamentos.

Após a retirada das famílias do baixio do viaduto, em 2002, a prefeitura concedeu o espaço para a CET instalar um depósito de veículos³⁴ (Figuras 6, 7 e 8). A medida, que tinha como objetivo evitar a ocupação do local por novos moradores de rua, não foi eficaz em sua intenção: pessoas passaram a viver entre os veículos (Figuras 9, 10, 11 e 12). Os atuais moradores do entorno relataram que a população em situação de rua costumava furtar peças dos veículos para comprar drogas³⁵. Mas houve também quem tenha associado os furtos com o crime organizado do bairro.

³⁴ ALENCAR, Izidoro. SP paga caro para ter “guincho de luxo”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 abr. 2002. Cotidiano, p. 1.

³⁵ Informação obtida em entrevista com moradores do bairro em 23 de maio de 2015.

(6)

(7)

(8)

(9)

(10)

(11)

(12)

(6), (7) e (8) Em algumas imagens da sequência, dos anos 2000, é perceptível a presença de moradores de rua junto aos veículos do depósito da CET no baio do viaduto Alcântara Machado. **(9), (10), (11) e (12)** Outro ponto que chama atenção é o fato de não existirem moradias construídas, a permanência dos moradores se deu através da disposição de alguns pertences.

Após a ocupação por moradias é com a academia de boxe de Nilson Garrido, instalada em 2006, que um dos trechos do baixo do viaduto (próximo à linha férrea) passou a ser usado novamente pela população, adquirindo de certa forma o estatuto de espaço público (Figura 13). Sobre a motivação de usar dos baixios de viadutos da cidade para desenvolver o projeto, Garrido explicou³⁶:

“Veio do nada. Eu não tinha nada programado. Foi diante da necessidade mesmo. Eles (prefeitura) me ofereceram o lugar (viaduto do Café) e aceitei. No começo, tinha a proposta com a Cora, de trabalhar apenas com as pessoas em situação de risco, mas a proporção que o projeto tomou nos levou a ter que acolher todas as pessoas”.

(13) Localização da academia de boxe, desde 2006, no baixo do viaduto Alcântara Machado. Nesse ponto do baixo, os edifícios do entorno estão bem próximos ao viaduto.

O projeto iniciado em 2005 com o consentimento da prefeitura, logo foi desativado do viaduto do Café, na região da Bela Vista. A administração pública havia declarado que realizaria obras de revitalização do local após o incêndio em uma ocupação presente ali³⁷. Com a interdição do viaduto do Café, em 2006, o projeto foi transferido para o viaduto Alcântara Machado. Também em 2006, outras duas

³⁶ Informação obtida em entrevista com Nilson Garrido em 13 de setembro de 2015. Na data da entrevista Garrido tinha 59 anos.

³⁷ Informação obtida em entrevista com Nilson Garrido em 13 de setembro de 2015.

unidades da academia de boxe foram implantadas em viadutos de São Paulo: uma no Glicério e outra em São Miguel Paulista (Figura 14). Essas unidades são geridas pelos “guerreiros”, alunos pioneiros do projeto.

(14) Localização da academia de boxe de Nilson Garrido em outros viadutos de São Paulo, além do viaduto Alcântara Machado. Ao todo, até o final de 2016, o projeto já se instalou em cinco viadutos da cidade, sempre para a ocupação dos baixios pautando-se na improvisação das atividades e dos equipamentos.

Ao relatar sobre o período no viaduto do Café, Garrido falou sobre quando chegou ao viaduto Alcântara Machado³⁸:

“Aqui era uma Brasília, ‘uma terra sem dono’, cada uma fazia o que queria. Os traficantes estavam no meio das famílias e a polícia cobrava uma taxa para eles ficarem aqui. Quando cheguei, fiz a minha varredura. Tive que falar vários ‘nãos’ às propostas que me faziam. É assim que trabalho, porque tenho vontade de fazer as coisas”.

O projeto que colocava equipamentos para o ensino de boxe e prática de musculação num baixio de viaduto e ainda tinha biblioteca e uma área dedicada à

³⁸ Informação obtida em entrevista com Nilson Garrido em 13 de setembro de 2015.

alfabetização passou a ser estudado em trabalhos acadêmicos de arquitetura³⁹. Essa conciliação de atividades assim diversas em um mesmo espaço não foi algo planejado. Ocorreu conforme as necessidades foram se apresentando.

A relação de Garrido com o boxe se deu nos anos 1980. Ele foi aluno de Erotildes Ferreira do Carmo – conhecido como Baltazar – em uma pedreira em Itaquera, onde hoje está a Arena Corinthians. “Ele trabalhava fazendo calçamentos de ruas e depois vinha dar aulas de graça para nós. Como material de boxe sempre foi caro, usávamos troncos como sacos de pancada e enrolávamos as mãos com panos, pois não havia dinheiro para comprarmos luvas”⁴⁰, relatou Garrido sobre sua experiência com Erotildes. Com esse sistema de treinamento que usava objetos improvisados como peças de automóveis, sacos, geladeiras velhas e latas cheias de concreto, foi que Garrido começou seu projeto em 2004, embaixo das passarelas da Câmara Municipal de São Paulo. Naquele momento, a iniciativa tinha o objetivo de atrair a população com extrema vulnerabilidade social, principalmente moradores de rua, albergados, catadores de material reciclável, crianças e adolescentes, a fim de promover uma ação que os afastasse do uso de drogas e da criminalidade⁴¹.

Garrido relata que o projeto começou ali porque um dia, quando voltava do trabalho como segurança de um conjunto de barracas de camelôs no Centro, ele encontrou um menino de nove anos machucado no Vale do Anhangabaú⁴². O garoto morava na rua e era usuário de cola. No caminho para o hospital, Garrido contou a ele sua trajetória no boxe, que incluía a participação, nos anos 1990, em vários torneios amadores na capital. Os dois combinaram um encontro na manhã seguinte, sob as passarelas, para treinar alguns movimentos básicos do esporte. No outro dia o menino

³⁹ Destaque aos trabalhos:

GUATELLI, Igor. **Condensadores urbanos baixo do Viaduto do Café**: academia Cora_Garrido. São Paulo: Fundo Mackenzie de Pesquisa, 2008.

PERAN, Martí (Org.). **Post-it city**: ciudades ocasionales. Barcelona: Turner, 2009.

ROSA, Marcos L. (Org.). **Microplanejamento: práticas urbanas criativas**. São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

⁴⁰ Informação obtida em entrevista com Nilson Garrido em 13 de setembro de 2015.

⁴¹ Informação obtida em entrevista com Nilson Garrido em 13 de setembro de 2015.

⁴² Apenas no primeiro mês, em 2004, a academia improvisada atraiu cerca de 750 pessoas, entre desabrigados, dependentes químicos e menores abandonados. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/nilson-garrido-boxe-moradores-rua-inclusao-social-esporte-747869.shtml>>. Acesso em: 19 de jan. de 2017.

apareceu acompanhado de oito garotos e, até o fim do dia, mais de 40 haviam se juntado ao grupo, relatou Garrido⁴³.

Nesse período, Garrido conheceu Corina Batista de Oliveira, a Cora, funcionária pública do Centro de Vigilância Sanitária e conselheira da Comunidade Negra do Estado. Ela se entusiasmou com seu trabalho e o ajudou a institucionalizá-lo com a prefeitura, requerendo um espaço em que Garrido pudesse instalar e ampliar o projeto⁴⁴. Apesar desse apoio do poder público, Garrido costuma ressaltar que desde o início não é com dinheiro da prefeitura que o projeto se mantém, mas por meio de doações de empresas privadas e colaboração mensal de R\$ 20 dos alunos que têm condições de contribuir. A Subprefeitura da Mooca providenciou a ligação da iluminação e da água para a instalação da academia de boxe no viaduto Alcântara Machado⁴⁵.

Depois de a academia de boxe do Garrido ter se instalado no baixio do viaduto, em 2008, o prefeito Gilberto Kassab inaugurou um conjunto de equipamentos esportivos ali (Figura 15), atendendo as reivindicações de moradores do bairro de que o espaço fosse usado para o lazer dos que habitavam o entorno⁴⁶. Mas a ação municipal também teve como objetivo recuperar uma parte do espaço usado pela CET, ocupada por moradores de rua.

⁴³ Informação obtida em entrevista com Nilson Garrido em 13 de setembro de 2015.

⁴⁴ Informação obtida em entrevista com Nilson Garrido em 13 de setembro de 2015.

⁴⁵ O projeto conta, desde 2006, com luz, água, equipamentos de musculação e uma biblioteca, com 2 mil volumes. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/online/artigo/compartilhar/3893_JOGO+DE+CINTURA>. Acesso em: 19 de fev. de 2017.

⁴⁶ Na reforma, em 2008, da área de 15 mil m² foram gastos mais de R\$ 250 mil. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=133058>>. Acesso em: 19 de jan. de 2017.

(15) Localização da área poliesportiva, desde 2008, no baixio do viaduto Alcântara Machado. No local, foram previstas duas quadras poliesportivas e duas de futebol society com grama sintética, além de uma pista de skate e uma de bocha, onde se configurou uma área poliesportiva.

Para um maior aproveitamento do espaço aulas deveriam ser oferecidas as crianças e adolescentes residentes do entorno. Mas, a Prefeitura somente “entregou a obra”⁴⁷, não contratou professores para que as aulas se realizassem e providenciou recursos para sua manutenção.

Em 2008, Fátima, moradora do bairro há mais de 50 anos, com o receio de que novamente a população de rua voltasse a viver no baixio do viaduto, assumiu a gestão do espaço e instituiu, por volta de 2010, a Associação Esportiva, Social, Cultural Futuro Melhor da Mooca⁴⁸. A entidade tem como sede a área poliesportiva do viaduto. O encargo principal de Fátima, a “zeladora do viaduto”, é captar recursos para a manutenção da área. A forma encontrada por ela para fazer isso foi passar a alugar duas das quatro quadras, as com grama sintética. A prática é ilegal, pois se trata de um espaço público.

⁴⁷ Informação obtida em entrevista com Giorgio, vigia do espaço, em 16 de maio de 2015. Na data da entrevista Giorgio tinha 52 anos.

⁴⁸ Informação obtida em entrevista com Fátima em 19 de abril de 2016.

Desde fevereiro de 2013, em uma das quadras não alugada da área poliesportiva, ocorre todos os sábados o projeto Estrelas da Mooca, proposto por outro protagonista do local, Pedro Vinicius. Sua iniciativa tem o intuito de “ajudar crianças e adolescentes a desenvolver a parte física, mental e espiritual, ao conciliar estudos bíblicos com o ensino de futebol, de maneira gratuita”⁴⁹. As atividades do projeto não se restringem ao baixo do viaduto, além das aulas, as crianças e os adolescentes participam de campeonatos juniores em escolas. As informações são divulgadas em uma página própria no Facebook⁵⁰.

O baixo do viaduto Alcântara Machado ampliou seu caráter de área para práticas esportivas quando uma academia destinada à realização de atividades físicas por idosos foi implantada ali pelo poder público em 2012 (Figura 16). Após o horário de funcionamento, o portão era fechado com o objetivo de evitar a quebra dos aparelhos⁵¹. Os usuários não souberam informar quem era o responsável pelo fechamento.

Embora direcionada aos idosos, a academia não era utilizada apenas por eles. Alguns entrevistados comentaram que poucos idosos realmente frequentavam o espaço. Como foi implantada entre quatro vias bastante movimentadas, o acesso à academia não era simples, e isso pode ter afastado esses usuários.

A importância da academia não tinha a ver apenas com a ausência de áreas de lazer no bairro, conforme expôs José Antônio⁵², vendedor, durante uma conversa na academia de boxe do Garrido, enquanto ele fazia musculação:

“Através da academia foi à primeira vez que muitos moradores se aproximaram realmente do viaduto. As mulheres quase não passam aqui, por medo de serem abordadas. Quando fui na academia com a minha esposa, tinha algumas mulheres se exercitando nos aparelhos. Achei bom. É importante elas terem um espaço que se sintam seguras. Eu venho aqui no Garrido, mas tem muito homem. Por mais que ninguém faça nada, acho que

⁴⁹ Informação obtida em entrevista com Pedro Vinicius em 23 de maio de 2015. Na data da entrevista Pedro Vinicius tinha 31 anos.

⁵⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/EstrelasDaMooca/?fref=ts>>. Acesso em: 20 de jan. de 2017.

⁵¹ Informação obtida em entrevista com moradores do bairro em 16 de fevereiro de 2016.

⁵² Informação obtida em entrevista com José Antônio em 22 de agosto de 2016. Na data da entrevista José Antônio tinha 35 anos.

intimida um pouco delas virem. Acho que são coisas que precisam ser pensadas pelo governo”.

(16) Localização da academia para idosos e da Tenda, em 2012, no baixo do viaduto Alcântara Machado. Ambos os usos estavam próximos da rua Piratininga, que concentra um comércio de maquinários e ferramentas para oficinas mecânicas.

Em 2012, mesmo ano de implantação da academia, a prefeitura instalou um espaço de convivência conhecido como “Tenda”⁵³ no trecho restante do baixo (Figura 16). Nela, os moradores de rua poderiam lavar roupas, tomar banho, receber auxílio psicológico e fazer cursos e artesanatos. O espaço era gerido pelo Instituto Social Santa Lúcia, entidade terceirizada contratada pela prefeitura que já administrava outras Tendas, como a do viaduto Bresser. Pouco tempo depois, em setembro de 2012, a Secretaria de Assistência Social informou que as atividades prestadas pelas Tendas seriam encerradas, devido aos “[...] serviços não atenderem os objetivos iniciais, além dos locais estarem com problemas estruturais”⁵⁴.

⁵³ Gestão Haddad fecha espaços para moradores de rua. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 ago. 2014. Cotidiano, p. 6.

⁵⁴ Gestão Haddad fecha espaços para moradores de rua. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 ago. 2014. Cotidiano, p. 6.

Os moradores de rua removidos das Tendias deveriam ser encaminhados para os núcleos São Martinho de Lima e Casa Restaura-me, na Zona Leste⁵⁵. Em nota sobre o fechamento dos locais, o poder público informou que estava construindo um espaço na rua Cajuru, no Belém. A prefeitura encerrou o contrato, em 2014, que mantinha com o Instituto Social Santa Lúcia. No viaduto Alcântara Machado, no entanto, o local permaneceu em atividade autogerida por quem o frequentava. Até o início de 2015, teve o apoio dos funcionários demitidos, como forma de protesto contra a decisão do poder público, que consideravam ter sido tomada sem um real diálogo com os envolvidos.

Os problemas estruturais na gestão da Tenda não acarretaram a ocupação apenas de seu espaço pelos moradores de rua, mas também a ocupação do espaço destinado à academia dos idosos (Figura 17). A partir de 2013⁵⁶, o local passou a ser visto como uma oportunidade para a construção de moradias improvisadas com tapumes de madeira e cobertores.

Ao se caminhar nas calçadas, entre 2015 e 2016, foi possível observar os moradores conversando na entrada de suas moradias, estendendo roupas nos alambrados, assistindo televisão ou ouvindo rádio graças à eletricidade obtida de “gatos” na fiação (Figuras 18 e 19). Os alambrados da antiga academia foram fechados com tapumes de madeira e cobertores, impedindo a visão para o interior (Figura 20). Todos os dias, no espaço entre a área poliesportiva e a academia de boxe de Nilson Garrido, outras pessoas dormem em colchões ou pedaços de papelão (Figura 21).

⁵⁵ O espaço da Rua Cajuru foi um compromisso da gestão municipal com o Movimento da População em Situação de Rua. Disponível em: <<http://ponte.org/moradores-de-rua-ocupam-tenda-fechada-pela-prefeitura/>>. Acesso em: 20 de jan. de 2017.

⁵⁶ Disponível em: <http://www.folhamp.com.br/index.php?option=com_content&id=1323:barracos-voltam-aos-baixos-de-viaduto-alcantara-machado-e-causam-preocupacao&Itemid=125>. Acesso em: 20 de jan. de 2017.

(17)

(18)

(19)

(20)

(21)

(22)

(17), (18), (19), (20) e (21) Com o tempo, em 2013, as moradias não se limitaram à área da academia para idosos no baixo do viaduto Alcântara Machado e foram construídas nas calçadas do seu entorno, ao ponto de, em 2015, receberem intervenções artísticas. (22) As intervenções procuram manifestar a ineficiência da administração pública em resolver o problema habitacional com frases como: “Enquanto não houver casas, as malocas serão moradias”.

Ao final de 2016, a percepção do baixo do viaduto Alcântara Machado entre a população da cidade era a de um lugar degradado, principalmente por causa da ocupação da população em situação de rua e dos resíduos que ela gera. Devido à presença do projeto de Garrido e da área poliesportiva gerida por Fátima, para algumas pessoas o baixo é percebido como espaço de lazer e de caráter público. Neste estudo, preferiu-se analisar a ocupação dos baixios por iniciativas como a de Garrido e Fátima, em vez da presença da população em situação de rua. Esses moradores já se sentem no direito de vir a ter a posse de um imóvel como resultado de sua ocupação daquele lugar. Sua atuação na constituição de espaços públicos é pouco relevante para pensar intervenções em espaços residuais e por isso não foi considerada neste estudo.

O histórico dos usos do baixo do viaduto do Alcântara Machado desde sua construção, em 1967, é dado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Histórico dos usos do baixo do viaduto Alcântara Machado

ANO	USO
1968	FEIRA MODERNA
1980	MORADIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
2002	DEPÓSITO DA CET
2006	ACADEMIA DE BOXE DO GARRIDO
2008	ÁREA POLIESPORTIVA
2012	ACADEMIA PARA IDOSOS
2012	TENDA
2013	MORADIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Uso ainda presente

De maio de 2015 a novembro de 2016, período de desenvolvimento do trabalho, os usos do viaduto Alcântara Machado⁵⁷ foram:

(23) Croqui dos usos no baixo do viaduto Alcântara Machado.

USO	
1. OCUPAÇÃO DE MORADIAS	5. SEM USO
2. OCUPAÇÃO DE MORADIAS	6. CONCENTRAÇÃO DE MORADORES DE RUA
3. OCUPAÇÃO DE MORADIAS	7. ACADEMIA DE BOXE DO GARRIDO
4. ÁREA POLIESPORTIVA	8. SEM USO

⁵⁷ O baixo do viaduto Alcântara Machado, no trecho após a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, era um espaço sem acesso público na referida data.

1.1.1 Academia de Boxe do Garrido

Quando cheguei na academia⁵⁸, em agosto de 2015, foi Joselito⁵⁹ que vigiava o estacionamento, quem me recebeu e perguntou se eu estava “precisando de algo”. Quando perguntei se ele trabalhava no projeto, ele prontamente disse:

“Aqui ninguém trabalha, cada um colabora como pode. Já que o seu Garrido está me dando uma força porque estava numa situação difícil, tenho que colaborar no que me pede. Aqui cuido da parte da academia e do estacionamento. Tem gente que vem aqui e acha que é da prefeitura. Aí não dá, meu amigo, porque aqui é um lugar de luta”.

No momento que outras pessoas chegaram à academia, ele se dirigiu para a recepção, onde fica o caderno de registro de frequência. O registro é tratado com importância: os usuários sempre assinam o caderno. Naquele período, logo após o almoço, somente homens jovens, entre 20 a 40 anos, se exercitavam nos aparelhos de musculação.

Joselito morava havia quatro meses na área dos fundos da academia. Era uma situação semelhante à de outras pessoas, que apesar de dividir o espaço, guardavam para si a sua história e a “colaboração” realizada no projeto. As cinco pessoas que estavam morando no baixo do viaduto trocavam pouquíssimas palavras entre elas e comentavam apenas sobre o serviço feito. Estes moradores do projeto são chamados por Garrido de “colaboradores”⁶⁰.

O depoimento de Joselito demonstrou dar-se muita importância ao fato de Garrido ter adquirido com a prefeitura a concessão de uso da área do baixo em 2006. Para ele, essa concessão permitiu a Garrido transformar a vida de pessoas marginalizadas pela sociedade e contribuir com uma área de lazer para o bairro, pois havia essa necessidade.

⁵⁸ Foram realizadas, de agosto de 2015 a novembro de 2016, 12 visitas ao espaço.

⁵⁹ Entrevista realizada com Joselito em 27 de agosto de 2015. Na data da entrevista Joselito tinha 56 anos.

⁶⁰ Informação obtida em entrevista com Garrido em 13 de setembro de 2015. Na ocasião, ele também pediu para não fotografar os usuários porque “alguns não acertaram as contas com a Justiça ou são procurados pela família. Você evita trazer problemas para eles”.

Ao notar sua atitude defensiva na conversa, pois ele mais rebatia do que respondia às perguntas, lhe disse que aguardaria a chegada de Garrido ao lado da recepção. Ele me propôs então entrevistar os outros moradores. Enquanto atravessávamos a área do estacionamento, perguntei se as vagas eram locadas, ao que ele respondeu⁶¹:

“Você não vai conversar com o seu Garrido? Pergunta para ele como funciona, já te falei que aqui a gente só colabora. Quem cuida disso é o seu Garrido. Todo o dinheiro que entra a gente entrega para ele. O dinheiro é para a manutenção do projeto”.

Os banheiros dos alunos, a área de dormir e a cozinha dos moradores ficam no fundo da academia (Figura 24). Os espaços foram construídos em alvenaria e se percebe que foram erguidos em momentos diferentes, sem um projeto para a área toda, mas conforme a necessidade. A cozinha é aberta e, ao seu lado, havia diversos sofás. A configuração formada se assemelhava à de uma sala, tendo em seu centro uma televisão (Figura 25). Contígua à cozinha fica a área em que as aulas de boxe eram oferecidas no período da noite até abril de 2016.

⁶¹ Informação obtida em entrevista com Joselito em 27 de agosto de 2015.

(25) Área ao lado da cozinha, em que sofás foram dispostos conformando uma sala. Outros elementos de uma residência, em 2015, estavam presentes no espaço, como um fogão. **(26)** e **(27)** A cozinha, por ser aberta, não era usada apenas pelos moradores do projeto, mas também pelos usuários dos aparelhos de musculação, que muitas vezes esquentavam ali uma marmita antes do treino.

Na cozinha estava Ademir⁶², morador do projeto havia oito meses. Ele colaborava no preparo das refeições e em outros serviços gerais. Enquanto ele preparava um café tentei fazer-lhe duas perguntas apenas, obtendo respostas curtas e olhares desviados. Decidi parar diante de seu desconforto. Quando o agradei pela fala, perguntou se o que ele havia dito iria ser publicado no jornal. Ao lado da cozinha, sobre a caçamba de uma antiga caminhonete, dois haitianos conversavam. Um era praticante de atletismo, e o outro, professor. Desde que chegaram do bairro do Glicério ao projeto, início de 2015, eles pouco interagem com o restante do pessoal da academia⁶³.

Essa dificuldade em falar sobre a academia e sua atuação nela foi observada em quase todas as pessoas no local. Isso talvez se deva a terem em seu passado maior algum contato com o vício e a criminalidade. Um dos principais objetivos declarados de Garrido na academia é resgatar as pessoas e reinseri-las na sociedade por meio do esporte⁶⁴. Aguardei Garrido por um tempo, mas não o encontrei naquele dia.

Em outra ocasião em setembro de 2015, antes de começarmos a entrevista, Garrido me solicitou a doação que pede às pessoas que usufruem do espaço para estudo ou para fazer reportagens jornalísticas⁶⁵:

"Você não vai ganhar pontos no seu trabalho ao estudar o projeto? Então, é importante você colaborar para manter ele de alguma forma. Como você não tem tempo para colaborar no dia a dia, acabo pedindo a doação de uma cesta básica. No mercado, aqui perto, eles vendem e eu vou buscar para você. Você também pode doar R\$ 50. Com esse dinheiro, compro coisas que faltam aqui, como comida, ou pago uma conta de luz".

Após estabelecermos um acordo de que eu contribuiria em outra ida, iniciamos a entrevista na entrada do estacionamento, sentados em bancos feitos de

⁶² Entrevista realizada com Ademir em 27 de agosto de 2015. Na data da entrevista Ademir tinha 48 anos.

⁶³ Informação obtida em entrevista com Joselito em 27 de agosto de 2015.

⁶⁴ Na entrevista, Garrido destacou que o projeto não é apenas uma academia de boxe, mas uma "fábrica de reciclagem de seres humanos". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xQMOgtM8SjU>>. Acesso em: 22 de jan. de 2017.

⁶⁵ Informação obtida em entrevista com Garrido em 13 de setembro de 2015.

tocos de madeira. Enquanto respondia às perguntas, Garrido brincava com os quatro cachorros abrigados no espaço.

Usuários vinham perguntar a ele sobre a colaboração de R\$ 20 ou pagar pelo uso do estacionamento. Um deles, um rapaz de cerca de 30 anos de idade, disse que tinha dificuldade de colaborar porque estava desempregado. Morador de um albergue próximo, o rapaz mencionou frequentar o projeto porque não gostava de ficar nas ruas no período em que estava fora do local, o que o ajudava a evitar o envolvimento com atividades que o levaram a se distanciar da família e perder o emprego de programador.

Quando o rapaz saiu, Garrido expôs para mim seu desejo de que o projeto tivesse abrigado um Telecentro⁶⁶ no viaduto do Café. Caso o desejo tivesse se concretizado, o Telecentro ofereceria cursos de capacitação profissional para os desempregados que o frequentam, realocando as pessoas em novos postos de trabalho com o apoio de entidades. Nesse momento, ele recordou os trâmites realizados para implantar seu projeto no viaduto Alcântara Machado⁶⁷:

“Antes de chegar aqui pedi o trecho onde estava há pouco tempo a Tenda, porque ali era o principal ponto do bairro. A minha ideia era que ali teria mais visibilidade para o meu projeto e contribuiria ao comércio. O comércio fechava as portas às 15h da tarde. Era uma insegurança grande nas ruas. O pessoal da Subprefeitura pediu para colocar o meu projeto no papel. Não coloquei nada no papel porque eles copiam suas ideias, já tinha passado por isso no viaduto do Café. Daí me falaram que eu deveria implantar o projeto aqui, no lugar mais crítico do viaduto. Nos outros trechos iriam implantar equipamentos para a população. Quando eu vim com o engenheiro da Subprefeitura ver o espaço, após a retirada das pessoas que estavam aqui, a única exigência que fiz foi para não colocarem um gradil em torno do espaço. Mas foi o que fizeram. Com o tempo, troquei todo o gradil por esse mais aberto. Quero que as pessoas vejam o que acontece ao passar aqui”.

Ainda que tenha contado no início com a ajuda do poder público para a instalação do seu projeto no baixio do viaduto, Garrido fez questão de dizer que a relação construída entre ele e prefeitura é de muita desconfiança. O que o levou a não

⁶⁶ É um espaço sem fins lucrativos, de acesso público e gratuito, com computadores conectados à internet, disponíveis para diversos usos. Disponível em: < <http://www2.mcti.gov.br/index.php/2016-11-29-22-24-23/telecentros>>. Acesso em: 23 de jan. de 2017.

⁶⁷ Informação obtida em entrevista com Garrido em 13 de setembro de 2015.

aceitar a aplicação do dinheiro público na gestão de seu projeto. Ele se diz envolto em um sistema corrupto e falho que depois cobra “certos favores”⁶⁸, o que não serve ao trabalho social realizado. Ele diz que isso também fez com que nunca participasse de qualquer edital para conseguir contratar professores ou adquirir equipamentos. Por isso, o projeto mantém características de seu início, como o emprego de peças de carro, geladeiras e latas de tinta cheias de concreto para os treinos de boxe.

Garrido afirma que nunca foi visto “como um protótipo do que os viadutos de São Paulo poderiam ser”⁶⁹. Ele diz nunca ter assinado qualquer tipo de termo para implantar seus projetos nos diferentes viadutos, que a concessão sempre foi feita no “boca a boca”⁷⁰, e que o termo de concessão seria necessário em caso de obtenção de lucro na ocupação do espaço, aos moldes de uma empresa, pois então haveria a cobrança de uma taxa pela prefeitura.

Ao mesmo tempo em que os recursos obtidos com a colaboração arrecadada entre os usuários da academia e com o uso do estacionamento servem para cobrir os gastos operacionais do projeto, também é desses recursos que Garrido e os demais moradores do espaço obtêm seu sustento. Esse fato possibilita questionar seu projeto quanto à alegada ausência de fins lucrativos. Outro ponto controverso é a cobrança de aluguel de um espaço público, prática ilegal.

Garrido diz que seus esforços nos baixios ocorrem devido a uma demanda por espaços públicos no bairro, dadas as características das praças e dos parques⁷¹ (Figura 28):

“Aqui tem lazer. Aquele parque do lado da Estação do Brás⁷². Um lugar com gradil, um guarda que aborda as mulheres e usuários de drogas. O tráfico lá é facilitado porque tem muita gente circulando. Imagina só o tanto que não se vende. Isso é lazer? A praça Kennedy é um local que também ninguém usa. Na verdade usa sim, mas para coisas erradas. Muitas pessoas procuram aqui para ter um lazer. Igual, sinto falta de não ter nada para as crianças. Elas ficam trancadas em casa. Eu já até fui procurar alguns brinquedos, mas

⁶⁸ Informação obtida em entrevista com Garrido em 13 de setembro de 2015.

⁶⁹ Informação obtida em entrevista com Garrido em 13 de setembro de 2015.

⁷⁰ Informação obtida em entrevista com Garrido em 13 de setembro de 2015.

⁷¹ Informação obtida em entrevista com Garrido em 13 de setembro de 2015.

⁷² O local comentado é Parque José Benemérito José Brás. O Parque foi inaugurado em 2011, após o pedido da comunidade. Disponível em: <<http://www.areasverdesdascidades.com.br/2012/06/parque-benemerito-jose-bras.html>>. Acesso em: 23 de jan. de 2017.

é tudo muito caro. Iria implantar ali, onde estão aqueles carros estacionados porque é na entrada, mais reservado. Por um lado, seria ruim, pois perderia o aluguel das vagas. É com esse dinheiro que compro cestas básicas e remédios para quem precisa, e comida para os cachorros. O que falta ao poder público é uma reflexão, dar uma distância e ver como as coisas funcionam no seu dia a dia. O que é muito diferente de uma ideia. Ele cria espaços, o problema é que as pessoas só usam o espaço. Não o ocupam e nem constroem uma relação. Aqui no projeto, você encontra essa relação”.

(28) Localização do parque Benemérito José Brás e da praça Presidente Kennedy entre os bairros do Brás e da Mooca. Algumas atividades do parque Benemérito José Brás, em 2015, eram propostas por moradores do entorno e variavam entre aulas de futebol, *tai chi chuan* e *muay thai*. Outras atividades foram estabelecidas com equipamentos públicos próximos, como as voltadas para idosos que decorreram de uma parceria com a Unidade Básica de Saúde do bairro do Brás⁷³.

Garrido afirma que sua academia vai além da ocupação do espaço, criando relações. Ele costumava dizer que a academia propiciava a seus usuários, por meio do convívio ali, uma “troca de ideologias”⁷⁴, embora a afirmação não tenha sido reiterada pelos entrevistados. E quando fala sobre a dificuldade de gestão da atividade, ele diz que ela se deve à falta de vínculo e comprometimento das pessoas com sua manutenção, diferentemente se o projeto fosse visto como a “casa do povo”⁷⁵, de algo

⁷³ Informação obtida em entrevista realizada com Geraldo, auxiliar da administração do Parque Benemérito José Brás, em 12 de novembro de 2015. Na data da entrevista Geraldo tinha 55 anos.

⁷⁴ Informação obtida em entrevista com Garrido em 13 de setembro de 2015.

⁷⁵ Informação obtida em entrevista com Garrido em 13 de setembro de 2015.

que é delas e para elas. Garrido acredita que, quando houver essa compreensão, então talvez os contratempos de seu trabalho diminuam. Ele diz que perdeu as comodidades de uma vida em família por causa da academia, já que executa as tarefas do projeto.

As perguntas feitas aos usuários do espaço tiveram como objetivo entender como eles souberam do projeto, qual era a contribuição dele em suas vidas e se colaboravam na gestão. Além disso, procurei entender se as ideias de Garrido sobre o projeto estavam presentes no discurso dos usuários.

Dois dias depois de começar a frequentar a academia, Robson⁷⁶ questionou se o meu trabalho serviria para a prefeitura tomar providências sobre o descuido com a cidade e explicou como ele se aproximou do projeto e que tipo de relação estava construindo com ele:

“Ainda quando não morava em São Paulo, passei de ônibus e vi o pessoal malhando debaixo do viaduto. Achei legal a ideia porque viaduto é sempre um lugar sujo. Quando me mudei de Itatiba e vim morar aqui no Brás, comecei a perguntar para o pessoal onde estava o projeto. Descobri que era perto de casa. Quando arrumar um trabalho de segurança quero vir três vezes na semana para manter a forma. Vou continuar vindo de tarde porque é mais tranquilo. Venho aqui para treinar mesmo. Não sou muito de fazer amizade e costumo ficar mais na minha. Vejo aqui como um lugar que posso fazer exercícios para uma questão de saúde. Não quero ficar forte para as garotas como um pessoal que vem”.

O que motiva grande parte das pessoas a começar a frequentar o espaço é o cuidado com o corpo. Com o passar do tempo, no entanto, com a convivência com os demais usuários e conhecendo melhor o trabalho realizado por Garrido, a percepção tende a mudar, como ocorreu com Ari⁷⁷, estudante de direito. No início da entrevista, ele questionou se a pesquisa realizada era para a rede Smart Fit investir novamente no projeto. Em certo momento ele me disse: “Com a reforma veio até cara com ‘carrão’ e gente da polícia, mas agora não tenho visto esse pessoal. Acho que deu uma caída”. Perguntei então se ele tinha presenciado as mudanças no espaço. Ele contou que, antes de vir à academia, pesquisou na internet como ela era. Encontrou um artigo no

⁷⁶ Entrevista realizada com Robson em 22 de agosto de 2016. Na data da entrevista Robson tinha 31 anos.

⁷⁷ Entrevista realizada com Ari em 22 de agosto de 2016. Na data da entrevista Ari tinha 20 anos.

jornal destacando as mudanças ocorridas em 2014 através da colaboração da Smart Fit⁷⁸ e que tinha se associado por isso e pela história do projeto:

“Comecei a vir aqui através de um amigo. Acho estranho chegar de cara em um lugar que não conheço. Meu amigo não frequenta mais o projeto porque está trabalhando. Ele veio por volta de um ano. Para ele continuar vindo, teria que ser de noite, mas complica na hora de voltar para casa porque acaba ficando bem tarde. Tem dois meses que venho e é no período da manhã, porque não estou trabalhando. Só ficar em casa é ruim. Para chegar aqui, venho caminhando lá da Aclimação. Dá por volta de 40 min. O projeto para mim é bom para manter a forma física, mas também venho pela história do Seu Garrido. É um cara que não vê isso aqui com interesse financeiro. Ele faz um trabalho para a cidade, até para o governo. A prefeitura não contribui com nada, é tudo o seu Garrido que paga. Por que a prefeitura não colabora com projetos semelhantes a esse?”.

Um ponto interessante da fala de Ari é o fato de ele achar que a manutenção do espaço decorre de recursos próprios de Garrido e não por meio da colaboração dos usuários.

O motivo para frequentar o projeto pode, para alguns usuários, envolver interesses financeiros, como a busca por uma oportunidade de trabalho. Como afirmou o segurança Ricardo⁷⁹, acompanhado da esposa, que também estava ali usando os equipamentos de musculação:

“Conheci o projeto através da televisão. Foi uma matéria sobre o trabalho do Garrido no viaduto do Café. Já tem mais de 12 anos que venho, acompanhei a transformação de muitas vidas. Venho de segunda a sábado, no período da noite, após o trabalho. Hoje vim de tarde porque de noite tenho evento na Igreja. Moro no sentido Corinthians-Itaquera da Linha Vermelha do Metrô. Aqui é próximo do meu trabalho, então, venho antes de voltar para casa. O projeto contribuiu na minha vida para a amizade. Também vejo como uma oportunidade de emprego para as pessoas que vem. A maioria do pessoal é segurança e acaba conversando sobre empresas que estão precisando de gente para trabalhar. Isso é muito bom e ajuda principalmente aquelas que já estiveram nas ruas. Já indiquei para muitos amigos o projeto porque aqui é um lugar que vejo como a minha própria casa”.

⁷⁸ O espaço recebeu, em 2014, a doação de 60 aparelhos de musculação, um ringue e um octógono profissional da rede Smart Fit, através da sua iniciativa “Atividade Física Para Todos”. Disponível em: CECCONELLO, Carlos; MACHADO, Rodrigo. Academia de boxe sob viaduto troca sucata por “padrão FIFA”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jul. 2014. Cotidiano, p. 3.

⁷⁹ Entrevista realizada com Ricardo em 16 de setembro de 2016. Na data da entrevista Ricardo tinha 37 anos.

Alguns usuários se referiam a Ricardo como “gigante”, quando pediam ajuda para ele durante os exercícios. Os “gigantes” são homens musculosos que normalmente frequentam o projeto há muitos anos. Entre os usuários mais jovens, eles inspiram respeito e admiração, servindo como um exemplo do que desejam ser.

A vontade de Garrido⁸⁰ de “trazer todo mundo para o viaduto” já resultou em situações negativas. Em 2013, um professor de *muay thai* tentou vender aos alunos calções que haviam sido doados para o projeto. Esse professor também tentou vender essas peças em lojas do bairro, pois a maioria dos alunos não tinha dinheiro para comprá-las. Ao perceber que o número de alunos de *muay thai*, atividade mais requisitada da academia, havia diminuído, Garrido buscou saber o que estava acontecendo. Ele afastou o professor e conseguiu recuperar uma parte do material.

Garrido diz que a partir da experiência negativa com o professor ele passou a trabalhar com cuidado no baixo do viaduto. Também adotou máxima cautela ao pedir a colaboração de R\$ 20, para que os usuários não a vejam como uma obrigação:

“A colaboração falo que é para manter o senso de compromisso com o amanhã, de o pessoal criar uma responsabilidade. O que vier é lucro para nós. O pessoal me diz: ‘Garrido você deveria cobrar mais caro pelo uso do espaço’. Tudo porque aqui perto tem estacionamento que cobra R\$ 150 para o pessoal deixar o carro. Aqui, por mês, cobro esse valor para as empresas deixarem os caminhões e do pessoal que deixa os carros por volta de R\$ 50. É com a ‘moeda da viúva’ que trabalhamos todos os dias. A fé em Deus é o que alimenta isso aqui”.

Algumas observações foram feitas a partir das visitas de estudo ao espaço. Os aparelhos de musculação são manuseados principalmente por homens (Figura 29). Os usuários mais jovens, de 18 e 25 anos, costumam se vestir como se estivessem em uma academia particular e utilizam equipamentos como luvas e cinturões. Chegam com roupas esportivas e fones de ouvido, e se dirigem diretamente para os aparelhos, dando preferência aos que estão distantes de outro em uso, o que sugere que evitam contato com os demais usuários (Figura 30). Os mais velhos, de 30 a 45 anos, sempre conversam sobre a maneira de obter melhores ganhos na série dos exercícios (Figura 31). Entre eles, muitos chegam ao espaço de carro ou de moto e cumprimentam os

⁸⁰ Entrevista realizada com Garrido em 24 de maio de 2016.

“colaboradores” na recepção. Os aparelhos mais procurados são para os braços e o peito. Alguns treinam de calça jeans e até de chinelo, poucos vestem roupas esportivas. Depois do treino, alguns homens deixaram a academia uniformizados, prontos para ir ao trabalho. Praticamente não há idosos no projeto.

(29)

(30)

(31)

(29) A presença de homens é dominante nos diferentes horários de funcionamento do projeto; alguns chegam acompanhados de amigos. **(30)** O grupo mais jovem trazia a sua própria garrafa de água e toalha para secar os aparelhos. **(31)** A faixa etária dos usuários mais velhos costumava conversar entre um exercício e outro.

Em uma das visitas ao viaduto, em fevereiro de 2016, os “colaboradores” do espaço informaram que Joselito e Ademir não moravam mais no fundo da academia. Ao caminhar para a recepção com João, “colaborador” conhecido como “Negro Sall”, expliquei a ele a intenção da pesquisa. Entusiasmado com o assunto, me perguntou se eu iria contar a história da vida dele, pois ela daria um bom enredo de filme e explicaria a razão dele estar no baixo.

Quando começamos a conversar houve um distanciamento das perguntas preestabelecidas. A fala de João⁸¹ adquiriu a forma de um relato pessoal. Pedi que repetisse certos fatos de sua vida para entender melhor sua relação com Garrido, a vivência no viaduto como colaborador e professor de boxe (Figuras 32, 33, 34, 35 e 36), e, em especial, o cotidiano do projeto. João, segurança formado pela Polícia Federal, viria a morrer em abril de 2016.

Ele fez questão de enfatizar que, além de segurança, era motorista particular, havia sido servente de pedreiro e também feito figuração em programas de televisão e em comerciais. Parecia querer mostrar que conseguia sempre driblar as adversidades financeiras de sua vida. Uma de suas metas então era colocar os dois filhos na faculdade. Sua filha, que tinha 21 anos, havia recentemente concluído um curso particular de técnico de segurança do trabalho. O filho, de 19 anos, por alguns meses foi jogador de futebol em um time de base em São Caetano do Sul. Ele pretendia dar um carro zero para cada um e ajuda-los a pagar as mensalidades quando ingressassem no ensino superior. Mesmo morando no viaduto desde 2012, mantinha contato com os filhos, que passavam para vê-lo no projeto com frequência.

⁸¹ Entrevista realizada com João em 16 de fevereiro de 2016. Na data da entrevista João tinha 44 anos.

(32)

(33)

(34)

(35)

(36)

(32), (33), (34), (35) e (36) Espaço que João ensinava aulas de boxe até abril de 2016. As aulas ocorriam nas terças e na quintas, no período da noite. A faixa etária dos alunos variava entre de 18 a 60 anos. No futuro, Garrido cogita que ele seja transferido ao lado dos equipamentos de musculação para a construção de um teatro no lugar das antigas aulas de boxe⁸².

⁸² Informação obtida em entrevista com João em 16 de fevereiro de 2016.

Sua primeira aparição na mídia foi nos anos 2000, em uma reportagem sobre “os boxeadores da pedreira”⁸³. A reportagem destacava o projeto que Garrido iniciava na Vila Ré, no final dos anos 1990. Entre os boxeadores do projeto na Vila Ré, além de João, treinavam o filho de Garrido e Jack. A maioria dos boxeadores não queria participar da iniciativa; achavam estranhos os treinos propostos por Garrido, que incluía carregarem pedras imensas. A personalidade autoritária de Garrido também dificultava a permanência dos alunos no projeto.

Após aparecer em reportagens, João conseguiu um patrocínio e se desvinculou de Garrido em 2003, mas a amizade se manteve. Acreditava que, assim como havia acontecido com ele, a frequente exposição na mídia ajudara Garrido a adquirir a concessão de uso do baixio do viaduto do Café, onde João visitou o “mestre” algumas vezes. Até que, por motivos pessoais, em 2008 ele teve sua primeira experiência como morador e colaborador do projeto no viaduto Alcântara Machado. Em 2012 passou a residir definitivamente no baixio.

Embora possuísse uma forte relação com o projeto e reconhecesse seu valor, João pretendia ir para os Estados Unidos, onde já havia participado de lutas. Queria reconstruir sua vida lá, com a ajuda de amigos estabelecidos no país, com quem mantinha contato pelo Facebook. Muitos deles eram imigrantes brasileiros. Durante as entrevistas, ele citou diversas vezes a passagem da Bíblia sobre a transformação da água em vinho, estabelecendo uma comparação com o que poderia acontecer em sua vida. A formação cristã de João parecia contribuir para sua admiração do projeto da academia, onde via o exercício de valores religioso como a solidariedade.

Após se desvincular dos treinos com Garrido na Vila Ré, em 2003, João passou a treinar sozinho. Trabalhava durante a semana como servente de pedreiro e, nos finais de semana, como segurança particular. Foi em um desses trabalhos como segurança em 2009 que ele começou a prestar serviços para um doleiro e deixou a atividade de servente. Uma de suas funções era levar todos os dias remessas de dinheiro ao banco. Aos poucos conquistou a confiança do doleiro, que o convidou para ser sócio em uma de suas empresas em 2010.

⁸³ Informação obtida em entrevista com João em 16 de fevereiro de 2016.

João alcançou uma boa estabilidade financeira com a sociedade e adquiriu bens: uma casa, uma chácara e um carro de luxo. Mas, ainda em 2010, o escritório que mantinha próximo da avenida Paulista foi assaltado, e dele levaram R\$ 1 milhão. A sociedade com o doleiro foi então desfeita. Outros acontecimentos acabaram desestruturando sua vida. A separação de sua esposa ocorreu ainda em 2010. Os poucos bens que sobraram ficaram para os filhos.

Durante as entrevistas, esses acontecimentos eram sempre retomados, algumas vezes para associá-los com outros momentos de sua vida. Não citava os nomes das pessoas com quem trabalhou: “Depois podem querer acertar as contas comigo”⁸⁴.

Nos finais de semana, ele ainda trabalhava como segurança particular para empresários. Porém, não prestava serviços por mais de três meses à mesma pessoa. Dizia que era comum que após esse período passassem a tomar decisões sem consultá-lo, dificultando seu trabalho. João costumava viajar para outras cidades com esses empresários em jatos particulares, se hospedar em hotéis de luxo e navegar em iates. Situações que contrastavam com a vida enfrentada diariamente no baixo do viaduto e que ele comentava achando graça justamente dessa possibilidade de viver entre duas realidades distintas.

João buscava reiterar a importância da colaboração para a manutenção do projeto quando usuários assinavam o caderno de frequência na recepção insistindo mesmo se a pessoa desconversasse ou alegasse estar desempregada. Para os novos usuários, enfatizava a figura de Garrido. Como quando um rapaz em seus 20 anos ofereceu a colaboração e perguntou se poderia frequentar o espaço porque não conseguia mais pagar a mensalidade da academia particular. João mostrou a ele uma foto de Garrido fixada em um pilar e disse: “aquele ali é o Seu Garrido, o cara que começou tudo isso aqui”⁸⁵. Depois de o rapaz sair, explicou para mim:

“A gente precisa sempre que possível buscar mostrar quem é o Garrido. O pessoal que vem treinar precisa entender que aqui é um lugar de resistência. Que é uma luta. Aqui a gente incentiva o pessoal a arrumar um

⁸⁴ Informação obtida em entrevista com João em 16 de fevereiro de 2016.

⁸⁵ Informação obtida em entrevista com João em 11 de março de 2016.

trabalho para poder colaborar. Sempre tem alguém precisando de um cara para lavar um carro, descarregar um caminhão ou subir uma laje. Dá para conseguir um dinheiro e colaborar com os R\$ 20. Tem algumas pessoas que vão atrás porque entendem que isso aqui é mantido pelo Garrido. Esse pessoal que está nas ruas também precisa criar um compromisso com algo para se reerguer”.

A partir da fala de João, pode se entender que a transformação operada por Garrido na vida das pessoas também busca a manutenção da academia por meio de colaborações.

Durante as entrevistas, foi possível perceber que as pessoas responsáveis pela manutenção diária do projeto já tiveram vivências nas ruas ou antigas ligações com crimes e tráfico de drogas. Como Natan, que foi levado ao projeto em maio de 2016 pelo tio, morador do entorno do viaduto, com dois objetivos. Um era que ele treinasse boxe no espaço para participar de campeonatos⁸⁶. O outro era afastá-lo do crime, com o qual o garoto havia passado a se envolver rapidamente no interior de Sergipe. Passaria a morar no viaduto Alcântara Machado, onde a convivência com Garrido o ajudaria a não se envolver mais com “pessoas e coisas erradas”.

A citação de trechos da Bíblia durante as entrevistas foi algo frequente também entre os “colaboradores” e os usuários do espaço. As orações diárias e as idas aos cultos de uma igreja evangélica contribuíam para Abílio⁸⁷ se distanciar de fatos de seu passado. Ele acordava diariamente por volta das 5h para fazer as orações e logo começava suas atividades no projeto, além de se dedicar à conclusão de um supletivo.

Conversamos enquanto Abílio tentava instalar alguns aplicativos no celular. Apesar de pouco tempo colaborando no espaço havia apenas 15 dias, ele já destacava o fato de o projeto ser mais frequentado à noite e que, de manhã e à tarde, normalmente aparecem albergados, estudantes, seguranças e desempregados – “pessoas com tempo livre”⁸⁸. Ele costumava manter-se próximo aos aparelhos de

⁸⁶ Informação obtida em entrevista com Garrido em 18 de agosto de 2016. Na data da entrevista Natan tinha 18 anos.

⁸⁷ Entrevista realizada com Abílio em 18 de agosto de 2016. Na data da entrevista Abílio tinha 44 anos.

⁸⁸ Informação obtida em entrevista com Abílio em 18 de agosto de 2016.

musculação em uso para não serem danificados por pessoas que vinham ao projeto com “má fé”. Essa vigilância era estendida à área do estacionamento.

Ele revezava suas atividades no projeto com Natan, a quem se referiu como “Bebê”. Abílio explicou que o rapaz era chamado assim por gostar de dormir, o que criava a necessidade de que alguém sempre acompanhasse suas atividades, e que desconhecia o motivo da vinda dele. Disse também que o considerava muito jovem, alguém que poderia construir um futuro distante de um viaduto. Natan demonstrava pouca experiência, deixando inúmeras vezes a recepção para perguntar a Abílio como os exercícios nos aparelhos de musculação deveriam ser feitos, porque os usuários tinham dúvidas.

Abílio mencionou que conheceu João do tempo em que participou das suas aulas de boxe. Lamentou a morte do antigo professor, sobre a qual disse desconhecer a causa. Ao contrário de Garrido, que afirmou ter recebido ligação da polícia comunicando a morte. Assim, como Joselito, o outro “colaborador”, Abílio disse que Garrido era quem conhecia a história de cada um e o acordo estabelecido para a pessoa morar no baixio do viaduto. Acordo com regras, como sempre avisar Garrido antes de sair do projeto e comunicar para onde iria. Mas ele não se queixava desse tipo de regra, pois entendia que Garrido o estava ajudando a se reerguer e, quem sabe, depois disso trilharia os caminhos ensinados pelo “mestre” e pelos estudos bíblicos.

O convívio de Abílio⁸⁹ com o projeto começara havia três meses, ainda enquanto ele morava na rua:

“Foi no albergue aqui do Brás que conheci o projeto. Sou de Bertioga. Antes passei por aquele projeto para morador de rua que tinha no viaduto do Glicério e também frequentei a tenda no parque Dom Pedro II. Fui morar na rua depois que separei da minha mulher. Sai de Bertioga, em 2011, e deixei uma vida para trás. Antes de deixar a cidade passei por clínicas de reabilitação. Quando comecei a receber uma ajuda do governo, morando no albergue, passei a colaborar aqui no projeto. Contribuí com os R\$ 20 e também limpava os aparelhos e os banheiros. Ajudava voluntariamente, dando uma força para o pessoal. Para mim era bom ficar aqui porque não estava nas ruas no horário que deixava o albergue”.

⁸⁹ Informação obtida em entrevista com Abílio em 18 de agosto de 2016.

A disposição em trabalhar no projeto (mesmo que a palavra usada seja “colaboração”) ocorre porque configura uma oportunidade de deixarem a rua ou algum albergue e seus inconvenientes, como horários, regras, infraestrutura ruim, ausência de vagas, entre outros motivos. Para Garrido, essa situação traz uma vantagem: ele não precisa contratar pessoas para realizar as atividades. O trabalho no projeto é desenvolvido por meio dessa relação, o que faz com que os colaboradores participem pouco das decisões, dificultando um envolvimento mais emancipado com o projeto.

Os usuários participam pouco da manutenção diária. A contribuição deles se resume à colaboração financeira, quando ela ocorre (a grande maioria dos entrevistados informou não contribuir). É Garrido quem centraliza toda a gestão, e não existe com os usuários um diálogo visando fortalecer o ideal de “bem comum” ou da participação coletiva.

A partir das entrevistas, percebe-se que o projeto não acolhe de fato diferentes usos. Isso só aparece na fala de Garrido. Para os usuários o foco é o uso esportivo do espaço, e eles não entendem muito bem o sentido de haver ali uma biblioteca, por exemplo. Para eles, a melhoria do espaço ocorreria com a instalação de mais aparelhos de musculação. Outras formas de gestão ou de participação não aparecem como um desejo em suas falas.

Ao acompanhar as atividades no espaço em diferentes períodos do dia, percebe-se que os usuários normalmente chegam, malham e logo vão embora. Esse tempo de permanência no espaço é um pouco maior do que uma hora. Quando questionado sobre se existiam dificuldades para obter a participação e o envolvimento dos usuários no projeto, Garrido⁹⁰ se esquivava um pouco da pergunta em suas respostas:

“A pessoa pode participar do projeto. Se ela quiser varrer pode sim. É que quando vem com o discurso de ajudar voluntariamente, como estou tem alguns anos desenvolvendo o projeto, sei que vai ter, no final, alguma cobrança pelo trabalho realizado. Já tive inúmeros casos de pessoas que vinham oferecer cursos de artes marciais e, ao final, pediram um salário de R\$ 1 mil a R\$ 2 mil. Quem quer participar do projeto vem para fazer e somar

⁹⁰ Informação obtida em entrevista com Garrido em 18 de agosto de 2016.

no dia a dia. Não acho que preciso pedir. Se a pessoa, por exemplo, está lá nos aparelhos e vê que a água do galão acabou não custa vir aqui no fundo e encher. Isso já ajuda os ‘colaboradores’. As pessoas sabem como funciona aqui. Tem que querer somar no projeto”.

O espaço e sua gestão são todos centrados na figura de Garrido, centro das decisões. Não existe ambiente para o diálogo sobre iniciativas que decorram do desejo dos usuários nem um esforço para que isso aconteça. O papel dos usuários se restringe à assinatura no caderno, o que pode servir para comprovar o uso do espaço diante de uma intervenção da prefeitura com objetivo de encerrar o projeto.

Garrido⁹¹ reconheceu ter conquistado uma posição privilegiada em algumas situações e pôde vivenciá-las:

“Sou grato por poder proporcionar isso na vida das pessoas. Foi Deus que me escolheu para fazer. O que estou propondo é um novo levante. Não me vejo como um líder. Mas o que quero é unir as pessoas para ajudar. Não é apenas fisicamente com as atividades de musculação, mas é também dando um ensinamento, uma troca de ideologia. Um jornalista mexicano, que esteve há pouco tempo aqui, em 2015, me disse que as pessoas no México me veem como um novo Che Guevara. Também, um grupo de Israel, quis me levar para os Estados Unidos e filmar a minha história. Há pouco tempo, me convidaram para carregar a Tocha Olímpica, no dia 24 de julho de 2016. Muitos que a carregaram depois deixaram a tocha em casa para que apenas a família veja. A minha família é o projeto, então, ela vai ficar em um monumento que vou mandar fazer. Não sou eu quem faz tudo isso, mas a união das pessoas. O governo cedeu o espaço, ainda que precariamente, acreditando que eu poderia fazer a diferença. É isso que eu tento fazer todos os dias”.

O trabalho realizado na academia por Garrido é útil para quem já possui familiaridade com os aparelhos de musculação por já ter frequentado uma academia particular. Já os que usam os aparelhos de musculação pela primeira vez demonstram certa dificuldade, e essas pessoas costumam perguntar para outro usuário, normalmente um “gigante”, de que maneira começar a atividade. Os novos usuários são importantes para o projeto, pois sem eles se restringiria ao uso por um grupo fechado, destoando de sua finalidade declarada de espaço voltado para a comunidade.

⁹¹ Informação obtida em entrevista com Garrido em 18 de agosto de 2016.

Como a gestão do espaço está toda centrada em Garrido, cabe questionar em que medida a academia se constitui em um espaço público e qual seria sua contribuição para a discussão sobre o uso dos espaços residuais dos baixios de viadutos.

1.1.2 Área Poliesportiva

Aos sábados, na área poliesportiva⁹², pessoas de diferentes faixas etárias costumam jogar futebol em suas quatro quadras (Figura 37). Desde 2011⁹³, um grupo imigrantes bolivianos aluga duas dessas quadras e joga enquanto as mulheres assistem em companhia dos filhos. Esse grupo tem grande entrosamento com o espaço. Nos jogos sempre há uma torcida, e eles levam alimentos típicos para consumir ao final das partidas, o que resulta em uma pequena festa, mas restrita àquela comunidade.

As outras duas quadras são usadas pelo projeto Estrelas da Mooca, fundado em 2013 por Pedro Vinicius e por jovens do bairro. Em uma das visitas ao espaço, em maio de 2015, Pedro⁹⁴ relatou que o Estrelas da Mooca tem o objetivo de transmitir uma “mensagem religiosa do bem às crianças”. Ao ser questionado sobre se ele representava alguma instituição religiosa, foi um pouco ríspido e tentou contrapor essa ideia:

“Nosso trabalho é social e religioso com o propósito de tirar as crianças das ruas e não deixar elas se envolverem com a violência. Mesmo falando de Deus para as crianças, no início da atividade aceitamos de qualquer religião porque o importante para nós é elas estarem aqui e passarmos uma mensagem. Então o projeto tem o horário das 8h às 11h, sempre aos sábados. No primeiro momento, conversamos com as crianças, por volta de uma hora, e depois jogamos futebol. As crianças moram aqui perto e possuem diferentes idades. A gente adota o princípio de vem quem quiser e recebemos todas. Se eu falar que aqui é católico você vai achar que só pode vir quem é católico. Não queremos isso”.

Ele se referiu à Fátima, como outros depois viriam a fazê-lo, como a “zeladora do viaduto”. No dia que acompanhei as atividades do projeto, dele participavam 25 garotos com idades variando de 8 a 12 anos. Eles se revezavam nas partidas e usavam equipamentos (coletes, caneleiras e bolas) fornecidos pelo projeto (Figura 38). Dentre os garotos, cinco eram filhos dos bolivianos das quadras ao lado, pois sempre corriam para elas ou para a pista de skate quando não estavam jogando.

⁹² Foram realizadas, de maio de 2015 a novembro de 2016, 15 visitas ao espaço.

⁹³ Informação obtida em entrevista com Fátima em 19 de abril de 2016.

⁹⁴ Entrevista realizada com Pedro Vinicius em 23 de maio de 2015.

O morador da Cidade Tiradentes José Airton⁹⁵, o “Ceará”, faxineiro do espaço, via o bairro apenas como um dormitório, já que todas as suas atividades se davam fora dele. Após eu lhe explicar a intenção do trabalho, ele disse:

“Esse viaduto já foi de um tudo. Já foi feira, favela, depósito e estacionamento. Tem muito tempo que trabalho nas ruas do bairro. Já sou gari, por aqui, há mais de 20 anos. Vi os mendigos incendiarem os veículos que ficavam no pátio da CET. Eles acabaram com tudo e construíram barracos. Até, que a prefeitura construiu essas quadras para o pessoal”.

Ceará informou que, pelo trabalho realizado no viaduto, recebia de Fátima em média R\$ 150 ao mês. Ele já estava havia dois anos ali. Fazia a faxina dos contêineres, lavava os banheiros e, quando necessário, recolhia latinhas nas ruas para ajudar a pagar a conta de água e de luz do local. Só não realizava esses trabalhos aos domingos, e procurava intercalar essas atividades com a de gari durante a semana. Quando o questionei sobre o valor do aluguel das quadras, utilizando como referência o valor que Pedro havia me informado, ele contestou⁹⁶:

“Não é esse valor não. Aqui é para brincar. As quadras são alugadas e cada um paga o que pode. O dinheiro é para manter isso aqui. Sabe quanto vem de água e luz? Mais de R\$ 300. E, quem paga? Se a pessoa puder nos ajudar é bem-vinda. A gente pede o que cada um pode dar, para manter cuidado. Aqui é tudo pago com dinheiro nosso, a prefeitura não ajuda em nada. Ela só deu o espaço. A gente se esforça para manter isso”.

⁹⁵ Entrevista realizada com José Airton em 16 de maio de 2015.

⁹⁶ Informação obtida em entrevista com José Airton em 16 de maio de 2015.

1. ACESSO	2. QUADRAS NÃO ALUGADAS	3. CONTÊINERES	4. QUADRAS ALUGADAS	5. PISTA DE SKATE
-----------	-------------------------	----------------	---------------------	-------------------

(38) A quadra que o projeto Estrelas da Mooca utilizava desde 2013 para suas atividades não era as com grama sintética. As quadras de grama sintética, até o final de 2016, eram alugadas para grupos que organizavam campeonatos, como os imigrantes bolivianos.

Ceará falou então que o dinheiro era importante para que o espaço não viesse a se tornar outra ocupação da população em situação de rua. Sobre a relação que a área poliesportiva mantém com os moradores da ocupação, ele informou que costumavam usar apenas os banheiros. Esses banheiros, usados tanto pelos moradores quanto demais usuários, estão em dois contêineres. No total, até o fim de 2016, havia cinco contêineres, cada um de uma cor, com diferentes usos além de banheiro: escritório, escola de artesanato e dormitório do vigia.

Quando se referiu à escola de artesanato, Ceará mostrou os trabalhos dos alunos e informou que a própria Fátima, a quem também se referiu como “zeladora do viaduto”, era a professora do curso de *decoupage*⁹⁷ e que foi ela quem ensinou as crianças da ocupação. As aulas deixaram de ser oferecidas em 2013, pois o valor para a compra de material era retirado do total obtido com o aluguel das quadras⁹⁸. Como houve uma queda no número de aluguéis, os recursos foram destinados apenas para os gastos básicos: água, luz e salário dos funcionários.

Enquanto Ceará me mostrava os banheiros, o vigia, Giorgio, acendia uma churrasqueira para fazer e vender espetinhos. Durante a semana, no período da tarde, Giorgio costuma controlar no portão a entrada de crianças que querem usar o espaço. Quando estive no espaço em junho de 2015, a conversa com Giorgio ocorreu primeiro através do portão, que ele só abriu após me reconhecer. Ele reside em um dos contêineres desde 2008, quando o espaço foi construído.

No momento em que passei a frequentar a área, ele sempre repetia: “O poder público não faz nada aqui. É tudo a gente que faz”⁹⁹. Quando percebeu que passei a visitar o espaço com maior frequência, adotou uma postura bastante defensiva. Não queria conversar, e inventava qualquer atividade para evitar ter de falar. Pode ter sido por medo de as informações fornecidas serem divulgadas e de isso de algum modo levar à perda do emprego e da moradia. Nos primeiros contatos, quando conversamos,

⁹⁷ É o nome dado à técnica de decorar objetos com colagens de recortes de papel estampado. Pode ser usada para enfeitar caixas, vasos, pratos, latas e outras superfícies. Disponível em: <<http://www.revistaartesanato.com.br/>>. Acesso em: 26 de jan. de 2017.

⁹⁸ Informação obtida em entrevista com Fátima em 19 de abril de 2016.

⁹⁹ Informação obtida em entrevista com Giorgio em 16 de junho de 2015.

ele se colocou como peça central para o espaço estar em funcionamento e bem cuidado: “Se não fosse eu, tudo estaria quebrado. E pode colocar no seu trabalho”¹⁰⁰.

Quando moradores de rua tentavam entrar no projeto, ele cuidava de evitar que isso ocorresse¹⁰¹:

“Se vejo que a pessoa vai entrar para ficar e me pede para descansar já falo: ‘Meu filho você vai descansar muito na morte. Aqui não rapaz’. Mando sair. Não posso deixar aqui ficar igual ao outro lado. Sabe o prefeito? Ele sabe que cuido disso aqui tudo”.

Em sua fala, as pessoas estavam sempre dispostas a quebrar o espaço e nunca a melhorá-lo. Como justificativa para a sua conduta, descreveu a ocasião em que as crianças quebraram o portão ao se pendurarem nele.

Há cadeados nos portões das quadras, dificultando usos espontâneos (Figura 39). Existe a percepção de que elas só podem ser usadas quando Giorgio está no espaço. O portão de acesso permanece sempre fechado, dando a impressão “de um lugar para determinado grupo”. Quem chega ao espaço pela primeira vez tem a impressão de que ele não é público. Os usuários mais antigos também costumam fechar o portão.

Em março de 2016, ao encontrar o Ceará¹⁰², em uma visita no final da manhã, ele me informou que, durante a semana, o espaço abre à tarde para a comunidade, a partir das 14h.

Fátima costuma aparecer no fim da tarde, depois das 17h, para verificar se houve algum problema durante o dia e produzir seus artesanatos. No período da manhã, Giorgio costuma cuidar de sua vida pessoal. Como varre as ruas do entorno do viaduto, Ceará usa o espaço para descansar no horário do almoço, junto com outros garis. Se necessário, ele faz algum serviço no baixio do viaduto Alcântara Machado. Os garis guardam os seus materiais de trabalho no local.

¹⁰⁰ Informação obtida em entrevista com Giorgio em 16 de junho de 2015.

¹⁰¹ Informação obtida em entrevista com Giorgio em 9 de julho de 2015.

¹⁰² Informação obtida em entrevista com Ceará em 15 de março de 2016.

Sabendo que o espaço só estaria aberto ao público à tarde, de abril a novembro de 2016, as visitas para o estudo foram realizadas só nesse período. Exceto aos sábados, quando o espaço também é aberto de manhã.

Observei um grupo de amigos à tarde, com faixa etária entre 20 a 40 anos, trabalhadores de diferentes pizzarias da Zona Leste, aproveitando o espaço (Figura 40). Eles costumam chegar de carro ou de bicicleta. Ao final das partidas, era comum ligarem o som dos carros em volume alto. Conversavam entre as mesas de concreto enquanto bebiam cervejas trazidas em *coolers*. Durante os jogos, todos usavam equipamentos como meiões, caneleiras e chuteiras, diferente de outros grupos.

O entregador de pizza Ramon¹⁰³, morador do bairro Armênia, soube do aluguel das quadras por um amigo que mora no bairro. Como o valor cobrado por elas era menor do que em outros locais da cidade, passou a frequentá-las com seu grupo havia oito meses. Quando o entrevistei, ele me perguntou se eu sabia dizer se era legítima a cobrança pelo uso das quadras, já que o “espaço era da prefeitura”. A pergunta revela, entre outras coisas, que seu conceito de público se refere ao que é implantado pelo poder público.

Os amigos combinavam os jogos por meio de um grupo de mais de 30 pessoas no aplicativo WhatsApp¹⁰⁴. Nem todos vinham toda semana. Para usar a quadra quatro vezes ao mês, combinaram com Fátima que pagariam R\$ 200, valor dividido entre eles.

Outro grupo encontrado foi o dos amigos que estudaram juntos e moravam no bairro do Glicério. Eles também usavam as redes sociais para marcar os jogos. O grupo era formado por 12 rapazes de 18 a 25 anos. Quando estiveram na quadra, trouxeram água gelada e equipamentos esportivos. Como no espaço não há bebedouros, a maioria dos usuários traz água; alguns recorrem a uma torneira próxima das quadras, que algumas pessoas usam para se refrescar nos dias mais quentes.

Nos jogos, eles formavam os tradicionais times com camisa e sem camisa. Ao serem questionados sobre o valor pago pelo aluguel das quadras, houve divergências

¹⁰³ Entrevista realizada com Ramon em 10 de abril de 2016. Na data da entrevista Ramon tinha 25 anos.

¹⁰⁴ Informação obtida na entrevista com Ramon em 10 de abril de 2016.

entre os rapazes, com valores variando de R\$ 120 até R\$ 400. De acordo com Filipe¹⁰⁵, vendedor, eles estavam utilizando o espaço havia cerca de um ano, porque as quadras da praça dos Bombeiros, no Glicério, haviam sido destruídas pela prefeitura por concentrarem moradores de rua.

(39) Os cadeados, em 2015 e 2016, estavam em todas as quadras e eram abertos por Giorgio quando alguém chegava para usá-las. **(40)** As partidas realizadas por diferentes grupos de amigos normalmente ocorrem uma vez na semana. Os que não estão jogando costumam ficar conversando.

¹⁰⁵ Entrevista realizada com Filipe em 5 de maio de 2016. Na data da entrevista Filipe tinha 19 anos.

O espaço não é frequentado apenas por quem utiliza as quadras. Os skatistas são um grupo presente, e alguns frequentam a pista própria para o esporte que existe na área poliesportiva. Em uma das visitas feita em abril de 2016, dois rapazes e duas garotas com no máximo 18 anos acenderam um “baseado” e o compartilharam logo após entrarem na área.

Enquanto, os rapazes faziam manobras, as garotas ouviam música em um Iphone, a maioria delas *raps* em inglês. Um dos rapazes deixou o espaço e, pouco tempo depois, retornou com um refrigerante e o distribuiu entre os amigos e também para outros skatistas que haviam acabado de chegar. Entre uma manobra e outra, eles costumavam aproveitar o *shape* do skate como banco para conversar.

Não é só pelo lugar ser um dos únicos na Zona Leste adequado para fazerem manobras com o skate que aqueles jovens estavam ali. Havia outras motivações. Dentre elas, Larissa¹⁰⁶, uma garota de cabelo colorido, mencionou:

“Venho porque posso encontrar amigos e conhecer outras pessoas. É um pessoal que gosta do que eu gosto. Tem a mesma *vibe* que a minha. Eu não ando de skate. Até tentei algumas vezes, mas não é para mim. Continuo vindo por conta dos amigos. Aqui é um lugar para a nossa liberdade”.

A percepção de aquele ser um local “para a nossa liberdade”, talvez se deva ao fato de a pista de skate ser o ponto mais escondido da área poliesportiva. Pouco se vê o que ocorre nela, devido à presença de um gradil e de uma rede de proteção. Com isso, Larissa e seus amigos podem fazer o que quiserem, como “puxar um beque após a escola”, mesmo com a presença de Giorgio no espaço. Sua presença já não representava uma intimidação; a hierarquia de relações do passado se perdeu e passou a existir uma outra forma de convivência. A presença de Giorgio era vista de maneira positiva por alguns skatistas. Esse ponto foi destacado por Rafael¹⁰⁷, que há cerca de seis anos frequentava a pista de skate:

“Por ser fechado acho que o ‘half’ (pista de skate) inibe um pessoal que gosta de vir para arrumar briga. Não vem pelo skate, pelo esporte. O vigia ajuda isso. É diferente se a gente estivesse na rua. Já vi algumas brigas aqui,

¹⁰⁶ Entrevista realizada com Larissa em 10 de abril de 2016. Na data da entrevista Larissa tinha 17 anos.

¹⁰⁷ Entrevista realizada com Rafael em 17 de maio de 2016. Na data da entrevista Rafael tinha 21 anos.

mas nada demais. O pessoal tem que entender que aqui é para todo mundo e usar na boa. Comecei a vir porque os meus pais tinham medo que andava de skate na rua. Foi bom porque no 'half' conheci um pessoal que mantenho amizade, mesmo hoje, só pelo Facebook”.

Johnnes, Pedro Henrique e Mateo¹⁰⁸, que eram colegas de sala de aula e estavam naquele momento usando outro trecho da pista de skate um pouco mais afastado, disseram tentar ficar distantes dos “noiados” para não “ganhareм má fama no bairro”. Embora houvesse essa divisão da pista de skate, eles disseram que todos podem usá-lo, e que até apareciam algumas pessoas com patins ou patinete, mas que os principais usuários eram os skatistas. Os garotos também disseram não usar as quadras. Johnnes explicou que o comum é cada um permanecer em seu espaço, com pouca interação entre eles.

O grupo já havia andado de skate no parque da Juventude e no parque Ibirapuera. Para entrar na área poliesportiva, pulava o gradil em vez de usar o portão principal. Era mais fácil assim, por virem da rua Frei Gaspar, que fica do lado oposto do acesso principal. Eles frequentavam o espaço havia mais de um ano pois ficava mais perto de suas casas comparado aos outros lugares que frequentaram, o que abria a possibilidade de se encontrarem após a aula.

Percebiam aquele espaço fechado como um local mais seguro. Seus pais temiam que algo acontecesse a eles, em especial a repressão da polícia quando andavam de skate na rua. Há uma semelhança com o relato de Rafael. Para os garotos, a pista de skate significa uma possibilidade de inserção no mundo do skate e a aquisição de um estilo de vida associado, com gestos, gírias, roupas e músicas.

Pedro Henrique considerava que a sociabilidade dos grupos de skate excedia o limite do baixio do viaduto Alcântara Machado, explicando que “rolês” para andar de skate eram organizados em um grupo no WhatsApp¹⁰⁹. O ponto final desse tipo de encontro sempre foi a praça Roosevelt, onde quem ia acabava usando drogas.

¹⁰⁸ Entrevista realizada com Johnnes, Pedro Henrique e Mateo em 5 de maio de 2016. Na data da entrevista os três tinham 16 anos.

¹⁰⁹ Informação obtida em entrevista com Pedro Henrique em 5 de maio de 2016.

Entre os skatistas, poucos acreditaram que seria possível implantar alguma mudança no baixo do viaduto. Acreditavam que isso se devia à falta de um pensamento coletivo entre os usuários e não tanto uma questão relativa ao gestor do espaço. Para eles, essa falta de um pensamento coletivo podia ser percebida por aspectos básicos da manutenção, como a limpeza. O acúmulo de sujeira foi um ponto abordado por Mateo¹¹⁰:

“Aqui é um dos lugares mais próximo de casa e que está com um bom estado para andar. Já cheguei a ir no parque do Belém e na praça do Catumbi. A praça do Catumbi é longe daqui e já está com a brita exposta. Aconteceu que, quando ela foi reformada, não previram lugares para os skatistas andarem. Tipo o que aconteceu na Roosevelt. Aqui no viaduto tem uma galera que se mobiliza para vir. Conheci um garoto que vinha da Vila Maria. O único problema daqui é que é muito sujo. Quando a gente vai embora a rodinha do skate está sempre preta da poeira. Ninguém se mobiliza para cuidar. O tiozinho não dá conta sozinho. Se todo mundo se juntasse seria legal, mas a força de vontade de alguns sempre é atrapalhada por um que não ajuda”.

A diversidade de usuários quanto a gênero, idade, etnia e renda gera diferentes motivações para o uso do espaço (Figuras 41, 42, 43, 44 e 45). No entanto, não há um pensamento coletivo em relação a sua manutenção. É possível que esse pensamento decorra do fato de a área sempre ter apresentado uso após sua construção. Não houve necessidade de os usuários se apropriarem do espaço e trazerem para si a responsabilidade de sua utilização e gestão, como se vê ocorrer mais recentemente em outros espaços públicos da cidade.

Pelas entrevistas, percebe-se que para esses grupos de skatistas algo público é algo que pode ser usado sem impedimento e sem demandar uma responsabilização. Embora o local seja gerido por um ator social, não houve esforço da parte desse ator em partilhar sua responsabilidade. Suas iniciativas se concentraram no estabelecimento de parcerias com o poder público para mobilizar recursos para sua manutenção e melhoria, o que o aluguel das quadras já não era mais capaz de proporcionar entre 2015 e 2016.

¹¹⁰ Informação obtida em entrevista com Mateo em 5 de maio de 2016.

(41)

(42)

(43)

(44)

(45)

(44) e (45) Embora o uso para atividades físicas predomine na área poliesportiva, outras situações foram encontradas entre 2015 e 2016, como a do motoboy que comia ali sua marmita embrulhada em um saco de pão enquanto ouvia música. Além do uso dos banheiros por pessoas do ponto de ônibus em frente ao baixio do viaduto Alcântara Machado.

Fátima¹¹¹ expressava certa frustração com a falta de envolvimento das pessoas na gestão da área:

“As pessoas pouco se interessam em contribuir com a associação. Elas sabem a barra que é propor algo e o quanto exige do seu tempo. Já tive que separar muitas brigas da molecada. Você acaba se envolvendo em questões que não são fáceis de lidar. A maioria das crianças, já chega desandada e querem só quebrar as coisas. Isso sempre foi a dificuldade em trabalhar aqui. Com algumas, ainda consigo impor certo respeito porque estudei com os pais delas, então, me conhecem. São pessoas que cresci”.

A área poliesportiva é gerida por Fátima desde sua construção em 2008. A Associação Esportiva, Social, Cultural Futuro Melhor da Mooca, que ela preside, foi fundada por volta de 2010 com o objetivo de obter um número de CNPJ. Esse documento era uma condição para participar de editais e de convênios divulgados pelo poder público. O objetivo dela era promover outras atividades no espaço, pois achava que a área não deveria oferecer só atividades esportivas, mas combinar diferentes usos, para atender os interesses de diversos tipos de moradores.

Segundo Fátima, apesar de ter se inscrito em muitos editais, a associação só conseguiu participar efetivamente de alguns, devido à grande procura e forte competição entre associações e ONGs para acessar esse tipo de recurso público.

Em 2008, uma das intenções da Subprefeitura da Mooca era instituir uma gestão compartilhada da área poliesportiva e da academia de boxe de Nilson Garrido para facilitar a manutenção dos espaços. A ideia não foi adiante, pois os dois atores sociais preferiram ficar cada um em seu espaço e enfrentar seus próprios problemas.

A área poliesportiva foi construída através da intermediação de um vereador nascido no bairro. Ele jogava bola com o marido de Fátima, que também era diretor do Jornal Gazeta da Mooca¹¹². O marido de Fátima relatava as sucessivas ocupações do baixo do viaduto Alcântara Machado, nos anos 1990, em reportagens no jornal como meio de demandar ao poder público a resolução dos problemas. Há registros fotográficos desses problemas feitos por ele que estão afixados em cartazes na sala de

¹¹¹ Entrevista realizada com Fátima em 19 de abril de 2016.

¹¹² Disponível em: <<http://www.gazetadamoooca.com/>>. Acesso em: 30 de jan. de 2017.

Fátima (um dos cinco contêineres). Os cartazes procuram reconstruir o histórico da associação no baixio do viaduto.

Em 2008, logo após a construção, a gestão da área poliesportiva foi passada para os moradores. Fátima¹¹³ assumiu toda a responsabilidade e disse que, desde o início, sabia que não teria a colaboração da administração pública na manutenção do espaço. Mesmo assim, ela afirmava repetidas vezes: “o poder público nunca nos ajudou”.

A gestão desenvolvida por ela resultou não de um edital de concessão de uso; foi firmada “de boca” e não está formalizada na subprefeitura da Mooca¹¹⁴:

“Os trâmites da doação não estão no papel. A única coisa que está no papel é a criação da associação. Não tenho nenhuma garantia de que posso permanecer aqui. Eu procurei estabelecer uma concessão de uso do espaço na subprefeitura, como o pessoal de uma escola de samba conseguiu em um viaduto aqui perto, mas até agora não tive respostas. Continuo trabalhando, dessa forma, sem muitas certezas. Essa situação, daqui a pouco, completa dez anos. Acredito que não vão me tirar daqui porque ninguém da subprefeitura aparece para ver coisa alguma. Para ela, acho que é até bom que fique aqui, porque não vira outra ocupação, como a que aconteceu do lado. É menos dor de cabeça, entende? Se até hoje não resolveram a que tá ali, imagina terem que resolver outra ocupação? Para o pessoal do ponto de ônibus e que anda pelas ruas aqui próximas, dá uma sensação de segurança a nossa presença. Então, no final, acho que para algo ainda é bom estarmos aqui”.

A obtenção de recursos para a manutenção do espaço por meio da cobrança de aluguel das quadras é outra questão controversa desde a inauguração. As quadras foram pensadas para o uso de times de futebol que jogavam nos campos de várzea que deixaram de existir. Por isso, não foi necessário que Fátima fizesse propaganda do espaço, e também houve uma divulgação no boca a boca. Para promover as atividades das “escolinhas” que havia no início do projeto, ela mandou fazer faixas e publicou anúncios no jornal do marido.

As escolinhas ofereciam aulas de futebol, capoeira, *hip hop* e reforço escolar. Com a redução dos recursos no decorrer dos anos, não foi possível manter a

¹¹³ Entrevista realizada com Fátima em 22 de abril de 2016.

¹¹⁴ Informação obtida em entrevista realizada com Fátima em 22 de abril de 2016.

contratação dos professores. Até dezembro de 2016, os recursos sustentavam apenas os gastos mínimos para a manutenção do espaço. Ainda assim os moradores do bairro se indagavam sobre a possibilidade de que Fátima estivesse obtendo rendimentos no espaço.

Em seu discurso, Fátima acabou deixando claro que o grande mérito do projeto não é tanto a de ele se constituir em uma possibilidade de lazer ou prática esportiva para os moradores do entorno, mas sim seu papel em impedir que o baixo do viaduto se torne outra ocupação da população em situação de rua. Apesar de reclamarem da população em situação de rua, alguns dos usuários do espaço se enquadram em uma condição semelhante à deles, pois vivem no baixo e/ou extraem renda do viaduto, por meio da venda de churrasquinho feita por Giorgio ou da produção de artesanatos por Fátima.

A análise desse viaduto nos revela os pactos ilegais estabelecidos entre os atores sociais e os usuários a fim de alavancar recursos para a manutenção dos espaços no seu baixo e para que os seus efeitos virtuosos continuem a reverberar no bairro. É interessante que para os usuários que pagam pelo uso do espaço, ele assume contornos de algo particular. Tais usuários também possuem certos privilégios no espaço como poder estacionar seus veículos durante as partidas de futebol na área poliesportiva ou enquanto malham na academia de boxe de Nilson Garrido.

Desse pacto também faz parte o poder público que caso remova as ações empreendidas pelos atores sociais teria que prever outras formas de ocupação. O que resultaria na aplicação de recursos. São recursos que talvez o poder público não disponha e o baixo do viaduto Alcântara Machado consequentemente por falta de previsão de uso seria ocupado pela população em situação de rua. Uma condição em que o baixo perderia as relações de uso público que nele se dão hoje e são capazes de atrair diferentes usuários.

1.2 Viaduto do Glicério

O viaduto do Glicério foi construído entre 1968 e 1971. Tem 900 m de extensão, começa sobre a rua Vasco Pereira e termina na saída para a rua Doutor Lund, constituindo um dos trechos da Ligação Leste-Oeste¹¹⁵. De modo semelhante a outros viadutos da cidade de São Paulo, como o Alcântara Machado, o viaduto do Glicério representa uma barreira intraurbana, neste caso entre os bairros do Glicério e do Cambuci (Figuras 46 e 47).

(46) e (47) Vista aérea, em 1971, da construção do viaduto do Glicério e das demais estruturas viárias que constituem a via expressa Ligação Leste-Oeste. Chama atenção a dimensão das áreas necessárias para a implantação das estruturas, que depois não seriam aproveitadas e passariam a ser deslocadas da paisagem.

¹¹⁵ A Ligação Leste-Oeste constitui outra importante via expressa de São Paulo. Com início no viaduto Ligação Leste-Oeste, sobre o rio Tamanduateí, a via termina no elevado Presidente João Goulart.

O viaduto no bairro do Glicério, nas imediações da praça da Sé, fica próximo a edificações que são referências entre os moradores, como a Paróquia Nossa Senhora da Paz, construída em 1940 (Figura 48). O Glicério é um bairro caracterizado pela presença de edifícios de quitinetes alugados por famílias de baixa renda¹¹⁶. As famílias mais pobres alugam cômodos em cortiços na rua dos Estudantes.

(48) Inserção urbana do viaduto do Glicério e as edificações relevantes de seu entorno. Essas edificações e espaços públicos foram citados durante as entrevistas.

Nos anos 2000, o bairro esteve na mídia em reportagens sobre o tráfico de drogas promovido ali por facções¹¹⁷ como o PCC, até hoje atuante no local. Mais recentemente, em 2016, o bairro passou a aparecer em meios de comunicação por receber imigrantes e refugiados (haitianos, angolanos, sírios, entre outros) no albergue mantido pela Paróquia Nossa Senhora da Paz¹¹⁸.

A proximidade do Centro e a farta infraestrutura de transporte (Estação da Sé e Terminal Parque Dom Pedro II) são vistos como vantagens para muitos moradores, o que frequentemente justifica a permanência no bairro, apesar de seu estigma de

¹¹⁶ São construções de até 28 andares, com uma média de 300 unidades, como os edifícios Esplanada e Branca de Neve.

¹¹⁷ LOMBARDI, Renato. Tráfico ordena toque de recolher no Glicério. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 nov. 2002. Cidades, p. 1.

¹¹⁸ SANT'ANNA, Emilio. Bairro negro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 maio 2015. Cotidiano, p. 3.

“bairro das favelas verticais”¹¹⁹ e a ausência de áreas de lazer. Há três praças no bairro: do Glicério (Figuras 49 e 50), a dos Bombeiros e a José Luiz de Mello Malheiro. Em entrevistas, no entanto, os moradores afirmaram que elas não são utilizadas por falta de manutenção¹²⁰.

(49) A praça do Glicério é cercada por edifícios de quitinetes. **(50)** No período da manhã, em 2016, algumas mães traziam os seus filhos, antes de irem ao mercado ou em outro estabelecimento comercial do bairro, porém a permanência no espaço era por pouco tempo em razão da falta de equipamentos. O mobiliário para as crianças estava quebrado.

¹¹⁹ Informação obtida em entrevista com tia Eva em 14 de maio de 2015.

¹²⁰ Informação obtida em entrevista com moradores do bairro em 18 de junho de 2015.

Um dos primeiros usos do baixio do viaduto do Glicério ocorreu com a instalação de um Terminal Intermunicipal em 1973 (Figura 51). Nele, operaram parte das empresas de ônibus intermunicipais com linhas ao litoral Sul do Estado de São Paulo¹²¹. O terminal foi proposto como medida de emergência durante a construção do Metrô na praça Clóvis Bevilacqua¹²², de onde partiam até então esse ônibus, já em um momento em que a Rodoviária da Luz não comportava mais a demanda (Figura 52). Após a desativação da Rodoviária da Luz, foram propostos terminais provisórios, como o do Glicério e, posteriormente, o do Jabaquara, em 1977, até que a rodoviária do Tietê fosse construída.

A área do Glicério foi escolhida devido a sua proximidade da avenida do Estado, o que facilita o acesso à via Anchieta, caminho do litoral paulista¹²³. O terminal, que a princípio deveria atender apenas as linhas do litoral, foi elevado, nos anos 1980, ao status de Terminal Interestadual, passando a receber os migrantes de outros Estados do país, especialmente da região Norte e Nordeste¹²⁴. Nesse período, o terminal se constituiu a “porta de entrada” dos migrantes que vieram “tentar a sorte” em São Paulo. Muitos deles, ainda estão no bairro do Glicério.

¹²¹ Ônibus do Litoral pára no Glicério. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 nov. 1972. Primeiro Caderno, p. 46.

¹²² Terminal do Glicério em operação dia 1°. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 mar. 1973. Primeiro Caderno, p. 9.

¹²³ A Praça Clóvis mudou-se para o Glicério. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 ago. 1973. Primeiro Caderno, p. 44.

¹²⁴ Secretário confirma mudança no terminal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 out. 1981. Primeiro Caderno, p. 11.

(51)

A PRAÇA CLÓVIS MUDOU-SE PARA O GLICÉRIO.

Esta é uma boa notícia para você, que até a pouco tempo partia da Praça Clóvis para o litoral. A EMURB - Empresa Municipal de Urbanização - já construiu o novo Terminal Rodoviário do Glicério. Por que Glicério? Simples: é acessível e mais fácil. Existem 50 linhas de ônibus que levam você até lá. E muitas vias expressas. O Terminal Rodoviário do Glicério fica a dois passos da Av. do Estado, portanto, da Via Anchieta. Agora você já sabe. Quando pensar em ir ao litoral, lembre-se do Terminal Rodoviário do Glicério.

**TERMINAL
RODOVIÁRIO DO
GLICÉRIO.**

(52)

(51) e (52) A ata de funcionamento do Terminal do Glicério, de 1980, cuja localização está destacada na primeira imagem, descreve a necessidade de implantação de um posto de assistência social. Quando o terminal passou a ser interestadual, cresceu significativamente a demanda por serviços como localização de parentes, procura de passageiros, solicitação de emprego e alojamento.

Em 1974 a Secretaria de Abastecimento instalou, em outro trecho do baixio do viaduto, duas feiras livres que eram realizadas no bairro do Glicério¹²⁵. Isso ocorreu na mesma época em que duas feiras livres do bairro de Santa Cecília foram direcionadas para o baixio do Minhocão. Na ocasião, o secretário de Abastecimento, Euclides Carli, informou estar mantendo entendimentos com a EMURB para que os baixios de todos os viadutos de São Paulo fossem utilizados como locais de feiras.

Com a construção do Terminal Rodoviário do Tietê, em 1982, as atividades do Terminal do Glicério foram encerradas e passou-se a cogitar que o baixio do viaduto abrigaria outras feiras livres, além de ser transformado em área de lazer com campo de futebol, quadra de futebol de salão e de vôlei e circuito radical para bicicletas¹²⁶. Também se cogitou instalar ali uma feira de artesanato nas tardes de domingo, semelhante à que havia na praça da República. O baixio, até pouco tempo antes, era citado como exemplo de intervenção em espaços residuais sob viadutos¹²⁷.

O prefeito Antônio Salim Curiati, ao visitar o local em 1983, afirmou que o baixio, área com 30.785 m², poderia receber um pronto-socorro e um sacolão¹²⁸. Mas ao final o prefeito instalou ali outra feira livre para reverter a condição de “abrigo a migrantes e favelados”¹²⁹ do antigo terminal. A feira comportava 123 barracas e tinha sanitários e um gabinete destinado à administração¹³⁰. Começou apenas às quartas-feiras, e depois, ocorria também aos domingos.

Enquanto se ponderava o que fazer com o restante do espaço do terminal, em 1983 ele já estava ocupado por três famílias de catadores de papel que haviam

¹²⁵ Feiras em baixo de todo viaduto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1974. Segundo Caderno, p. 18.

¹²⁶ Terminal do Glicério abrigará feiras livres. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jan. 1983. Segundo Caderno, p. 18.

¹²⁷ A deterioração urbana cresce sob os viadutos. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 maio 1973. Primeiro Caderno, p. 50.

¹²⁸ Pronto-socorro no Terminal Glicério. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 jan. 1983. Primeiro Caderno, p. 8.

¹²⁹ Ex-terminal passa a abrigar feira livre. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1983. Primeiro Caderno, p. 16.

¹³⁰ Ex-terminal passa a abrigar feira livre. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1983. Primeiro Caderno, p. 16.

construído moradias precárias ali¹³¹ (Figura 53). Os novos ocupantes do terminal tinham dificuldades de satisfazer até as suas necessidades mais básicas, como obter água, que buscavam em um posto de combustível.

Armados nas colunas das plataformas dos ônibus, os varais contrastam com a árida paisagem dos viadutos

Famílias moram nos banheiros do antigo terminal do Glicério

(53) A reportagem de 1984 pinta um cenário caótico no antigo terminal. Dizia que no labirinto de alças do viaduto, crianças brincavam em meio ao lixo; entre as colunas que dividiam as plataformas dos ônibus havia uma sucessão de varais¹³².

A sem teto Teresa Pedrosa relatou ter decidido limpar um dos sanitários, de pouco mais de 4 m², e ocupá-lo com o marido e os três filhos pequenos desde o fechamento do terminal¹³³. Além das dificuldades diárias de sobrevivência, os ocupantes do local enfrentavam a constante ameaça de remoção, pois a prefeitura começou em 1983 a demolição do que havia restado do terminal para impedir a chegada de mais famílias.

¹³¹ Carentes ocupam os banheiros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 fev. 1983. Primeiro Caderno, p.18.

¹³² GANDRA, José Ruy. Famílias moram nos banheiros do antigo terminal do Glicério. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 out. 1984. Primeiro Caderno, p. 20.

¹³³ Carentes ocupam os banheiros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 fev. 1983. Primeiro Caderno, p. 18.

Através dessa ocupação, o viaduto do Glicério passou a abrigar a população em situação de rua sistematicamente, fato pautou matérias nos jornais diários¹³⁴. A prefeitura declarou diversas vezes que retiraria a população do baixo sem contudo informar o destino dos moradores. Em alguns casos adotou ações emergenciais; em outros, ofereceu passagens para que os ocupantes voltassem a seus Estados de origem.

Por outro lado, desde o início dos anos 1980, entidades religiosas atuantes no bairro do Glicério passaram a tentar oferecer algumas condições mínimas de sobrevivência a essa população¹³⁵. As entidades buscavam criar uma estrutura de atendimento que permitisse a reinserção desses moradores na sociedade por meio de trabalhos comunitários e de parcerias público-privadas.

Esse trabalho com os moradores de rua começou ao mesmo tempo em que a feira livre ocorria em um dos trechos do viaduto. Uma sopa era servida a eles pela Organização de Auxílio Fraternal, que recolhia os restos e a preparava com a ajuda das freiras da Missão Oblatas de São Bento¹³⁶ (Figura 54). Desde os anos 1970 essas freiras do bairro do Glicério atuavam por meio do Centro Comunitário dos Sofredores de Rua.

A partir de seu surgimento em 1958 como sociedade sem fins lucrativos, a OAF busca atuar em projetos de inclusão social voltados a moradores de rua em diferentes cidades do país¹³⁷. A sopa oferecida para aqueles que viviam debaixo de viadutos, pontos de ônibus, marquises de prédios e em praças, “os sofredores da rua”, buscava ir além do mero fornecimento de comida. Tinha também o objetivo de fazer com que as pessoas se sentissem participantes de algo, encontrando amigos, respeito

¹³⁴ Destaque as reportagens:

Prefeitura exige saída das famílias de antigo terminal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 out. 1984. Primeiro Caderno, p. 17.

Remoções de barracos do viaduto deve terminar hoje. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 1986. Cidades, p. 13.

¹³⁵ Homens da rua têm ajuda. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 1982. Terceiro Caderno, p. 28.

¹³⁶ Homens da rua têm ajuda. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 1982. Terceiro Caderno, p. 28.

¹³⁷ A instituição foi fundada pela Dra. Dalva de Mattos, em decorrência do seu trabalho no Juizado de Menores, onde conviveu com relatos de violência/abuso praticados contra crianças e adolescentes. Disponível em: <<http://www.oaf.org.br/>>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

e carinho. Isso era feito chamando esses moradores de rua a contribuir nas atividades necessárias para o preparo da sopa¹³⁸.

No final da década de 1980, começava a ficar claro que uma atuação meramente assistencial não resolveria a questão da crescente população de rua. Era preciso elaborar meios de fortalecer essa população, criando nela um sentido de comunidade e de responsabilidade sobre sua reinserção na sociedade. Esse desejo podia ser notado na fala de Abel¹³⁹, coordenador do projeto Direitos Humanos no Viaduto, ao comentar sobre a atuação da OAF no baixo do viaduto do Glicério:

“Então, a OAF e o viaduto do Glicério vão participando um pouco dessa história da assistência à população em situação de rua na cidade de São Paulo. Aqui não é só um lugar de morador de rua. Mas é um lugar onde uma organização especialmente participou e participa da construção de uma política pública para o atendimento dessa população. Em vários momentos da sua história, se discutiu como deveria ser esse atendimento. O viaduto então teve uma extensão maior do que o seu próprio local. Ele acabou assumindo uma imagem simbólica, sendo conhecido por um número muito grande de pessoas que vinham ao preparo da sopa por se sentirem refugiadas”.

Em 1983, a freira Ivete de Jesus, integrante da Missão Oblatas de São Bento, destacou a importância da sopa no acolhimento dos moradores de rua e criticou a atuação das entidades governamentais: “Elas criam a falta de iniciativa, tomam soluções superficiais, a pessoa fica sem opção de nada, tiram os direitos do indivíduo. O objetivo com a sopa é que não se sintam culpados, sozinhos, mas que se unam em comunidade”¹⁴⁰. Nos encontros da sopa era de costume os moradores de rua construírem banquinhos com a madeira recolhida nas ruas (Figura 55). A maioria deles coletava papelão.

¹³⁸ “Sofredores” organizam-se nas sopas sob os viadutos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 1983. Primeiro Caderno, p. 13.

¹³⁹ Informação obtida em entrevista com Abel em 18 de novembro de 2015. Na data da entrevista Abel tinha 40 anos.

¹⁴⁰ “Sofredores” organizam-se nas sopas sob os viadutos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 1983. Primeiro Caderno, p. 13.

A Irmã Ivete ainda atua no bairro do Glicério com o projeto Cor da Rua, criado em 2002 em uma casa na rua dos Estudantes¹⁴¹. No espaço, moradores de rua confeccionam objetos e móveis com materiais recicláveis. A casa em que as atividades se desenvolvem foi comprada em 2002 por uma família de italianos que, após terem visitado o antigo local do projeto, perceberam a necessidade de uma melhor infraestrutura para sua realização.

A consolidação dos encontros em torno do preparo da sopa motivou a população em situação de rua a criar a Missão dos Sofredores da Rua, evento de manifestação e de protesto com a finalidade de reivindicar os direitos dos que viviam na rua na cidade de São Paulo¹⁴². Entre os anos de 1983 a 1985, os recursos para a Missão eram arrecadados pelos catadores de papelão. Nos encontros, três comunidades de São Paulo (Parque Dom Pedro II, Luz e Glicério) e os “sofredores” de vários pontos do país se reuniam sob a coordenação da OAF. A abertura do evento, que chegava a ter a participação de até 500 “sofredores”, alternava cânticos com orações na escadaria da Catedral da Sé e terminava no viaduto do Glicério. Sob o viaduto ocorriam atividades como projeções de filmes, apresentações teatrais, palestras e a própria distribuição da sopa.

Percebendo essa capacidade de organização, os catadores decidiram que todos eles deveriam trabalhar em conjunto. Em 1985, valendo-se da experiência que desenvolveram na organização da Missão dos Sofredores da Rua, um grupo de dez catadores fundou a Associação de Catadores de Papel. Ela foi sediada em uma casa alugada no Glicério pela entidade a fim de que os catadores escapassem da perseguição e do impedimento da prática de seu trabalho pela polícia. Com o tempo, o número de associados cresceu e, em 1989, a associação se transformou na Coopamare (Figura 56). No mesmo ano, começava o mandato de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo. Quando vereadora, a política já acompanhava o trabalho dos catadores na associação. Como prefeita, ainda no primeiro ano de sua gestão, ela concedeu a área

¹⁴¹ Os objetos estão em permanente exposição no projeto Cor da Rua para serem comprados. Disponível em: <<http://www.mulher.com.br/uncategorized/onde-o-lixo-vira-arte>>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

¹⁴² Sofredores da rua reúnem-se para atividades comunitárias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 set. 1984. Primeiro Caderno, p. 15.

embaixo do viaduto Paulo VI, em Pinheiros, para a instalação da Coopamare (DOMINGUES JR., 2003, p. 13).

(54)

(55)

(56)

(54) Distribuição da sopa, em 1992, preparada pela OAF no baixo do viaduto do Glicério. **(55)** e **(56)** Em 1985, no baixo do viaduto também começou a organização da Coopamare. Todas as quartas-feiras, os catadores de papelão se reuniam para ajudar no preparo da sopa. Nota-se pelas imagens que o grupo de participantes do encontro era bastante heterogêneo (homens, mulheres, crianças e idosos).

Foi também a partir do preparo da sopa que se instituiu, em 1994, a Associação Minha Rua Minha Casa no baixo do viaduto¹⁴³ (Figura 57). A construção do espaço teve como ponto de partida um comodato com a prefeitura. Os serviços eram prestados pela OAF em parceria com o Pensamento Nacional das Bases Empresariais e o Colégio Santa Cruz.

(57) Localização da Associação Minha Rua Minha Casa, em 1994, no baixo do viaduto do Glicério. Na área entre o viaduto e as quadras com cortiços do bairro, moradores de rua costumam vasculhar os sacos de lixo das moradias.

A associação era um centro de convivência onde os moradores de rua tinham espaço para tomar banho, guardar pertences, fazer atividades de lazer e receber correspondências¹⁴⁴. Em 2000, o espaço tinha um posto de primeiros socorros. Os curativos e medicamentos que dispensavam receita médica eram administrados por uma enfermeira¹⁴⁵. Os serviços eram oferecidos de segunda a sábado, durante a manhã e a tarde. À noite, os usuários deveriam procurar albergues mantidos pela prefeitura e por entidades privadas. Ou dormir nas ruas.

¹⁴³ Os programas e as atividades socioeducativas da Associação Minha Rua Minha Casa tinham como base a convivência entre os usuários e almejavam o desenvolvimento individual de cada morador de rua. Disponível em: <<http://amrmc.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 3 de fev. de 2017.

¹⁴⁴ KOTSCHO, Ricardo. Excluídos de São Paulo montam sua cidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 abr. 2001. Cotidiano, p. 8.

¹⁴⁵ DEL RÉ, Adriana. Associação cria lar sob viaduto. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 out. 2000. Seu Bairro, p. 3.

Pelo projeto apresentado ao poder público pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais em 1995, o espaço ocupado pela associação no baixo do viaduto teria quadras poliesportivas para os moradores do bairro, procurando a aproximação entre esses dois grupos¹⁴⁶. O projeto desenvolvido pelo arquiteto Roberto Loeb contou com a participação de moradores de rua em sua concepção. O centro de convivência idealizado teria quatro salas para atividades e um salão com entrada independente, que poderia ser alugado, com essa renda revertida para a manutenção da associação. Na execução do projeto, foram construídas apenas as áreas de atendimento.

Em 1999, a prefeitura começou a colaborar na manutenção da associação¹⁴⁷. O sistema em que se realizavam as atividades – por meio de mutirão de funcionários, voluntários e a população em situação de rua para gerar vínculos, quebrar relações de dependência e recuperar a autonomia – ganhou destaque na mídia como uma real possibilidade para o enfrentamento da questão dos moradores de rua. Walter Varanda, psicólogo e coordenador da Associação Minha Rua Minha Casa, descreveu o trabalho: “Não queremos que essa população simplesmente ganhe as coisas, mas que trabalhe para conquistá-las. [...] Os moradores de rua estão acostumados a receber as coisas e estabelece-se uma relação de dependência. Aqui, eles aprendem que precisam fazer algo para receber em troca”¹⁴⁸. Quem comparecia esporadicamente ao espaço se enquadrava na categoria de “usuário” e fazia uso do local apenas às quartas-feiras e aos sábados, no período da tarde, tendo o direito de tomar banho e comer um lanche.

Os serviços prestados pela Associação Minha Rua Minha Casa encerraram-se em 2014 por falta de recursos¹⁴⁹. O local permaneceu fechado por um tempo e, em 2015, um novo projeto chamado Direitos Humanos no Viaduto retomou parcialmente as atividades prestadas. Era gerido por funcionários que atuaram na Associação Minha Rua Minha Casa, como o coordenador Abel. Oferecia café da manhã das 7h30min às

¹⁴⁶ FOLGATO, Marisa. Vão de viaduto terá centro para morador de rua. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 maio 1995. Cidades, p. 5.

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://amrmc.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 3 de fev. de 2017.

¹⁴⁸ DEL RÉ, Adriana. Associação cria lar sob viaduto. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 out. 2000. Seu Bairro, p. 3.

¹⁴⁹ Informação obtida em entrevista com Abel em 18 de novembro de 2015.

8h, a partir da distribuição de 100 senhas às 7h. O horário para banho e uso de tanques para lavar roupa ia das 7h às 16h30min¹⁵⁰. Outros trabalhos intermediados pelo projeto aconteceram no baixio do viaduto até junho de 2016 com a finalidade de aproximar os moradores do Glicério do viaduto. As atividades variavam de apresentações de música a oficinas de beleza, e eram informadas em uma página no Facebook¹⁵¹.

A respeito da transição entre os projetos e os encaminhamentos pretendidos pelos Direitos Humanos no Viaduto, Abel expôs¹⁵²:

“A Associação, que aqui estava por mais de 20 anos deveria atender 200 pessoas, mas atendia mais, muito mais, às vezes até 300 pessoas, com almoço e banho. Não conseguia mais realizar o trabalho antes discutido. Um trabalho com maior qualidade, melhor remuneração para os funcionários e com profissionais qualificados, digo com nível superior. Essa questão dos salários resultou em não conseguir contratar pessoas formadas e, sim, em formação. O que afetava e muito os trabalhos, por conta do despreparo. Nesse período, que o espaço ficou fechado, a Secretaria de Direitos Humanos chamou a OAF para conversar. O secretário Rogério Sottili, na época, nos disse o seguinte: ‘Olha nós temos um valor. Vamos tentar fazer um convênio para manter o viaduto aberto?’. Então, começamos a rascunhar um projeto que a princípio era manter minimamente um acolhimento e fazer uma ação intersetorial. Depois abrir o espaço para as Universidades e outros serviços. Na intenção de fazer uma atuação mais de cultura e não caracterizar o local apenas como um trabalho assistencial. Imaginar a cultura como capaz de minimizar a vulnerabilidade social do bairro”.

Em 2006, durante a administração de José Serra, o contexto de violência no Glicério pautou uma ação conjunta entre a Polícia Militar e a Guarda Civil Metropolitana com o propósito de mudar o perfil do bairro, cujas ruas estavam repletas de resíduos devido às atividades de depósitos clandestinos de reciclagem¹⁵³. Com a ação, a prefeitura pretendia incentivar os catadores a participar das cooperativas do baixio do viaduto, que posteriormente seriam transferidas para um terreno negociado com a CET.

¹⁵⁰ O projeto era voltado à população em situação de rua com foco na promoção de sua saúde. Disponível em: <<http://direitoshumanosviaduto.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 4 de fev. de 2017.

¹⁵¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/DireitosHumanosNoViaduto/?fref=ts>>. Acesso em: 4 de fev. de 2017.

¹⁵² Informação obtida em entrevista com Abel em 18 de novembro de 2015.

¹⁵³ SCHIVARTCHE, Fabio; PRATES, Tharsila. Prefeitura agora tenta limpar o Glicério. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 fev. 2006. Cotidiano, p. 8.

Duas cooperativas operavam no viaduto do Glicério desde os anos 2000. A Recifran, com 90 pessoas, e a Camari, com 38¹⁵⁴. Como o terreno da CET não foi concedido, os catadores permaneceram sob o viaduto. Em 2006, os participantes da Recifran se desvincularam da organização e fundaram, no mesmo local, a Cooper Glicério (Figura 58), com o objetivo de conseguir maior autonomia na comercialização dos materiais recicláveis. Após se desvincular dos catadores, a Recifran estabeleceu outra cooperativa na rua Junqueira Freire, no Cambuci. No final de 2016, apenas a Cooper Glicério operava no viaduto.

A origem da Cooper Glicério a partir da Recifran estava ligada ao Largo de São Francisco:

“Segundo relato pessoal do então presidente da Cooper Glicério, Senhor Romeu – que participou ativamente das atividades da cooperativa desde seu surgimento, o Largo de São Francisco era o local em que os catadores de lixo se reuniam. Ali, cada carroceiro – a grande maioria formada por moradores de rua – traziam suas carroças, separavam de modo precário os resíduos coletados e vendiam de forma independente, pouco arrecadando com a mercadoria vendida” (MAGNI; GÜNTHER, 2014, p. 152).

O espaço da Cooper Glicério¹⁵⁵ no viaduto, onde operava um antigo ferro-velho¹⁵⁶, foi construído de forma precária, com tapumes de madeira. Mesmo assim é bem cuidado. Todas as salas são coloridas e possuem alguma intervenção artística feita pelos próprios carroceiros, demais associados e grafiteiros. Os materiais recolhidos são coletados de empresas da área central de São Paulo. Após a triagem, são vendidos a compradores cativos.

¹⁵⁴ SCHIVARTCHE, Fabio; PRATES, Tharsila. Prefeitura agora tenta limpar o Glicério. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 fev. 2006. Cotidiano, p. 8.

¹⁵⁵ Foram realizadas, de abril a maio de 2015, 4 visitas ao espaço.

¹⁵⁶ Informação obtida em entrevista com Maria Aparecida em 15 de abril de 2015. Na data da entrevista Maria Aparecida tinha 49 anos.

(58) Localização da Cooper Glicério, desde 2006, no baixio do viaduto do Glicério. Uma das dificuldades enfrentadas pela cooperativa em 2015 era manter o projeto com poucos recursos. Por isso, os cooperados estavam em negociação com a Rede Paulista de Reciclagem para tentar elevar o preço do material comercializado¹⁵⁷.

A história da origem da Cooper Glicério no viaduto está centrada em Sérgio da Silva Bispo, conhecido como “Bispo”¹⁵⁸. No entanto, ele foi destituído da presidência em 2013 devido a seu temperamento impulsivo que, para alguns carroceiros e associados, prejudicava o funcionamento da cooperativa¹⁵⁹. Desde então, Maria Aparecida é a presidente. Ela tem atribuições específicas, como negociar o preço do material a ser vendido e dialogar com a prefeitura para viabilizar a permanência da Cooper Glicério no baixio (Figuras 59 e 60). Sobre a relação construída com o poder público, Maria explicou¹⁶⁰:

“Nós temos uma licença de uso do espaço. Frequentemente, a prefeitura envia fiscais da zoonose para ver as atividades, por isso, procuramos manter tudo organizado e, na medida do possível, realizar benfeitorias para evitar problemas. Há pouco tempo, compramos novos extintores de incêndio. Tudo para não dar mais motivo de nos tirarem daqui. Também pagamos uma taxa anual para o uso do espaço, que por sinal não é um valor pequeno.

¹⁵⁷ Informação obtida em entrevista com Maria Aparecida em 15 de abril de 2015.

¹⁵⁸ Sobre a liderança de Bispo na Cooper Glicério. Consultar: <<https://www.youtube.com/watch?v=PYWgq03kP4I>>. Acesso em: 6 de fev. de 2017.

¹⁵⁹ Informação obtida em entrevista com Maria Aparecida em 15 de abril de 2015.

¹⁶⁰ Informação obtida em entrevista com Maria Aparecida em 15 de abril de 2015.

Se juntarmos com as nossas outras despesas, como água, luz e telefone, os gastos ficam pesados porque nossos recursos são pequenos”.

(59)

(60)

(59) Para chegar a Cooper Glicério é preciso passar por um trecho pouco movimentado, onde, em 2015, às vezes moradores de rua pediam esmolas. **(60)** A presença da cooperativa no viaduto é destacada pelos grafites em seu muro.

Apesar de trabalhar no Glicério, Maria não morava no bairro por não se sentir segura. Mas, para não ficar muito distante da cooperativa, residia na Liberdade havia cerca de dois anos. Antes morou por oito anos na Bela Vista. As respostas às questões sobre sua vida pessoal e sobre o fim da gestão de Bispo foram sempre curtas. Quando eu procurava obter mais informações, ela respondia muito rapidamente e desviava o olhar. Antes de ser presidente da Cooper Glicério, Maria era carroceira: “Ser carroceiro é um trabalho cansativo e muito julgado na sociedade. Só quem trabalha sabe como é. Por isso, tenho orgulho de ser carroceira”¹⁶¹.

Pode se dizer que a Cooper Glicério se utiliza de um espaço público, mas esse espaço é regulado com normas estritas para os cooperados visando a uma boa administração da entidade. O sistema de trabalho na cooperativa se divide em dois tipos: por produção ou por hora de trabalho¹⁶². Os carroceiros trabalham por hora. Ou seja, quanto mais trabalham, mais ganham. Há os que trabalham em conjunto, rateando o valor obtido. Outros preferem o trabalho individual. Os carroceiros, em sua maioria, trabalham individualmente. O sistema de rateio é usado na separação do material que chega de empresas fixas, como o aeroporto. Quando alguém quer entrar na cooperativa é feita uma reunião. É preciso que metade dos cooperados concorde com a entrada da pessoa. Normalmente um dos carroceiros cooperados é quem apresenta o candidato a cooperado.

Normalmente são mulheres, idosos e portadores de necessidades especiais os cooperados que trabalham no sistema de rateio, devido a limitações físicas que os impedem de percorrer as ruas da cidade. Acaba-se estabelecendo uma clara divisão no espaço entre os próprios cooperados.

Embora tenha feito melhorias da estrutura da Cooper Glicério, Maria diz que sua presença no bairro nem sempre foi bem vista. Mas, com o tempo, os próprios moradores passaram a trazer material para a reciclagem. Em alguns casos os materiais são retirados na casa dos moradores pelos carroceiros a partir de uma ligação por telefone. Percebe-se uma busca contínua por melhorias na estrutura de trabalho. Um

¹⁶¹ Informação obtida em entrevista com Maria Aparecida em 15 de abril de 2015.

¹⁶² Informação obtida em entrevista com Maria Aparecida em 15 de abril de 2015.

dos projetos que estavam buscando inserir na cooperativa, desde 2012, era o Dulcinéia Catadora¹⁶³, que consistia na manufatura de capas para livros usando papelão.

A permanência no baixio do viaduto por um tempo relativamente longo levou ao tratamento do espaço como propriedade privada por ele fornecer o sustento dos cooperados, que já não se sentem vítimas do sistema como ocorria anos antes. Por meio do trabalho no baixio, eles haviam alcançado uma condição de vida melhor. Ainda assim, eles estabeleceram poucas relações com o Glicério. Quando os cooperados melhoram financeiramente, costumam procurar outro local para morar. A história de vida do carroceiro Fabiano¹⁶⁴, que já trabalhava na Cooperativa havia seis anos, se enquadrava nessa descrição.

Morador de Paraisópolis, Fabiano vinha trabalhar na Cooperativa todos os dias de carro. Em seu tempo livre, costumava ir com a mulher e os dois filhos ao shopping Taboão da Serra, ao parque Volpi e ao parque Ibirapuera. Ele recolhia materiais recicláveis na região da Bela Vista e na rua Líbero Badaró, sobretudo em agências bancárias. Sua relação com a reciclagem começou em 1993, aos 14 anos, quando chegou da cidade de Araci (BA) trazido pelo irmão que já morava na cidade. Assim Fabiano descreveu sua trajetória profissional com a reciclagem¹⁶⁵:

“Trabalhei também com reciclagem, mas era em depósito, ali no parque Dom Pedro II. Depois que lá fechou, fui trabalhar no ‘Depósito do Cabelo’, que era perto da rua do Glicério. Nesse tempo morei na área central, próximo do parque Dom Pedro II, mas não gostei. Aos domingos, é uma região vazia, não tem nada para fazer. É puro tédio e você fica pensando no trabalho. Eu não sou de me apegar em serviço. Depois do ‘Depósito do Cabelo’ vim para a Cooper Glicério. A vantagem de trabalhar aqui é porque está tudo legalizado e possui contratos fixos com os compradores, então é mais seguro de receber no final do mês. Para entrar aqui precisa ter vaga, pois cada carroceiro tem sua bancada para separar o material. Foi assim que trouxe o Edmilson, que conhecia desde o depósito do parque Dom Pedro II. Também, além da reunião entre os cooperados, a gente pede algum documento e o antecedente criminal. Veja, não temos nada contra quem já foi presidiário, mas se a pessoa está devendo algo precisa cumprir lá fora. Acredito que a reciclagem possa ser um meio da pessoa se reinserir na sociedade, como já tivemos casos aqui”.

¹⁶³ A Cooper Glicério, com a colaboração do coletivo, lançou, em 2012, o livro “Catador”. A publicação reúne entrevistas com pessoas que tiveram um papel importante na história da cooperativa. Disponível em: <<http://www.dulcineiacatadora.com.br/>>. Acesso em: 7 de fev. de 2017.

¹⁶⁴ Entrevista realizada com Fabiano em 21 de maio de 2015. Na data da entrevista Fabiano tinha 36 anos.

¹⁶⁵ Informação obtida em entrevista com Fabiano em 21 de maio de 2015.

Durante a entrevista com Fabiano, uma mulher com seu marido, ambos na casa dos 60 anos, se aproximou para nos mostrar uma fotografia e perguntar se havíamos visto o homem que aparecia nela, seu irmão. Ela havia vindo à cooperativa porque nos anos 1980 e 1990, o irmão havia trabalhado em ferro-velho e como carroceiro na área central. Fabiano os orientou a procurá-lo no viaduto do Glicério, no trecho do vão ao lado da rua dos Estudantes, local que concentra alguns moradores de rua por causa de sua proximidade com o projeto Direitos Humanos no Viaduto.

Fabiano me disse que já havia presenciado situações semelhantes algumas vezes ali. Logo depois, enquanto contava sobre as dificuldades vividas na Bahia, um morador de rua apareceu pedindo uma latinha, que ele deu. “Não podemos deixar de ajudar essas pessoas, pois para a cooperativa são como nossos seguranças. Se alguém tentar fazer algo contra nós, eles nos protegem”¹⁶⁶.

Outro relato que exemplifica a mudança de um cooperado da área central ou do Glicério para os demais bairros de São Paulo foi o de Marilene¹⁶⁷, que veio do Nordeste para São Paulo em 2001. Apesar de já ter trabalhado como vendedora por três anos em um shopping, ela não via problema em trabalhar no baixio do viaduto. Chegava de ônibus à cooperativa. Para recolher o material para reciclagem usava um caminhão. As mulheres não puxam a carroça, só os homens. Estava já havia quatro anos como carroceira, e há dois meses na função de secretária da Cooper Glicério:

“Morava no Glicério, na rua dos Estudantes, por estar próximo do trabalho. Hoje estou em São Miguel tem cerca de dois meses. É um lugar mais tranquilo. Aqui não tinha nada para fazer nos finais de semana. Lá posso descansar e cuidar da minha casa e dos meus filhos. Depois da cooperativa, não quero saber de trabalho. Eu só penso na minha casa. Apesar de também pagar aluguel, lá os quartos são maiores. Aqui era tudo muito pequeno e muito cheio. Um cuidava da vida do outro e rolava muita fofoca porque morava em cortiço. Mas, com relação à escola, aqui tem mais opção para matricular as crianças. Senti falta disso e também de poder passear nas lojas e nos shoppings daqui”.

¹⁶⁶ Informação obtida em entrevista com Fabiano em 21 de maio de 2015.

¹⁶⁷ Entrevista realizada com Marilene em 21 de maio de 2015. Na data da entrevista Marilene tinha 32 anos.

Ao lado da Cooper Glicério fica, desde 2006, uma unidade da academia de boxe de Nilson Garrido¹⁶⁸, o que tem suscitado algumas reclamações dos moradores pela falta de uso do espaço (Figura 61).

(61) Localização da academia de boxe de Nilson Garrido, desde 2006, no baixo do viaduto do Glicério. Na rua do Glicério estão algumas edificações importantes do bairro, como a Paróquia Nossa Senhora da Paz, cujo albergue acolhe um grande número de imigrantes e, a seu lado, o Centro de Educação Infantil que atende crianças com idade entre 3 a 6 anos.

Sobre as reclamações, Garrido¹⁶⁹ explicou:

“Lá existe muita gente criticando. Fora que lá tem tido muitos imigrantes. São pessoas que vieram tentar uma vida melhor nessa cidade, mas construíram seus sonhos através de uma ilusão. O que precisa haver é uma reciclagem dessas pessoas que estão chegando. Como colocar um imigrante que fala até três idiomas e tem faculdade para trabalhar de pedreiro em uma obra com um brasileiro que não sabe nem ler? É uma desigualdade que está acontecendo. Logo vão começar esconder essas pessoas, igual fizeram com pessoal que veio do Nordeste. O que deveria ser feito é frear esse sistema, mas isso não está acontecendo. Quem cuida do espaço no Glicério é o ‘JP’ e também é a gente que paga todas as contas. O ‘JP’ é um dos meus ‘Guerreiros’. Ele está comigo desde o viaduto do Café. O que a gente precisa fazer lá é melhorar o espaço, mas precisamos encontrar mais recursos para dar continuidade ao trabalho”.

¹⁶⁸ Foram realizadas, de maio de 2015 a outubro de 2016, 6 visitas ao espaço.

¹⁶⁹ Informação obtida em entrevista com Garrido em 13 de setembro de 2015.

A concessão de uso que Garrido possui, semelhante à da Cooper Glicério, acabou assumindo o caráter de uma propriedade particular (Figuras 62, 63, 64, 65, 66 e 67). Isso coloca a legitimidade do projeto em questão perante os moradores e outros atores sociais do bairro. Ambos os projetos estão em espaços públicos, mas as regras para seu uso não são muito claras.

(62)

(63)

(64)

(65)

(66)

(67)

(62), (63), (64), (65), (66) e (67) De 2015 a 2016, sempre que passava em frente da academia de boxe podia-se ouvir um som alto, mas não havia ninguém usando os equipamentos. Ao contrário da unidade do viaduto Alcântara Machado, os equipamentos da academia eram feitos com materiais reaproveitados como pneus, geladeiras, latas de tinta e cordas.

Se no passado sotaques do Nordeste do Brasil predominaram no Glicério, hoje escuta-se nas ruas uma sucessão de idiomas. Os imigrantes do sexo masculino caminham normalmente em pequenos grupos. Alguns deles, como os haitianos mais jovens que chegaram há alguns anos e exercem atividades remuneradas, adotaram um modo de se vestir semelhante ao de *rappers* norte-americanos. Usam bonés, cordões no pescoço e camisetas e calças folgadas. Há imigrantes que permanecem nas calçadas ou no pátio da Paróquia Nossa Senhora da Paz aguardando alguma oportunidade de trabalho.

Estas mesmas calçadas se tornaram locais de comércio informal (Figuras 68, 69, 70 e 71). Os moradores do bairro se referem a esse comércio como “feira do rolo”¹⁷⁰. Nas calçadas, sobre lonas, são vendidas roupas usadas e alimentos como banana, milho e pão. Outros imigrantes se valem de pequenas mesas apoiadas em cavaletes desmontáveis para expor seus produtos, normalmente acessórios para celulares. Alguns usam os braços como mostruário. Durante o desenvolvimento do trabalho, de agosto a novembro de 2016, o comércio que antes era realizado por imigrantes africanos passou a ser praticado também por mulheres bolivianas.

Esse comércio informal ocorre na rua do Glicério, onde se podia ouvir funk brasileiro combinado com a música cantada em dialeto africano que ecoava das caixinhas de som dos vendedores. A rua tem diversos tipos de comércio, como pequenos mercados, restaurantes, bares, oficinas mecânicas, salões de beleza e *lan houses*. Nas *lan houses*, a presença de imigrantes é majoritária. Lá eles usam *webcams* na comunicação com os parentes. Também na rua do Glicério está o Centro de Educação Infantil Quintal da Criança¹⁷¹, vizinho a Paróquia Nossa Senhora da Paz e parte do projeto Associação Maria Flos Carmelis¹⁷². O projeto é gerido pela Irmã Derly, que também coordena as atividades do Centro para Crianças e Adolescentes, na rua São Paulo, no Glicério.

¹⁷⁰ Informação obtida em entrevista com Iolanda, diretora do Centro de Educação Infantil, em 13 de agosto de 2015. Na data da entrevista Iolanda tinha 45 anos.

¹⁷¹ Foram realizadas, de agosto de 2015 a abril de 2016, 5 visitas ao espaço.

¹⁷² O projeto, em 2015 e 2016, contava com o apoio financeiro de um grupo de italianos da Associazione Umanitaria Maria Flos Carmeli. Disponível em: <<http://associacaomariafloscarmeli.com.br/index>>. Acesso em: 8 de fev. de 2017.

(68)

(69)

(70)

(71)

(68), (69), (70) e (71) De 2015 a 2016, um comércio ocorria ao longo do dia nas calçadas do bairro. Enquanto os homens vendiam eletrônicos e roupas usadas, as mulheres ofereciam alimentos. A prática tem motivado reclamações entre os moradores do Glicério.

Irmã Derly foi quem reclamou sobre a presença da academia de boxe de Nilson Garrido no viaduto do Glicério¹⁷³. Foi Maria Aparecida, presidente da Cooper Glicério, quem me indicou a Irmã para uma entrevista devido ao trabalho social que ela desenvolveu no baixo do viaduto a partir dos anos 1990. Sobre o início de suas atividades em São Paulo e no bairro do Glicério, Irmã Derly relatou:

“Em 1991, vim do Espírito Santo para São Paulo. A minha missão era de trabalhar com as crianças moradoras de rua na Pastoral do Menor. Tinha uma quantidade imensa de crianças espalhadas pela cidade. Era só chegar na praça da Sé que você via elas. Aqui embaixo de todo o viaduto, nos anos 1990, tinha os catadores de papel. Eles apareceram com o fechamento do terminal. A gente fez muita sopa aqui debaixo do viaduto porque tinha a feira. Já nos anos 2000, resolvi pegar as crianças dos cortiços, filhos dos catadores aqui do bairro, para trabalhar. Os pais subiam com as crianças nas carroças vazias e quando desciam do Centro, elas estavam cheias de papelão. As crianças vinham por cima do material e era comum caírem e se machucarem. Cheguei a ver algumas morrerem. Um dos pontos do trabalho também foi na Cooper Glicério, onde utilizávamos uma carroça, a ‘Carroça da Leitura’, para incentivar o aprendizado”.

Além de oferecer atividades educativas para crianças com idade entre 3 a 6 anos, a instituição tem ações de apoio às famílias e de desenvolvimento comunitário¹⁷⁴. O Centro de Educação Infantil é conveniado desde 2006 com a Prefeitura de São Paulo. Foi criado em 2004 por um grupo de religiosos da *Associazione Umanitaria Maria Flos Carmeli*. Após o centro funcionar por dois anos em uma casa alugada na área de cortiços do bairro do Glicério, na rua Livreiro Alves, a Paróquia Nossa Senhora da Paz concedeu parte de seu terreno para a construção definitiva do CEI (Figuras 72, 73, 74 e 75). A obra foi paga pelo grupo de italianos e a paróquia cobra mensalmente a concessão do terreno.

O centro infantil funciona em período integral, das 7h às 17h, com o objetivo de permitir aos pais, especialmente as mães, que trabalhem. O espaço tem recebido crianças de diferentes nacionalidades: elas são haitianas, bolivianas e sírias. Em 2015, havia 123 crianças matriculadas. Um dos problemas enfrentados pelo projeto era a

¹⁷³ Entrevista realizada com Irmã Derly em 13 de agosto de 2015. Na data da entrevista Irmã Derly tinha 75 anos.

¹⁷⁴ O projeto ofereceu duas oficinas, em 2015, direcionadas as mães dos alunos. Nas oficinas foram ofertados os cursos de corte e costura e de manicure e pedicure. Os cursos ocorreram através do financiamento do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo. Informação obtida em entrevista com Iolanda em 13 de agosto de 2015.

falta de áreas de recreação suficientes. A instituição não tem muitas dificuldades financeiras porque recebe a colaboração de diferentes parceiros, como o Instituto C&A e o grupo da *Associazione Umanitaria Maria Flos Carmeli*¹⁷⁵.

A falta de áreas de recreação no projeto foi relatada por Iolanda¹⁷⁶, diretora do CEI. Na reunião do início do ano letivo de 2015, ela perguntou aos pais: “Que tipo de lazer vocês realizam com os filhos?”. A grande maioria informou não sair nos finais de semana devido à precariedade da manutenção das praças e que costumavam permanecer com as crianças em casa, entretendo-as com a televisão e outros aparelhos. Muitos afirmaram nem conhecer o Centro Cultural Vergueiro, local próximo ao bairro. Uma das mães alegou que pouco saía com o filho porque, logo na porta do seu prédio, havia vários usuários de drogas, e ela não gostava que a criança os visse por não serem um bom exemplo.

Para demandar ações de conservação dos espaços públicos à prefeitura, os pais de alguns alunos estabeleceram uma comissão que percorreu o bairro para pedir assinaturas dos moradores. O abaixo-assinado foi entregue na subprefeitura da Sé.

Iolanda havia tido um contato mais próximo com a realidade das crianças ao visitar as quitinetes, às quais se referiu como “um verdadeiro amontoado de gente”¹⁷⁷. Para ela, a falta de lazer implicava que as crianças vissem a escola “apenas como o momento de sair de casa, ou seja, onde podem brincar”¹⁷⁸. Para resolver o problema de falta de espaço de recreação enfrentado pelo CEI, Irmã Derly propôs a instalação de uma quadra poliesportiva para seus alunos no lugar da academia de boxe de Nilson Garrido. Ela disse que via na quadra a possibilidade de unir a comunidade no baixo do viaduto. A presença da academia ali revoltava a Irmã¹⁷⁹:

“Uma coisa que não me conformo é embaixo do viaduto, esse pedaço enorme que tem aí, tomado por um homem com equipamentos velhos. Ele não faz nada e diz que tem uma academia de boxe. Eu já pedi e fui atrás. Pedi a vários para ver o que poderia fazer. Mas eu mesma não consegui conversar com o próprio Amazonas, o subprefeito aqui da Sé. Eu queria

¹⁷⁵ Informação obtida em entrevista com Iolanda em 13 de agosto de 2015.

¹⁷⁶ Informação obtida em entrevista com Iolanda em 13 de agosto de 2015.

¹⁷⁷ Informação obtida em entrevista com Iolanda em 13 de agosto de 2015.

¹⁷⁸ Informação obtida em entrevista com Iolanda em 13 de agosto de 2015.

¹⁷⁹ Informação obtida em entrevista com Irmã Derly em 13 de agosto de 2015.

muito o viaduto para fazer uma quadra para as minhas crianças. Talvez pudesse fazer uma academia para o povo porque ali não vai ninguém. Só está esse homem ocupando um pedaço enorme. Dizem que essa pessoa recebe para trabalhar ali. Eu não sei. Eu não pagaria porque não vejo ninguém fazendo academia. De toda a vizinhança a gente vê um ou outro que passa lá. Não sei se é colega dele e faz a academia, mas nunca vi mulheres e crianças. Acho que isso é um espaço perdido e jogado fora há muito tempo, porque já tem mais de quatro anos que está cercado e sem nenhuma atividade”.

A Irmã afirmou que ela não era a única a pensar dessa forma: “Você já conversou com a tia Eva¹⁸⁰? Ela falou desse pedaço do viaduto? Falou do mesmo jeito que eu?”¹⁸¹. Seu discurso indica que ela não percebe a academia como um espaço de uso público.

Além disso, ela se dizia preocupada com a necessidade de vigilância para sua manutenção:

“Mesmo se me entregassem um trecho para cuidar iria atrás de alguém ou de uma empresa para vigiar e para fazer a quadra. A comunidade depois pode usar. Ela pode usar colocando algum recurso. Se tivesse a quadra seria de graça para os meus alunos, mas quando vem à comunidade, ela poderia pagar um ‘valor x’ para usar e jogar futebol. Eu gostaria de ter um pedaço do viaduto, com certeza, porque é perto dos meus projetos. Eu falo dos meus alunos, mas a própria comunidade não tem um espaço para pensar sobre o bairro”.

¹⁸⁰ Eva Marisa Alves, conhecida como tia Eva, em 2015, era a líder do projeto Comunidade Novo Glicério. O projeto é uma escola de futebol que desenvolve, desde 2001, suas atividades no antigo terreno da Polícia Militar, no Glicério. No final dos anos 90, o projeto iniciou-se, quando tia Eva era empregada doméstica e com alguns garotos do bairro, nos finais de semana, caminhava ao parque da Aclimação. No parque, eles organizavam pequenos torneios de futebol. Informação obtida em entrevista com tia Eva em 26 de maio de 2015. Na data da entrevista Tia Eva tinha 53 anos.

¹⁸¹ Informação obtida em entrevista com Irmã Derly em 13 de agosto de 2015.

(72)

(73)

(74)

(75)

(75) Um dos trabalhos realizados pelo Centro de Educação Infantil desde os anos 2000 é a “Carroça da Leitura”. A carroça, que anteriormente ficava na rua dos cortiços do bairro, desde 2014 passou a ser estacionada um sábado por mês no pátio da Paróquia Nossa Senhora da Paz. Além de o mediador, o “carroceiro”, contar histórias, as pessoas podem retirar livros durante o período em que ela permanece no local¹⁸².

¹⁸² Informação obtida em entrevista com Iolanda em 13 de agosto de 2015.

Os entrevistados dos projetos no baixio do viaduto reclamaram da ausência de locais para a sociabilidade no bairro. Eliana e Lucimara, que trabalham no CEI e são moradoras da área, têm a mesma queixa. Como são também moradoras dali, forneceram informações interessantes para pensar a questão do uso dos espaços públicos e da organização do bairro.

Em 2010, o marido de Eliana¹⁸³ decidiu que a família deveria se mudar da Vila Matilde para o Glicério, tanto pela proximidade do Centro e de empregos quanto pelo fato de duas de suas irmãs já morarem no bairro. Agora, Eliana, auxiliar de cozinha no CEI, mantém contato com a Vila Matilde em visitas aos parentes.

O lazer da família ocorre aos sábados no shopping Light, na rua 25 de Março ou na rua Direita. Também visitavam o parque Ibirapuera e da Aclimação, mas com menos frequência, devido à distância. O marido já havia levado o filho de 7 anos no parque Dom Pedro II, porém achou que o local estava muito descuidado. Para Eliana, a praça do Glicério deveria ser reformada. Na falta de um espaço público adequado na vizinhança, ela precisava entreter o filho com brincadeiras dentro de casa, um apartamento de apenas 32 m².

Durante a entrevista, Eliana procurou enfatizar o fato de morar na rua Tabatinguera e não na Baixada do Glicério, que tinha problemas como os “pancadões”¹⁸⁴:

“Quem poderia comentar melhor do bairro é a cozinheira. Ela mora perto da praça do Glicério, onde tudo acontece. A gente lá em cima pouco sabe o que acontece. Fico sabendo mais na segunda-feira, por causa das conversas na cozinha. Aqui tem os seus problemas como todos os bairros. As pessoas falam da violência, mas nunca aconteceu nada comigo de ser assaltada ou ‘mexida’ na rua. Quando me assaltaram, foi no parque Dom Pedro II, naquela travessia. Nem por isso saio aqui à noite. A gente sabe que as coisas acontecem porque as pessoas comentam e é sempre aqui próximo da praça do Glicério, por causa das quitinetes. Elas concentram um povo ruim, como aconteceu no tiroteio do fim de semana. Lá na Tabatinguera a gente nem sabe o que ocorre porque é afastado. Daí, o bairro fica sem nenhuma coisa boa para as crianças. Se você vai à praça, lá tem usuário de droga e morador de rua, o que não é bom para as crianças porque ficam perguntando. Não é um bom exemplo. Nos finais de semana, até tem cama elástica e piscina de bolinha, mas é tudo pago e a maioria das famílias não tem condição de pagar sempre. A única coisa boa que acontece é no Dia das Crianças e no

¹⁸³ Entrevista realizada com Eliana em 13 de agosto de 2015. Na data da entrevista Eliana tinha 37 anos.

¹⁸⁴ Os “pancadões”, festas com som alto, ocorrem nos finais de semana no entorno da praça do Glicério.

Natal, quando os traficantes distribuem doces e brinquedos para as crianças”.

Eliana costumava passar pelo viaduto aos domingos, quando ia à feira na rua São Paulo. Lucimara¹⁸⁵, cozinheira no CEI, também tinha o viaduto apenas como um lugar de passagem. Ela sugeriu que, caso não houvesse mesmo alguma proposta boa para o baixio do viaduto, que ao menos retirassem as pessoas que “permanecem jogadas”¹⁸⁶. Sua percepção do baixio como um lugar feio e inseguro remonta final dos anos 2000, quando seu marido trabalhou próximo dali e ela, ao levar almoço para ele, presenciou inundações e assaltos.

Entre as coisas boas que poderiam ser instaladas no baixio do viaduto, Lucimara mencionou uma academia de ginástica, mesmo que para frequentá-la fosse cobrado um “valor simbólico”¹⁸⁷ para a manutenção e limpeza. Para ela, a implantação da academia seria importante para as pessoas mais idosas cuidarem da saúde, pois acreditava que não eram só os jovens que precisam de espaços na cidade.

Lucimara, que era baiana, morava já havia mais de 20 anos no Glicério, no mesmo edifício. Em 1992, depois de uma breve passagem como caseira em Cotia, na região metropolitana de São Paulo, ela escolheu o Glicério. Sua cunhada, que já morava ali, foi quem mostrou para ela o bairro e suas vantagens. Embora no passado o bairro fosse considerado perigoso por causa do tráfico de drogas, ela acabou fazendo essa escolha, mesmo depois de visitar outros lugares na Zona Leste. Para ela, as horas que gastaria no deslocamento ao Centro significariam perda de convívio com os filhos, o que não compensaria a mudança. Embora soubesse que ficaria “presa”¹⁸⁸ em sua quitinete, já que o bairro não apresentava nenhum atrativo como parque ou biblioteca. Ela considerava sua situação semelhante à de muitas famílias no Glicério.

Um apartamento próprio de cerca de 40 m² tinha Lucimara, que dividia com o marido e quatro filhos. Era configurado como quitinete, mas o casal fez uma reforma

¹⁸⁵ Entrevista realizada com Lucimara em 17 de setembro de 2015. Na data da entrevista Lucimara tinha 43 anos.

¹⁸⁶ Informação obtida em entrevista com Lucimara em 17 de setembro de 2015.

¹⁸⁷ Informação obtida em entrevista com Lucimara em 17 de setembro de 2015.

¹⁸⁸ Informação obtida em entrevista com Lucimara em 17 de setembro de 2015.

para ganhar um quarto a mais. Seu filho mais velho, de 22 anos, frequentou por um tempo o projeto Comunidade Novo Glicério da tia Eva, enquanto os outros dois, de 15 e 8 anos, estavam matriculados na Casa de Solidariedade¹⁸⁹, também no Glicério. A filha de 5 anos frequentava o Centro de Educação Infantil.

Lucimara disse que levava os filhos nos parque da Aclimação, da Água Branca e do Ibirapuera. Os espaços públicos do Glicério ela considerava como lugares para bêbados e drogados, pessoas que estavam ali para aliciar as crianças no crime. Algumas pessoas costumavam levar as crianças, disse. O filho mais velho estava saindo para outros bairros, como o Brás, porque estava trabalhando e já estava na “fase da independência”¹⁹⁰. Ele há dois anos trabalhava como assistente administrativo. Para outros bairros saía com amigos, o que a deixava mais segura, apesar de saber que nesses lugares também havia problemas. Ela afirmou não acreditar que a comissão formada no centro infantil poderia melhorar os espaços públicos do bairro por causa da falta de senso de coletividade entre os moradores. Achava a proposta inútil.

Em novembro de 2015, como resultado da ação da comissão do centro infantil, os pais dos alunos conseguiram realizar uma audiência pública com alguns funcionários da subprefeitura da Sé no salão da Paróquia Nossa Senhora da Paz¹⁹¹. À audiência pública também compareceram moradores, comerciantes e representantes de ONGs do bairro. Além da manutenção dos espaços públicos, questões como o lixo nas ruas, os “pancadões” e a “feira do rolo” foram abordadas. Os funcionários da subprefeitura informaram que o atendimento das demandas apresentadas dependeria da articulação entre secretarias da prefeitura e outras instituições. Por exemplo, para acabar com a “feira do rolo”, a Secretaria da Segurança Pública teria que agir em

¹⁸⁹ Programa para atender crianças e adolescentes em situação de risco. Disponível em: <<http://www.fussesp.sp.gov.br/a2sitebox/temas/fundosocial/programas-projetos-casa-solidariedade.php>>. Acesso em: 10 de fev. de 2017.

¹⁹⁰ Informação obtida em entrevista com Lucimara em 17 de setembro de 2015.

¹⁹¹ Uma proposta defendida por todos os presentes na audiência pública, em 2015, foi à implantação de um Centro de Educação Unificado (CEU) no bairro do Glicério. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/se/noticias/?p=62248>>. Acesso em: 10 de fev. de 2017.

conjunto com a Polícia Militar. As demandas não poderiam, portanto, ser resolvidas rapidamente¹⁹².

A questão da manutenção e intervenção nos espaços públicos, demanda que motivou o estabelecimento da comissão, acabou ficando para uma próxima discussão. Quando os funcionários da prefeitura pediram para os presentes na audiência elencarem as principais demandas do bairro, a melhoria das áreas comuns não sobressaiu e acabou ficando fora das prioridades. Ainda assim, os moradores pediram para a prefeitura realizar pelo menos um trabalho inicial nesses espaços, como a poda da vegetação da praça dos Bombeiros, e que os moradores depois tratariam de fazer intervenções nesses espaços para torná-los mais interessantes. Mas a Prefeitura informou que, caso assumissem essa responsabilidade, os moradores teriam que eleger entre eles um responsável pela zeladoria dos locais¹⁹³. Nesse momento, os funcionários da subprefeitura comentaram que o viaduto do Glicério seria entregue para uma instituição cuidar dele, através da concessão de uso. O pessoal do Batuq do Glicério¹⁹⁴ contestou a decisão, argumentando que era inapropriado conceder um espaço do bairro para quem é de fora e não está por dentro dos problemas da comunidade. A funcionária da prefeitura explicou que qualquer um pode tomar conta de um viaduto, que existe lei se fazer isso¹⁹⁵, por meio da assinatura de um termo de compromisso. Ela não informou qual era a instituição que iria gerir a praça dos Bombeiros.

A perspectiva de uma intervenção coletiva com diversas frentes (cultura, capacitação profissional, saúde) era um trabalho que o projeto Direitos Humanos no Viaduto buscou realizar em 2015 com a ajuda da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo. Queriam oferecer mais do que uma ação social direcionada à população em situação de rua. O objetivo era envolver os moradores do Glicério no desenvolvimento e na proposição de atividades, de modo que o baixo do viaduto

¹⁹² Informação obtida em entrevista com Iolanda em 14 de abril de 2016.

¹⁹³ Informação obtida em entrevista com Iolanda em 14 de abril de 2016.

¹⁹⁴ Bloco de Carnaval do bairro.

¹⁹⁵ Decreto Nº 48.378 de 2007. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=26052007D%20483780000>. Acesso em: 12 de fev. de 2017.

resultasse em um espaço que é comum a todos. Uma situação idealizada e diferente da que hoje existe ali, em que a maioria de seus usos não permite ou não incentiva a permanência da população. O baixio acaba sendo visto apenas como um local que se precisa atravessar para ir às proximidades da praça da Sé ou ao bairro do Cambuci.

O histórico dos usos do baixio do viaduto do Glicério, desde sua construção, em 1971, é dado na tabela abaixo:

Tabela 2 – Histórico dos usos do baixio do viaduto do Glicério

ANO	USO
1973	TERMINAL RODOVIÁRIO
1980	MORADIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
1994	ASSOCIAÇÃO MINHA RUA MINHA CASA
2000	RECIFRAN E CAMARI
2006	COOPER GLICÉRIO
2006	ACADEMIA DE BOXE DO GARRIDO
2015	DIREITOS HUMANOS NO VIADUTO

Uso ainda presente

De abril de 2015 a novembro de 2016, período de desenvolvimento do trabalho, os usos do viaduto do Glicério foram:

(76) Croqui dos usos no baixo do viaduto do Glicério.

USO

1. DIREITOS HUMANOS NO VIADUTO

2. CONCENTRAÇÃO DE MORADORES DE RUA

3. ACADEMIA DE BOXE DO GARRIDO

4. COOPER GLICÉRIO

1.2.1 Direitos Humanos no Viaduto

Na visita de novembro de 2015, os moradores de rua que ficam na entrada do projeto¹⁹⁶, estavam organizados em pequenos grupos relativamente homogêneos. Havia o grupo dos homossexuais, o dos idosos e o de dependentes químicos. Algumas pessoas ocupavam o baixio do viaduto apenas com seus colchões. Outros incluíam sofás velhos na mobília, conformando uma espécie de sala de estar, às vezes com estantes para a armazenagem de pertences como alimentos, cobertores, roupas e livros.

Quando Abel¹⁹⁷ relatou as primeiras ações empreendidas na reestruturação do local, após a saída da Associação Minha Rua Minha Casa, ele destacou a inclusão das travestis na discussão sobre a questão do morar na rua, pois o espaço apresentou essa demanda. Para ele, isso representava uma possibilidade de conviver e de entender como inseri-las no espaço e no bairro. Um dos resultados foi a instalação de um terceiro banheiro no projeto para apaziguar as inúmeras brigas que ocorriam. Ele disse que era muito difícil desconstruir o preconceito (Figura 77).

Devido ao aparecimento da questão dos transgêneros e de outras que surgiram depois, os desafios a serem enfrentados na gestão do espaço eram diferentes do da Associação Minha Casa Minha Rua nos anos 1990. Essa diferença era devida, ao menos em partes, a uma mudança no próprio fenômeno do morar na rua. Por isso, o trabalho vinha sendo desenvolvido com cautela para conciliar diferentes motivações e para conseguir sua articulação com os moradores do bairro do Glicério¹⁹⁸:

“Acho que temos que resgatar o convívio, porque o que acontece é que a população se retira dos locais, sempre com a visão do degradado. A gente mesmo quer mudar esse espaço, mas também precisa ter cautela e dialogar com as pessoas que estão aqui. Em setembro (2015), a Secretaria de Cultura nos procurou via Secretaria de Direitos Humanos para fazer uma ação no Glicério, e nós permitimos ela ocorrer aqui no viaduto. Foi construído aqui um palco no Mês da Cultura Independente. A Secretaria de Cultura nunca tinha construído um palco no Glicério. É uma ação que representa a chegada

¹⁹⁶ Foram realizadas, em novembro de 2015, 2 visitas ao espaço.

¹⁹⁷ Entrevista realizada com Abel em 18 de novembro de 2015. Na ocasião, ele pediu para não abordar os moradores de rua e não fotografá-los no interior do espaço.

¹⁹⁸ Informação obtida em entrevista com Abel em 18 de novembro de 2015.

do poder público no local para discutir e orientar melhorias. Tivemos shows, que a gente articulou com um pessoal do bairro, como o Batuq do Glicério e a escola de samba Lavapés. Hoje, o Batuq do Glicério está usando o viaduto para ensaiar seu bloco, algo que não acontecia na Associação Minha Rua Minha Casa. A partir desse uso aqui, o pessoal se organizou como um coletivo de cultura para pensar o bairro. A Secretaria de Urbanismo já os procurou, pois quer fazer uma ação de revitalização. Mas, novamente digo que é preciso ter cuidado porque toda intervenção é violenta e acaba violando muitas relações”.

A introdução de novas atividades no baixio do viaduto ocorreu para que a ação não ficasse restrita ao atendimento dos moradores de rua, como era nas Tendas. Caso contrário, explicou Abel, não seria possível fazer o resgate de fato das pessoas em situação de rua. Esse entendimento era semelhante ao que a Associação Minha Rua Minha Casa buscou desenvolver. Um exemplo de atividade que ia além do mero assistencialismo foi a oficina ministrada em 2015 por um aluno da Escola Politécnica da USP e que também era ligado à Associação Design Possível. Nessa ação de capacitação, a primeira atividade foi o ensino de confecção de ladrilhos e pisos, pois no projeto existia um grande número de homens que trabalharam no setor da construção civil. Por meio da Secretaria do Trabalho, Abel conseguiu uma bolsa para 14 pessoas no valor de R\$ 120 mensais, pelo período de três meses em que a oficina foi oferecida. No módulo seguinte, iriam aprender a fazer espreguiçadeiras. A proposta de Abel era encher o viaduto com esse item de mobiliário e tornar o local um ponto de Wi-Fi da Secretaria de Cultura. Acreditava que assim poderia estabelecer outro tipo de relação do espaço com o bairro.

Em 2015, o desafio de gestão do espaço era além tornar os moradores de rua aptos a sair do projeto, incluir os moradores do bairro na transformação do baixio¹⁹⁹:

“O que queremos é mudar esse local. Por 20 anos, o viaduto teve uma função de uso para a população em situação de rua. Só que o entorno e o resto da cidade não se comunicam, assim permanece uma ação local. A nossa ideia é abrir o portão para o resto da cidade, para que seja um ponto de cultura e entre na agenda do bairro do Glicério. Só que é preciso driblar situações e questões objetivas, do tipo: o local é quente, cai fuligem e é barulhento. Se propomos trabalhar com as crianças, dá para fazermos uma vez ou outra. Então, a gente tende a uma ação na parte de cultura, mas mantemos um atendimento diário. O que temos aqui é a melhor forma de poder mudar o espaço, o cenário, o lugar, para que não seja apenas estigmatizado, de morador de rua”.

¹⁹⁹ Informação obtida em entrevista com Abel em 18 de novembro de 2015.

(78) No fundo do espaço do projeto, em 2015, existiam alguns locais para a armazenagem de material, os “quartinhos”, nos quais estavam os ladrilhos e os pisos confeccionados na oficina da Politécnica da USP e as luminárias produzidas pelo projeto Arte e Luz da Rua²⁰⁰. **(79)** e **(80)** A proposta de mudar a aparência do espaço se deu a partir da colaboração de alguns grafiteiros.

²⁰⁰ O projeto utiliza na confecção de luminárias o bagaço da cana-de-açúcar e emprega alguns moradores de rua na fabricação das peças. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DireitosHumanosNoViaduto/?fref=ts>>. Acesso em: 15 de fev. de 2017.

Enquanto fazia um desenho do projeto, identifiquei dois grupos de moradores de rua: o primeiro era formado por aqueles que realmente assumiram a rua como sua casa, não exerciam nenhuma atividade remunerada e possuíam a aparência bastante descuidada, residindo sobre o baixio do viaduto. Já o segundo grupo considerava a rua como algo temporário, usando os sanitários para manter uma boa aparência e conseguir uma nova atividade remunerada. Esse segundo grupo era constituído principalmente de homens migrantes, no máximo com 40 anos, que viviam, “quando se tem emprego”, nas pensões do Glicério.

Ao lado do palco da rádio que funciona no local, em um fogareiro improvisado com latas, um homem preparava sua refeição enquanto conversava assuntos do dia a dia com uma travesti. À frente, nas mesas dispostas para esse fim, mulheres idosas eram atendidas por assistentes sociais da prefeitura. Muitos homens jogavam baralho. Outras mulheres lavavam suas roupas nos tanques disponíveis. Atividades do cotidiano que poderiam ser complementadas com as que estavam listadas em um quadro próximo à sala de exibição de vídeos. Havia desde aulas de alfabetização até a realização de assembleias sobre a gestão do espaço.

Em paralelo às atividades de atendimento da população em situação de rua, o projeto estava elaborando uma agenda de eventos para a aproximação do espaço com os moradores do bairro. Os eventos foram organizados por voluntários; os recursos vinham do poder público. A programação era divulgada em uma página no Facebook²⁰¹. Em 2015, houve, o Arraial do Viaduto (Figura 81). Nele, artesãos venderam seus trabalhos e bandas de forró animaram a festa. Outro evento foi a Feira de Arte e Cultura (Figura 82), que consistia em intervenções artísticas e se propunha à troca de experiências sobre a vida no baixio do viaduto. Por fim, os coletivos Glicério pela Vida e Criacidade, e o projeto Direitos Humanos no Viaduto, propuseram

²⁰¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/DireitosHumanosNoViaduto/?fref=ts>>. Acesso em: 15 de fev. de 2017.

atividades dentro da Viradinha Cultural²⁰² promovida pela Secretaria da Cultura. São iniciativas que representam uma estratégia de propor a ressignificação do espaço.

(81)

(82)

(81) e (82) Em 2015, além da proposição desses eventos normalmente eram realizadas oficinas de beleza para o atendimento da população em situação de rua no projeto Direitos Humanos no Viaduto. O projeto também procurou propor atividades para os moradores do Glicério, como um meio de resgatar o convívio em comunidade.

Nas reuniões realizadas com as secretarias da Prefeitura de São Paulo (Direitos Humanos, Cultura e Desenvolvimento Urbano) em 2015, Abel convidava alguém dos coletivos e algum morador do bairro para acompanhá-lo e expor os problemas do Glicério para que melhorias fossem implementadas de acordo com as demandas locais²⁰³.

Como resultado dessa parceria, em 2016 o coletivo Glicério pela Vida²⁰⁴ e o projeto Direitos Humanos no Viaduto pensaram em compartilhar o baixo do viaduto e

²⁰² Na Viradinha Cultural a programação é pensada especialmente para as crianças. Disponível em: <<http://revistacrescer.globo.com/Diversao/Passeios/noticia/2016/05/viradinha-cultural-os-destaques-da-programacao.html>>. Acesso em: 15 de fev. de 2017.

²⁰³ Informação obtida em entrevista com Abel em 18 de novembro de 2015.

²⁰⁴ Maiores informações consultar: <<https://www.facebook.com/Gliceriopelavida/?fref=ts>>. Acesso em: 17 de fev. de 2017.

juntos implantarem um centro cultural no viaduto do Glicério²⁰⁵. Os encontros dos coletivos no baixio acabaram favorecendo intervenções em outras áreas do bairro. Uma das primeiras atividades do coletivo Glicério pela Vida após sua organização foi a participação na Jornada do Patrimônio de São Paulo. Para o evento, o coletivo organizou uma roda de samba com a escola de samba Lavapés e o Batuq do Glicério para demonstrar que o bairro possui aspectos positivos a serem reconhecidos pelos moradores.

O coletivo Glicério pela Vida também colabora com o Criacidade²⁰⁶ no projeto “Criança Fala-Escuta Glicério”, que procura acompanhar as crianças dos cortiços e fortalecer o diálogo dos moradores com o poder público²⁰⁷. Uma intervenção promovida pelo coletivo Criacidade em 2016 foi o “Circuito Lúdico” em que, por meio da pintura da elevação de alguns imóveis do bairro, buscou-se revitalizar espaços do Glicério como a escola EMEF Duque de Caxias e a rua Anita Ferraz (Figura 83). As intervenções realizadas contaram com o apoio da empresa Tintas Coral, e os grafiteiros do coletivo Art in Home reproduziram desenhos feitos pelas crianças do bairro²⁰⁸.

²⁰⁵ A intenção do coletivo é promover ações para as pessoas que moram ou frequentam a Baixada do Glicério e bairros vizinhos para impulsionar a cultura independente e a relação do grupo com a comunidade. Não houve maiores informações sobre a questão do compartilhamento do baixio do viaduto do Glicério com o projeto Direitos Humanos no Viaduto. Disponível em: <<https://noticias.agenciamural.com.br/moradores-do-glic%C3%A9rio-organizam-coletivo-cultural-615e1ff08263#.w02l3lvnq>>. Acesso em: 17 de fev. de 2017.

²⁰⁶ Maiores informações consultar: <<https://www.facebook.com/criacidade/?fref=ts>>. Acesso em: 17 de fev. de 2017.

²⁰⁷ Disponível em: <<https://noticias.agenciamural.com.br/moradores-do-glic%C3%A9rio-organizam-coletivo-cultural-615e1ff08263#.w02l3lvnq>>. Acesso em: 17 de fev. de 2017.

²⁰⁸ O coletivo desenvolve suas atividades através de três linhas de atuação: ressignificação do espaço público, formação de mediadores para trabalhar com as crianças e mobilização de uma rede intersetorial. Disponível em: <<http://outracidade.uol.com.br/projeto-trabalha-com-as-criancas-na-transformacao-do-glicerio/#7>>. Acesso em: 17 de fev. de 2017.

(83) Localização da EMEF Duque de Caxias e da rua Anita Ferraz no bairro do Glicério. Na rua Anita Ferraz, desde 2015 atividades eram realizadas por um projeto do Instituto Barrichello. Os monitores do Instituto Barrichello participaram, em 2016, da intervenção do coletivo Criacidade, possivelmente visando uma maior integração da sua iniciativa a comunidade.

Em 2015, a rua Anita Ferraz²⁰⁹ passou a receber usos esporádicos pela intermediação de um projeto do Instituto Barrichello²¹⁰ intitulado “Esporte na rua para uma cultura de paz”. Foi implantado antes da intervenção dos coletivos. Nem todos os moradores do entorno viam o projeto positivamente de acordo com Josefa²¹¹, que morava em frente à “pracinha”, espaço adotado para a realização de parte das atividades do Instituto:

“O espaço ali é ruim porque não tem nenhum banco. A gente não consegue conversar com um vizinho. O nosso contato se dá mesmo é quando um vê o outro na rua. Não entendi porque colocaram esse brinquedo aqui na parede. As crianças ficam subindo e descendo. Acho que deveriam ter colocado na ‘pracinha’, mas ninguém perguntou nada para a gente. A gente também não comentou nada porque é gente que estudou. As escolas estão vindo aqui para brincar. Os professores trazem as crianças e isso é bom porque movimenta um pouco a rua, deixa de só passar carro. Mas ainda acho que precisa melhorar essa questão de ter um banquinho para a gente

²⁰⁹ Foram realizadas, de outubro a novembro de 2016, 5 visitas ao espaço.

²¹⁰ A proposta de trabalhar no Glicério foi apresentada, em 2013, ao Instituto Barrichello e o projeto iniciou-se em 2015. O Instituto Barrichello foi fundado em 2005. Disponível em: <<http://www.sonoticiaboa.com.br/2016/10/16/criancas-voltam-a-brincar-na-rua-no-centro-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 17 de fev. de 2017.

²¹¹ Entrevista realizada com Josefa em 3 de novembro de 2016. Na data da entrevista Josefa tinha 66 anos.

conversar e ver o resto da vizinhança. Aos poucos, o espaço vai se construindo, e quem faz o espaço é a pessoa também. Aqui a gente procura conviver sempre na paz. Quando a gente vê que tem alguém fazendo algo de errado na pracinha, chega na pessoa. É bom controlar o espaço para que coisas erradas não aconteçam. Igual o pessoal que trás o cachorro: precisa limpar a sujeira. Senão fica impossível conviver. Agora, para as crianças, não tem problema o espaço não ter um banco, elas inventam as brincadeiras. O importante é elas terem um espaço para correr”.

A opinião compartilhada por Josefa expressa à ideia do mobiliário como um suporte à permanência para estabelecer contato e convivência. Possibilita o encontro e que o lugar deixe de ser visto como uma simples passagem, como ocorreria com as mulheres que passeiam com os cachorros e os demais moradores (Figuras 84 e 85). É evidente que apenas a pintura das paredes não é capaz de dar condições para a construção do espaço público; outros elementos precisam estar presentes. Esses elementos são necessários para incentivar um comprometimento que dure mais do que a pintura, para que as pessoas se sintam engajadas em manter o espaço e a propor outras melhorias. Para que a intervenção não se perca com o tempo.

Ainda que a intervenção não esteja voltada para uma faixa etária específica, os alunos do Centro de Educação Infantil e do Centro para Crianças e Adolescentes, ambos geridos pela Irmã Derly desde 2015, frequentam de terça e de quinta a rua Anita Ferraz (Figuras 86 e 87). Lá, atividades eram realizadas em grupo ou individualmente, sempre acompanhadas por dois monitores do Instituto Barrichello. As dinâmicas com as crianças e os adolescentes duravam cerca de uma hora e conciliavam a participação de meninas e de meninos.

(84)

(85)

(86)

(87)

(84) e (85) Quando as atividades do projeto, financiado pelo Instituto Barrichello e implantado, em 2015, na rua Anita Ferraz não se realizam os moradores estendem roupas na “pracinha” ou passeiam com os seus cachorros. **(86) e (87)** Durante as atividades do projeto as crianças e os adolescentes pulam corda, jogam basquete e participam de outros jogos. Outro ponto interessante da rua Anita Ferraz é que os moradores costumam ficar nas janelas de suas residências conversando um com o outro.

Os monitores relatam ter observado mudanças no comportamento das crianças e dos adolescentes a partir da participação delas no projeto. Apesar do imprevisto das dinâmicas e de não haver banheiro²¹² e bebedouro, Leidiane²¹³, que dividia a supervisão do espaço com José Henrique, acreditava que a atividade era positiva porque as crianças estavam mais atentas. No início eles sempre tinham que repetir as instruções, mas com o tempo isso melhorou. O objetivo do projeto era desenvolver não só a parte física das crianças, mas sua sociabilidade. Por isso, procurava atuar em locais com grande vulnerabilidade social, como a região da Luz. Outra coisa que os levou a trabalhar no Glicério foi o fato de a rua Anita Ferraz ter sido a primeira “rua de lazer” em São Paulo, título que ganhou nos anos 1960.

O projeto Direitos Humanos no Viaduto foi encerrado em junho de 2016, quando a vigilância sanitária interditou a cozinha²¹⁴. Os moradores de rua reclamaram especialmente de terem perdido o café da manhã. Para alguns, ele era a única refeição do dia. Mesmo fechado, o espaço continuava sob a vigilância de um segurança para que os moradores não o ocupassem.

Com o fechamento do projeto, os moradores voltaram a recorrer aos albergues quando havia vaga, mas houve um crescimento da população em situação de rua na cidade, e o acesso a vagas nesses espaços da prefeitura ficou mais difícil²¹⁵. Preferiam ter ficado no baixio do viaduto por já conviverem a algum tempo no espaço e se sentirem seguros, além de poderem manter seus pertences (colchões, cobertores, roupas e móveis). Ao ir para os albergues, tinham que se desfazer de tudo, até de seus animais.

Foram esses moradores de rua que comentaram que o pastor Ezequias da Igreja Presbiteriana Coreana Han In (Figura 88), ao lado do viaduto, havia passado a

²¹² A vizinha de uma casa em frente ao espaço cedeu, desde 2015, o seu banheiro para as crianças e os adolescentes quando eles participam das atividades do Instituto Barrichello. Informação obtida em entrevista com Jaqueline, educadora do CCA, em 10 de novembro de 2016. Na data da entrevista Jaqueline tinha 31 anos.

²¹³ Entrevista realizada com Leidiane em 10 de novembro de 2016. Na data da entrevista Leidiane tinha 23 anos e José Henrique 37 anos.

²¹⁴ Informação obtida em entrevista com os moradores de rua em 19 de agosto de 2016.

²¹⁵ Informação obtida em entrevista com os moradores de rua em 19 de agosto de 2016.

fornecer um café da manhã no espaço aos domingos. Um culto era conduzido antes do café. O pastor²¹⁶ relatou sua breve atuação no baixio do viaduto:

“Estou em negociação com a Prefeitura para ter o uso do espaço. Como ouvi dizer que a OAF não tem mais interesse, procurei a prefeitura. Falaram para eu aguardar. A minha ideia é oferecer oficinas para os moradores de rua daqui do bairro. Não sei ao certo o que eu vou propor. Mas o preparo de refeições acredito que não vamos mais oferecer para evitar problemas. O café aos domingos é uma iniciativa nossa, sem relação com a prefeitura. A Igreja procura realizar trabalhos sociais e com o grande número de necessitados quase na nossa porta não podíamos deixar de ajudar”.

(88) Localização da Igreja Presbiteriana Coreana Han In no bairro do Glicério. Durante o culto no espaço do projeto Direitos Humanos no Viaduto, em 2016, em que era servido um café da manhã aos moradores de rua, também se realizavam apresentações artísticas por membros da Igreja²¹⁷.

Mesmo sem um projeto definido, o pastor requisitou o espaço. A prática se assemelha à de outros atores sociais entrevistados, em que o projeto vai sendo construído a cada dia, muitas vezes pela visão de um único ator social.

Dentro de alguns dias, em outubro de 2016, Ezequias promoveria um campeonato de futebol entre os garotos do bairro na praça dos Bombeiros²¹⁸. A

²¹⁶ Entrevista realizada com Pastor Ezequias em 22 de setembro de 2016.

²¹⁷ Informação obtida em entrevista com Pastor Ezequias em 22 de setembro de 2016.

²¹⁸ Foram realizadas, de setembro a novembro de 2016, 5 visitas ao espaço.

iniciativa de ir atrás da recuperação da área, antes fechada para evitar a reocupação por moradores de rua, ocorria por não existir nenhuma área de lazer no Glicério que pudesse ser aproveitada com esse fim²¹⁹. Opinião compartilhada por Rosana²²⁰, dona de casa e moradora do bairro que andava de patins em uma das quadras já pavimentada, junto de seu cachorro:

“O espaço estar aberto é bom, porque perto daqui não tem nenhum lugar que a gente possa caminhar. Tem pouco tempo que o espaço abriu. Acho que há cerca de 15 dias, e você já consegue ver alguns moradores caminhando com cachorros. Isso é muito bom. Soube que estava aberto porque moro aqui do lado e vi da minha janela algumas pessoas caminhando. Estou vindo de manhã para passear com meu cachorro. Só tenho a preocupação se, com a saída dos funcionários, o espaço não vai ser ocupado de novo por moradores de rua e ficar como as outras praças daqui, sempre sujas”.

Rosana sugeriu que, após a saída dos funcionários da subprefeitura, a gestão do espaço deveria ser feita por um segurança contratado pelo poder público. Ao comentar que a praça dos Bombeiros estava tendo uso novamente, e por essa praça ter uma parte embaixo do viaduto Leste-Oeste, Rosana estabeleceu uma comparação com o baixio do viaduto do Glicério, que era bastante degradado e escuro e ninguém sabia ao certo o que ocorria ali. Ela expôs apenas uma ideia para o uso coletivo da praça: uma horta comunitária, que traria benefícios até para as crianças do bairro, como as do CEI da Irmã Derly.

Embora sem nenhuma grande infraestrutura, apenas duas quadras pavimentadas²²¹, a praça já estava recebendo usos e as pessoas estavam se organizando para propô-los, configurando-a para atender suas necessidades. Os usos se dividiam entre aqueles pensados de maneira coletiva e os propostos individualmente. Havia liberdade para diferentes possibilidades de ocupação. Quando não era possível configurar um certo uso na praça do Glicério, procuravam outros

²¹⁹ Informação obtida em entrevista com Pastor Ezequias em 22 de setembro de 2016.

²²⁰ Entrevista realizada com Rosana em 6 de setembro de 2016. Na data da entrevista Rosana tinha 27 anos.

²²¹ A pavimentação das quadras ocorreu em setembro de 2016. Embora, em 2016, a praça dos Bombeiros fosse de responsabilidade administrativa da subprefeitura da Sé, a pavimentação foi realizada por funcionários da subprefeitura da Mooca, em razão da sobrecarga de serviços da outra. Informação obtida na praça dos Bombeiros com um funcionário da subprefeitura da Mooca em 23 de setembro de 2016.

lugares. Rafael²²², vendedor e morador do Glicério, passou a levar o filho de 3 anos na praça dos Bombeiros:

“A gente vem porque ele pode correr. É mais tranquilo. Ele se sente mais livre. Não preciso ficar preocupado com os carros em volta. Como é na praça do Glicério. Aqui a gente brinca de futebol e também trago os carrinhos dele. Soube que poderia usar a praça porque vi algumas pessoas correndo e perguntei para elas como funcionava o espaço. Elas me disseram que era só entrar. Ainda falta alguma estrutura aqui, como um lugar para a gente sentar. É ruim porque não dá para sentar no chão, sempre tem muita poeira e às vezes sujeira dos moradores de rua. Os moradores de rua não são um problema para mim. Eu cresci vendo eles. Nasci aqui no Glicério e sempre teve. Acho que é bom o meu filho ver eles. Não cria uma barreira. Até porque dizem que a gente cria o filho para a vida e essa é a realidade daqui. A gente não pode se afastar, pelo contrário, tem que procurar estar junto e aproveitar o que a cidade dá”.

Marta²²³, chefe dos ajudantes da limpeza da praça dos Bombeiros, destacou que as pessoas eram importantes no espaço como um meio dela não voltar à situação anterior. Em novembro de 2016, três ajudantes de limpeza atuavam no local. Eles eram bolsistas de um programa do poder público para a reinserção social. Marta imaginava que outras atividades poderiam ser propostas aos poucos, como para crianças e adolescentes. Graças à limpeza feita pelo poder público, formas de ocupação que não puderam ocorrer no espaço de outros atores sociais do bairro estavam se realizando naquela praça. Como fazia Flávia²²⁴, que nasceu no Glicério. Sua iniciativa de usar o espaço para atividades, com crianças veio após conversa com tia Eva (Figura 89):

“A gente queria usar só aos domingos o espaço dela. Mas, ela é só focada nela. Digo que o projeto é da Eva, não da Comunidade Novo Glicério, como ela pintou no muro. Não tenho muito a oferecer aqui para os garotos. A gente não tem bebedouro ou banheiro. Mas, como ninguém projetou nada, acho que a gente precisava tomar conta para não ficar de novo abandonado. Digo invadir mesmo e ocupar. Mas às vezes tenho arrumado confusão com os moradores de rua. A gente precisa saber conversar. Todo sábado a gente está aqui. A gente começa lá pelo horário do almoço e vamos até o começo da noite. Quando vínhamos e não tinha o pessoal da limpeza era muita sujeira. Mas agora que o pessoal está contribuindo fica

²²² Entrevista realizada com Rafael em 27 de outubro de 2016. Na data da entrevista Rafael tinha 25 anos.

²²³ Entrevista realizada com Marta em 8 de novembro de 2016.

²²⁴ Entrevista realizada com Flávia em 12 de novembro de 2016. Na data da entrevista Flávia tinha 33 anos.

mais fácil. É só chegar e começar a jogar. Quero que aqui todos os garotos possam usar. Seria bom a gente construir junto o espaço. Quem sabe propor outras coisas, além do futebol”.

(89) Localização da praça dos Bombeiros e do projeto Comunidade Novo Glicério, gerido por tia Eva, no bairro do Glicério. Os garotos que participavam do projeto Comunidade Novo Glicério, em 2015, moravam sobretudo no bairro. As aulas de futebol eram realizadas antes ou depois do período escolar²²⁵.

²²⁵ Informação obtida em entrevista com tia Eva em 26 de maio de 2015.

(90)

(91)

(92)

(93)

(94)

(90), (91), (92) e (93) O espaço, no final de 2016, estava sendo bastante frequentado durante a semana. As pessoas frequentavam por diferentes motivos: para comer uma marmita, encontrar um amigo ou caminhar com o cachorro. **(94)** Aos sábados, as atividades nas quadras poliesportivas eram organizadas por Flávia.

Flávia já pensava em trabalhar no bairro bem antes da conversa com tia Eva, havia cerca de oito anos²²⁶. A iniciativa dela decorreu por causa de ser mãe de cinco filhos, quatro deles meninos, que sempre gostaram de jogar futebol. Quando se separou do pai dos garotos, nos anos 2000, ele não manteve mais o contato. Foi o momento em que ela assumiu toda a responsabilidade pela educação dos filhos. Como morava em um dos cortiços da rua dos Estudantes e o lugar tinha pouco espaço para recreação, Flávia passou a procurar espaços para levar os garotos. Ela conhecia a dona de uma quadra na rua Tomaz de Lima, no Glicério, e essa mulher deixou que os meninos jogassem futebol de graça por volta de 30 minutos aos domingos. Os garotos começaram a contar sobre a atividade para os amigos, e as mães pediam para Flávia levar seus filhos também. Às vezes, ela chegava à quadra com 20 garotos.

Em 2008, a dona da quadra não os deixou frequentar o espaço mais. Flávia decidiu então tentar se associar a outros atores sociais do bairro, mas não obteve sucesso. Seu anseio expressa a mesma vontade de outros atores sociais do Glicério em querer contribuir e transformar a realidade que vivem.

Há diversos projetos no bairro, mas eles se configuram como atividades isoladas que pouco dialogam entre si. Isso levanta uma questão: será que essas iniciativas são capazes de propor um real enfrentamento da realidade ou serve apenas como paliativo?

As questões que surgiram do estudo de projetos em andamento no Glicério de agosto a dezembro de 2016 revelam que, embora existam espaços públicos configurados ali, há problemas na construção de espaços públicos que, de fato signifiquem para os moradores lugar de permanência e convívio. Não é apenas uma questão de gestão, a exemplo do que acontece no viaduto Alcântara Machado. O bairro apresenta um “uso público” bastante diversificado. As pessoas estão nas ruas, sentadas na soleira de algum estabelecimento comercial ou nas cadeiras dos bares. Foi possível notar diferentes tipos de sociabilidade, porém poucos indícios de um “querer” e de um “fazer” em comum. Pelo contrário, grande parte dos moradores exhibe uma postura passiva: entendem que o poder público deve ser o responsável pelas

²²⁶ Informação obtida em entrevista com Flávia em 12 de novembro de 2016.

mudanças desejadas. Postura oposta à dos atores sociais em suas frentes de trabalho. Sem a construção de um espaço público que os represente, é pouco provável que ocorra uma reflexão sobre o bairro e que as pessoas se interessem em participar da construção da cidade.

Considerações Finais

Nos últimos anos, intervenções que não preveem grande aporte projetual arquitetônico estão se realizando com maior frequência em estruturas urbanas. A maioria dessas intervenções permanece em áreas que possuem um referencial urbano construído e integram a programação de festivais ou de eventos esporádicos. No entanto, tais intervenções, a partir da inserção de um espaço público temporário, permitem aos moradores refletir sobre e usar territórios que percebem negativamente ou que lhes parece ter pouco ou nenhum valor.

Tanto iniciativas do poder público como da sociedade civil podem cumprir esse papel de configurar espaços públicos temporários. Em 2010, a Prefeitura de São Paulo instalou uma pista de patinação no gelo no Vale do Anhangabaú, sob o viaduto do Chá, na região central²²⁷. Durante a Virada Esportiva de 2012, a prefeitura fixou no mesmo viaduto uma tirolesa²²⁸ (Figura 95), semelhante à que é instalada espontaneamente no viaduto Doutor Arnaldo, desde a década de 1990.

Em uma atividade lúdica durante a Virada Cultural de 2013²²⁹, o coletivo Basurama instalou no mesmo viaduto do Chá balanços feitos de pneus descartados, reeditando a intervenção feita no Minhocão também em 2013. A intervenção “A Cidade É Para Brincar. Sou Criança de 0 a 99 Anos”, retornou ao Vale do Anhangabaú dois anos depois, no festival Mês da Cultura Independente (Figuras 96 e 97).

²²⁷ No calor, SP ganha pista de patinação no gelo ao ar livre. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 dez. 2010. Cotidiano 2, p. 4.

²²⁸ TORRES, Iuri de Castro. Anhangabaú “radical” tem fila na virada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 jul. 2012. Primeiro Caderno, p. 15.

²²⁹ O projeto para a Virada Cultural de 2013 foi outra intervenção realizada em espaços públicos de São Paulo pelo Basurama. Um trabalho desenvolvido, desde 2007, no Brasil. Disponível em: <<http://basurama.org/pt-br/projetos/a-cidade-e-para-brincar-virada-cultural-2013-2/>>. Acesso em: 20 de fev. de 2017.

O Minhocão, renomeado em 2016 como elevado Presidente João Goulart²³⁰, tornou-se uma espécie de vazio temporário a partir de 1989, quando passou a ser interditado ao trânsito de veículos durante a semana entre as 21h30 e as 6h30, após decreto da prefeita Luiza Erundina. Anos depois, com sua interdição também aos domingos e, mais recentemente, desde 2015²³¹, aos sábados, a estrutura passou a ser ocupada de diversas maneiras, por atividades individuais ou de grupos, variando de uma simples caminhada a iniciativas como a instalação de balanços ou a realização de piqueniques, churrascos e bazares. Também foi palco de ações mais organizadas, como os festivais promovidos pelo grupo BaixoCentro, cujo mote era “a cidade é um espaço de todos e as ruas são para dançar”²³².

A instalação de balanços na estrutura do Minhocão pelo Basurama contou com a parceria de mais dois coletivos: MUDA e Sociedade Anônima. Intitulada “Balançar, eu Adoro!”, a intervenção integrou a proposta “Parque de Diversões Minhocão” para o Festival BaixoCentro de 2013²³³ (Figuras 98 e 99). No mesmo ano, 2013, o projeto “Piscina no Minhocão”, organizado pela arquiteta Luana Geiger, em parceria com o grupo BaixoCentro, seria implantado no seu tabuleiro (Figura 100).

Embora o projeto “Piscina no Minhocão” integrasse a programação da X Bienal de Arquitetura de São Paulo, ele foi vetado pela subprefeitura da Sé. A prefeitura alegou que o prazo de solicitação para a realização do evento não foi observado pelos organizadores²³⁴. De acordo com a subprefeitura, qualquer

²³⁰ Anteriormente era nomeado de elevado Presidente Costa e Silva. Disponível em: Minhocão passa a se chamar João Goulart. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 2016. Cotidiano, p. 8.

²³¹ A Lei que permitiu a interdição do Minhocão também aos sábados foi a (PL) 22/2015 de autoria do vereador José Police Neto. Disponível em: <<http://www.camara.sp.gov.br/blog/projeto-de-lei-pretende-fechar-minhocao-tambem-aos-sabados/>>. Acesso em: 20 de fev. de 2017.

²³² Os festivais ocorreram em três edições, 2012, 2013 e 2014, na região do Minhocão e englobou os bairros de Santa Cecília, Vila Buarque, Campos Elísios, Barra Funda e Luz. Em todos os festivais, adotou-se o conceito de “cuidadoria”, processo em que os produtores, artistas e participantes poderiam contribuir na realização das intervenções. Disponível em: <<http://baixocentro.org/>>. Acesso em: 20 de fev. de 2017.

²³³ Arquitetos, designers e ativistas se reuniram para criar um parque de diversões, em 2013, o qual pôde ser desfrutado de maneira gratuita durante o Festival BaixoCentro no Minhocão. Disponível em: <<http://basurama.org/pt-br/projetos/parque-de-diversoes-minhocao-2/>>. Acesso em: 20 de fev. de 2017.

²³⁴ A proposta da piscina também se fundamentou em: “As águas da cidade de São Paulo, normalmente canalizadas nos fundos de vale são poeticamente elevadas sobre uma obra emblemática do

intervenção em espaços públicos da cidade, principalmente quando envolvem mais de 250 pessoas, precisa solicitar autorização ao menos 30 dias de antecedência. O projeto foi retomado, e a piscina com 50 m de comprimento e 30 cm de profundidade foi instalada no ano seguinte (Figura 101), ao custo de R\$ 8.257, arrecadados entre 176 pessoas pelo sistema de *crowdfunding*²³⁵ – financiamento coletivo.

rodoviarismo”. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/prefeitura-veta-instalacao-de-piscina-no-minhocao-neste-domingonbsp-01122013>>. Acesso em: 20 de fev. de 2017.

²³⁵ O autor da ideia apresenta a sua proposta em uma plataforma online (Catarse, Kickante, Benfeitoria) e diz o quanto quer captar. Através deste sistema, indivíduos que se interessam em apoiar o projeto fazem doações – cada um dá o que quer ou o que pode. Em troca, o dono do projeto oferece uma recompensa. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/pme/noticias/fenomeno-do-crowdfunding-ganha-forca-no-brasil>>. Acesso em: 21 de fev. de 2017.

(95)

(96)

(97)

(95) A tirolesa instalada no viaduto do Chá, em 2012, permitiu atravessar o Vale do Anhangabaú na Virada Esportiva. **(96)** e **(97)** Também no viaduto, em 2013, os balanços propostos pelo coletivo Basurama exploraram o local de maneira lúdica na busca de enfatizar a importância dos espaços públicos serem um ponto de encontro e de interação nas cidades.

(98)

(99)

(100)

(101)

(98) e (99) Os balanços instalados pelo coletivo Basurama, com a ajuda do MUDA e do Sociedade Anônima, em 2013, no Minhocão receberam o nome de “poltrona de pneus”. Seus criadores disponibilizaram online²³⁶ as instruções necessárias para instalá-los em outros locais da cidade. (100) e (101) O projeto “Piscina no Minhocão” de autoria da arquiteta Luana Geiger, foi implantado em março de 2014.

²³⁶ Maiores informações consultar:
<<https://docs.google.com/file/d/0B5Y5Nd6FLcFbdjctaGxiYVlvQXM/edit>>. Acesso em: 21 de fev. de 2017.

Essas intervenções realizadas no Minhocão foram propostas muitas vezes por jovens que viajaram para outros países e conheceram outros modos de propor espaços públicos, se valendo para isso de formas horizontais de gestão amparadas nas redes sociais. Ao retornar ao Brasil, esses jovens passaram a se articular em coletivos a fim de promover esse tipo de intervenção, o que resultou em outros meios de experienciar a cidade e conduziu a práticas colaborativas.

As diversas possibilidades de apropriação do elevado motivaram, em 2013, o surgimento da Associação Amigos do Parque Minhocão²³⁷. A entidade apartidária e sem fins lucrativos visa implantar no elevado um parque linear para pedestres e ciclistas. Também inspiraram os associados as transformações que o High Line²³⁸, promoveu em Nova Iorque a partir da intervenção que recebeu em 2009 e 2011. Ainda que não defina um projeto para a intervenção, pois considera que a cidade deve propô-lo, a associação já colheu cerca de 7 mil assinaturas de apoiadores desde sua fundação em 2013²³⁹.

Um primeiro passo em direção à implantação do Parque Minhocão foi o projeto de Lei N° 10/2014²⁴⁰. Pelo seu texto, haverá um cronograma de implantação gradativa do parque até a completa desativação da estrutura como via de trânsito. O projeto também determina que a administração pública ficará responsável por incentivar atividades culturais, esportivas e de lazer na área, sendo que a gestão desse processo deve ser democrática e participativa, conduzida por um conselho gestor horizontal.

²³⁷ A associação imagina um parque no Minhocão com equipamentos sociais pontuados em seus 2,8 km de extensão. Disponível em: <<http://minhocao.org/>>. Acesso em: 21 de fev. de 2017.

²³⁸ O parque linear de aproximadamente 2,5 km, projeto do escritório Diller Scofidio + Renfro, em 2009 e 2011, está a 8 m de altura e atravessa três bairros da cidade. Disponível em: <<https://novayork.com/high-line>>. Acesso em: 21 de fev. de 2017.

²³⁹ Disponível em: <<http://minhocao.org/>>. Acesso em: 21 de fev. de 2017.

²⁴⁰ A Lei, de 2014, prevê que caso a Prefeitura de São Paulo não cumpra as suas obrigações deverá transferir, por mês, R\$ 100 mil do setor de publicidade para o setor de implantação de parques. Disponível em: <<http://saopaulo.votenaweb.com.br/projetos/pl10-2014>>. Acesso em: 21 de fev. de 2017.

A desativação do Minhocão se tornou lei com a aprovação do Plano Diretor Estratégico de 2014, em seu artigo 375²⁴¹:

“Parágrafo único, lei específica deverá ser elaborada determinando a gradual restrição ao transporte individual motorizado no Elevado Costa e Silva, definindo prazos até sua completa desativação como via de tráfego, sua demolição ou transformação parcial ou integral, em parque” (Lei Nº 16.050, de 31 de julho de 2014).

Apesar das medidas visando a transformação do Minhocão, uma pesquisa do Instituto Datafolha de 2014 indicou que 53% dos entrevistados desejavam que ele permanecesse como está²⁴². Outros 23%, apoiavam a ideia do parque elevado, e 7%, prefeririam a sua demolição. Um resultado que reflete as diferentes visões sobre o assunto, manifestadas nas audiências públicas²⁴³. Nas audiências, em 2014, houve quem dissesse que, com a intervenção, o local seria transformado em uma “favela suspensa”²⁴⁴, referindo-se aos moradores de rua e aos usuários de drogas que se abrigam no seu baixo. Entre os que tinham opinião favorável à desativação, o fim da fuligem e do ruído vindos dos veículos que ali trafegam foram citados como vantagens que garantiriam o retorno da qualidade ambiental na área.

Estas contraposições demonstram que a proposta para o Minhocão deve acolher diferentes visões e entender que a transformação em parque elevado não é capaz de contemplar os desejos de todos os moradores sozinha. Trata-se de uma intervenção em uma realidade caracterizada por um contexto social, econômico e etário diverso, que não pode ser simplesmente anulado.

²⁴¹ Maiores informações consultar: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Plano-Diretor-Estrat%C3%A9gico-Lei-n%C2%BA-16.050-de-31-de-julho-de-2014-Texto-da-lei-ilustrado.pdf>>. Acesso em: 21 de fev. de 2017.

²⁴² Igualmente indicou a pesquisa, em 2014, que a manutenção do Minhocão como está, ser uma condição mais alta entre os mais velhos (65%), enquanto a sua transformação em parque, mais alta entre os jovens (32%). Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/09/1521187-53-defendem-que-minhocao-deve-mantido-como-esta.shtml>>. Acesso em: 22 de fev. de 2017.

²⁴³ Uma das únicas propostas que agradou a todos os moradores nas audiências públicas, em 2014, seria a criação de um parque linear ao nível do solo, a partir da demolição da estrutura do Elevado. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-criacao-de-parque-divide-moradores-da-regiao-do-minhocao,07db6c9743f58410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 22 de fev. de 2017.

²⁴⁴ Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-criacao-de-parque-divide-moradores-da-regiao-do-minhocao,07db6c9743f58410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 22 de fev. de 2017.

Algumas ideias para o baixio do Minhocão foram apresentadas ao público em 2016, no projeto “A Marquise do Minhocão”²⁴⁵. Pela proposta elaborada pelo escritório Tryptyque em parceria com o paisagista Guil Blanche, o baixio seria dividido em trechos e receberia quatro módulos de programa: cultura, alimentação, serviços e comércio (Figura 102). Um de seus aspectos positivos é a tentativa de promover um sentimento de segurança no local, uma das principais queixas dos moradores de seu entorno. Sentimento que possivelmente só será alcançado a partir do convívio e dos desdobramentos de uma vida pública, como ocorre quando nas ruas há um pequeno mercado, uma padaria ou banca de jornal, serviços que as pessoas necessitam no seu dia a dia e as fazem “usar” a cidade.

(102) Com o intuito de respeitar a identidade da comunidade local para o desenvolvimento do projeto, apresentado em 2016, houve uma consulta aos moradores que compartilharam seus desejos sobre o Minhocão. O projeto pretende convidar a cidade e seus habitantes para olharem o baixio do Minhocão segundo um ambiente produtivo e não apenas como um local de passagem por ser degradado.

²⁴⁵ A proposta da Triptyque, de 2016, também prevê iluminar com luz natural o baixio através de aberturas entre as pistas do Minhocão. Disponível em: PORTAL VITRUVIUS. A marquise do Minhocão. **Projetos**, São Paulo, ano 16, n. 183.04, Vitruvius, mar. 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/16.183/5971>>. Acesso em: 22 de fev. 2017.

Em 2013, no anseio de expressar o potencial dessas práticas informais e colaborativas, a X Bienal de Arquitetura de São Paulo, cujo título foi “Cidades: Modos de Fazer, Modos de Usar”, selecionou trabalhos que mostravam que as cidades podem ser espaços de desejo e de satisfação desse desejo. Os atos do “fazer” e do “usar” a cidade expostos na Bienal não se separam, pois usá-la é fazê-la e vice-versa. A ponto de sua crescente complexidade não ser passível de análise e descrição sem antes compreender seus fazeres e usos em diálogo (WISNIK; NOBRE; NOBRE, 2013).

Para quem desenvolve tais intervenções está claro que o futuro urbano não deve ser semelhante ao presente, mas uma vez que não conseguem imaginá-lo muito diferente, as ações desenvolvidas são frequentemente pautadas no imediatismo, isto é, no “fazer aqui e agora” (SOUZA, 2010, p. 316). De forma que novas sinergias acabam se construindo entre vários atores sociais, com a finalidade de “melhorar” à cidade e de encorajar os cidadãos a “ser um ativo” na produção da vida cotidiana (ATHANASSIOU; KAPSALI; KARAGIANNI, 2015, p. 3).

As questões de envolvimento civil para “melhorar” o espaço urbano, por vezes sem a ajuda do poder público, coincidem com o que vem sendo recomendado pelo *tactical urbanism*²⁴⁶ – urbanismo tático. Essa prática, na busca de propor pequenas soluções para aprimorar a habitabilidade de ruas, quadras e bairros, sugere às comunidades o engajamento em algum projeto coletivo. Essa estratégia decorre da constatação de que as cidades não dispõem mais de grandes recursos para fazer mudanças e de que os benefícios sociais ou econômicos dos habituais projetos urbanos é algo que não se pode mais garantir²⁴⁷.

Apesar de representarem transformações na pequena escala, quando essas estratégias são implantadas elas podem significar soluções duradouras, devido ao envolvimento das pessoas e ao desenvolvimento de um sentimento de apoio às ações

²⁴⁶ O termo circulou pela primeira vez na conferência CNU NextGen, em 2010, através do urbanista Mike Lydon. Para a criação do termo, Lydon se inspirou em um *post* do blog Faslanyc – publicado no mesmo ano – no qual se discutia as melhorias da pedestrianização da Times Square, em Nova Iorque. Disponível em: <https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol_2_final>. Acesso em: 22 de fev. de 2017.

²⁴⁷ A participação das pessoas na implantação dos projetos coletivos pode promover o aparecimento de outras propostas interessantes. Disponível em: <https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol_2_final>. Acesso em: 22 de fev. de 2017.

empreendidas (LYDON; GARCIA, 2015, p. 15). Até mesmo, as intervenções táticas podem ser usadas como teste para a aplicação de novos conceitos e experiências, antes do emprego definitivo de recursos financeiros pelo poder público²⁴⁸.

Nos baixios dos viadutos Alcântara Machado e do Glicério, embora fique claro em algumas entrevistas que o poder público não é atuante, também é claro que sua presença, se faz sentir ali, superando o senso comum de que “o Estado não existe”. Por trás dessa afirmação existe a expectativa de um Estado provedor de todas as necessidades da sociedade. Se abordamos esses espaços intersticiais a partir dessa perspectiva, só se encontrarão ausências. Por outro lado, cabe entender de que modos o Estado se faz presente. Ele poderia mobilizar permanentemente forças de repressão e segurança para despejar a população em situação de rua e os atores sociais, mas não o faz. No lugar disso, mobiliza recursos variados, como termos de cooperação, convênios, chamadas públicas, faz vista grossa às informalidades, permite locações irregulares, estabelece esses espaços como locais de guardar apetrechos de garis. Não é de forma nenhuma um Estado ausente. É um estado fragmentado, que trabalha com uma realidade muito dura, realidade que com muita facilidade estoura em crises nesses espaços.

A mobilização dos atores sociais nos viadutos reflete um princípio que tem pautado a administração pública contemporânea: a capacidade dos moradores de se mobilizar e organizar as suas demandas. Isso revela que esse processo não é tão novo, especialmente quando olhamos para outros territórios da cidade, fora do seu eixo tradicional de análise. O Estado só tem conseguido mobilizar alternativas de ocupação dos baixios de viadutos se têm interlocutores. São na maior parte das vezes sujeitos, pessoas físicas que pegam responsabilidades para si. Às vezes isso acontece por um sentimento de dever quase religioso, e às vezes isso faz parte de ação religiosa de fato, como a Organização do Auxílio Fraternal. Mas também ocorre por meio de atores sociais como Garrido, Fátima, Maria Aparecida, Irmã Derly, Flávia e tia Eva. Esses espaços são importantes para esses sujeitos como locais de realização de projetos,

²⁴⁸ Disponível em: <https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol_2_final>. Acesso em: 22 de fev. de 2017.

mas igualmente como fonte de poder, e algumas vezes, de sobrevivência e, por vezes, local de prática de abusos.

Não é raro que, para que os projetos se viabilizem, sejam mobilizadas práticas ilegais como a cobrança pelo uso dos espaços públicos. Embora não se possa defender esse tipo de ação, o fato é que um pacto de silêncio é construído em torno dela. Do pacto fazem parte o gestor do espaço, que sem isso não consegue alavancar recursos para suas práticas, mas também o Estado, porque para o administrador público, a alternativa a fazer vista grossa para essas práticas seria o fim dos projetos. Disso resultaria um ônus maior para o Estado e provavelmente qualidades espaciais mais precárias, como a favelização do baixio do viaduto.

Ao viver na informalidade, os atores sociais demonstram habilidade para superar os problemas do cotidiano. Apesar de utilizarem áreas de pouco prestígio na cidade para seus projetos, acabam suscitando ameaças de remoção. Os projetos são capazes de produzir efeitos virtuosos às suas circunvizinhanças, como a promoção do sentimento de segurança nas ruas ou mesmo a oferta de uma área de lazer. No entanto, eles se limitam a si, não existem relações ao longo dos baixios. Cada projeto permanece isolado em seu cercamento, apesar de saber quem está ao seu lado.

A compreensão do que é um espaço público por quem está nos baixios é algo bastante contraditório. Como intervieram na área e a mantém, na maioria das vezes os atores sociais agem como se acreditassem que ela pertença a eles, ainda que proponham um uso à comunidade e tenham a princípio se baseado no ideal de “bem comum” para a implantação das iniciativas. A discussão desses baixios de viadutos como espaços públicos não avança em grande parte devido às dificuldades diárias de manutenção dos projetos, de modo que cada ator social assumiu uma postura de não envolvimento com o problema do outro.

Nos projetos há certo consenso sobre espaço público ser um lugar que precisa de alguém para tomar conta a fim de evitar sua depredação ou um uso visto como inadequado. Os atores sociais de alguns projetos não acreditam na capacidade de os usuários se envolverem com os cuidados do local. Mostram-se resistente a deixar

alguém propor atividades ou mudanças no espaço, e assim as iniciativas acabam geridas sob uma única visão: a sua.

Quando se falava sobre um viaduto a pessoas que ocupavam ou atuavam em outros, elas normalmente sabiam quais eram os usos deles e tentavam estabelecer comparativos do tipo: “Mas aqui no Glicério não tem favelas como lá no Alcântara Machado” ou “Lá (viaduto do Glicério) as pessoas não usam, já aqui (viaduto Alcântara Machado) vem até criança. É diferente moço”. Isso demonstra que elas têm consciência da paisagem urbana e que os viadutos fazem parte de seus referenciais, mesmo que sejam vistos apenas como elementos de suporte ao trânsito da cidade ou como um local degradado.

Todos os projetos nos viadutos são pautados pelo imprevisto, desde a vedação das estruturas aos equipamentos. Igualmente, muitas vezes eles apresentam uma grande capacidade de reunir diferentes funções para atingir diferentes públicos (crianças, adolescentes e adultos), configurando nova perspectiva social. Não existem grandes dificuldades para os atores sociais em recorrer ao investimento privado na forma de doações, porque, em muitos casos, crianças e trabalhadores dependem diretamente do projeto.

Por meio deste estudo, ao colocar em contraste as novas experiências de intervenção com o que já existe há décadas nos baixios dos viadutos, foi possível compreender a necessidade de uma combinação de usos, incluindo os mais banais e corriqueiros, para contrapor um imaginário urbano no qual os baixios são “terras de ninguém”. Se esse for o caso, a resignificação da estrutura urbana por meio de formas alternadas de uso, ora para lazer, ora para ócio, ora para transgressão. Imagina-se então o uso dos baixios dos viadutos como meio de minimizar seus impactos inóspitos, e tais ações podem ser mais significativas do que a demolição ou a constituição de um parque elevado.

A questão da qualificação dos espaços públicos tidos como residuais em São Paulo é ainda muito desafiadora e está em aberto. Se por um lado existem novos conteúdos no debate, novos movimentos abertos para as potencialidades que esses espaços representam e uma nova sensibilidade e capacidade de enfrentamento dos

desafios, existem também os riscos de tratar essa nova energia e formulações como novidade, como moda, tornando mais uma vez invisíveis aqueles que enfrentam esse desafio há décadas, lidando com seus dilemas e suas respostas, sempre imperfeitas.

Referências

Bibliográficas

ATHANASSIOU, Evangelia; KAPSALI, Matina; KARAGIANNI, Maria. Citizen's participation in urban governance in crisis-stricken Thessaloniki (Greece): post-political urban project or emancipatory urban experiments?. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE IDEAL CITY: BETWEEN MYTH AND REALITY, 21, 2015, Urbino. **Anais eletrônicos...** Urbino: RC21, 2015. Disponível em: <<http://www.rc21.org/en/wp-content/uploads/2014/12/C2-Athanassiou-Kapsali-Karagianni.pdf>>. Acesso em: 23 de fev. 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo Social**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 261-273, 2015.

DOMINGUES JR., Paulo Lourenço. **Cooperativa e a construção da cidadania da população de rua**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FRÚGOLI JR., Heitor. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GROSTEIN, Marta Dora. Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis". **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 13-19, 2001.

GUATELLI, Igor. **Condensadores urbanos baixo do Viaduto do Café: academia Cora Garrido**. São Paulo: Fundo Mackenzie de Pesquisa, 2008.

HESS, Charlotte. Mapping the new commons. In: INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF THE COMMONS, 12, 2008. Cheltenham. **Anais eletrônicos...** Cheltenham: IASC, 2008. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1356835>>. Acesso em: 23 de fev. 2017.

KAMVASINO, Krystallia. Vague parks: the politics of late twentieth-century urban landscapes. **Architectural Research Quarterly**, Cambridge, v. 10, n. 3-4, p. 255-262, 2006.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. **Tactical urbanism: short-term action for long-term change**. Washington: Island Press, 2015.

MAGNI, Ana Amélia Calaça; GÜNTHER, Wanda Maria Risso. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 146-156, 2014.

PAGANO, Celeste B. DIY urbanism: property and process in grassroots city building. **Marquette Law Review**, Milwaukee, v. 97, p. 334-384, 2014.

PELBART, Peter Pál. Parque Augusta. Ou um desejo de rua. **Minha Cidade**, São Paulo, ano 15, n. 176.03, Vitruvius, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.176/5455>>. Acesso em: 23 de fev. 2017.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. Terrain vague. In: DAVIDSON, C. C. (Ed.). **Anyplace**. Cambridge, MA: MIT Press, p. 118-123, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes. Which right to which city? In defence of political-strategic clarity. **Interface: a journal for and about social movements**, v. 2, n. 1, p. 315-333, 2010.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (Org.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

WISNIK, Guilherme; NOBRE, Ligia; NOBRE, Ana Luiza. Cidade: modos de fazer, modos de usar. **Drops**, São Paulo, ano 14, n. 074.06, Vitruvius, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/14.074/4962>>. Acesso em: 23 de fev. 2017.

WORTHAM-GALVIN, Brooke D. An anthropology of urbanism: how people make places (and what designers and planners might learn from it). **Footprint**, Delft, v. 7, n. 2, p. 21-40, 2013.

Periódicos

PENTEADO, Gilmar. SP quer expulsar moradores de viadutos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jul. 2000. Cotidiano, p. 3.

VIVEIROS, Mariana. Casa para morador de viaduto fica no papel. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 set. 2000. Cotidiano, p. 1.

SILVA, João Carlos. Morador de viaduto terá plano de R\$ 5 milhões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2001. Cotidiano, p. 5.

Convite de inauguração. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 maio 1967. Primeiro Caderno, p. 5.

Favela marco zero. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jun. 1967. Primeiro Caderno, Capa.

Faria abre feira nova. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 1968. Primeiro Caderno, p. 10.

Feiras livres nas atrapalham moradores. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 set. 1985. Segundo Caderno, p. 25.

ALONSO, George. Viadutos de SP viram favelas improvisadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 jun. 1991. Cotidiano, p. 4.

RUBERTI, Irene. Estudo mostra mudança de perfil de sem-teto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 abr. 1991. Cotidiano, p. 4.

AGORA SÃO PAULO. Fogo mata 1 e destrói 80 barracos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 1999. Primeiro Caderno, p. 14.

ESTANISLAU, Maria. Sem-teto vai ganhar banheiro em viaduto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jan. 2001. Cotidiano, p. 1.

PENTEADO, Gilmar. SP quer expulsar moradores de viadutos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jul. 2000. Cotidiano, p. 3.

SILVA, José Carlos. Morador de viaduto terá plano de R\$ 5 milhões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2001. Cotidiano, p. 5.

ALENCAR, Izidoro. SP paga caro para ter “guincho de luxo”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 abr. 2002. Cotidiano, p. 1.

Gestão Haddad fecha espaços para moradores de rua. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 ago. 2014. Cotidiano, p. 6.

CECCONELLO, Carlos; MACHADO, Rodrigo. Academia de boxe sob viaduto troca sucata por “padrão FIFA”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jul. 2014. Cotidiano, p. 3.

LOMBARDI, Renato. Tráfico ordena toque de recolher no Glicério. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 nov. 2002. Cidades, p. 1.

SANT’ANNA, Emilio. Bairro negro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 maio 2015. Cotidiano, p. 3.

Ônibus do Litoral pára no Glicério. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 nov. 1972. Primeiro Caderno, p. 46.

Terminal do Glicério em operação dia 1°. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 mar. 1973. Primeiro Caderno, p. 9.

A Praça Clóvis mudou-se para o Glicério. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 ago. 1973. Primeiro Caderno, p. 44.

Secretário confirma mudança no terminal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 out. 1981. Primeiro Caderno, p. 11.

Feiras em baixo de todo viaduto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1974. Segundo Caderno, p. 18.

Terminal do Glicério abrigará feiras livres. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jan. 1983. Segundo Caderno, p. 18.

A deterioração urbana cresce sob os viadutos. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 maio 1973. Primeiro Caderno, p. 50.

Pronto-socorro no Terminal Glicério. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 jan. 1983. Primeiro Caderno, p. 8.

Ex-terminal passa a abrigar feira livre. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1983. Primeiro Caderno, p. 16.

Carentes ocupam os banheiros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 fev. 1983. Primeiro Caderno, p. 18.

Prefeitura exige saída das famílias de antigo terminal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 1984. Cidades, p. 13.

Remoções de barracos do viaduto deve terminar hoje. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 1986. Cidades, p. 13.

Homens da rua têm ajuda. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 1982. Terceiro Caderno, p. 28.

“Sofredores” organizam-se nas sopas sob os viadutos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 1983. Primeiro Caderno, p. 13.

Sofredores da rua reúnem-se para atividades comunitárias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 set. 1984. Primeiro Caderno, p. 15.

KOTSCHO, Ricardo. Excluídos de São Paulo montam sua cidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 abr. 2001. Cotidiano, p. 8.

DEL RÉ, Adriana. Associação cria lar sob viaduto. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 out. 2000. Seu Bairro, p. 3.

FOLGATO, Marisa. Vão de viaduto terá centro para morador de rua. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 maio 1995. Cidades, p. 5.

SCHIVARTCHE, Fabio; PRATES, Tharsila. Prefeitura agora tenta limpar o Glicério. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 fev. 2006. Cotidiano, p. 8.

No calor, SP ganha pista de patinação no gelo ao ar livre. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 dez. 2010. Cotidiano 2, p. 4.

TORRES, Iuri de Castro. Anhangabaú “radical” tem fila na virada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 jul. 2012. Primeiro Caderno, p. 15.

Minhocão passa a se chamar João Goulart. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 2016. Cotidiano, p. 8.

Entrevistas

1) Viaduto Alcântara Machado

ACADEMIA DE BOXE DE NILSON GARRIDO		
ENTREVISTADO	IDADE	DATA
Joselito	56 anos	27 de agosto de 2015
Ademir	48 anos	27 de agosto de 2015
Nilson Garrido	59 anos	13 de setembro de 2015
Nilson Garrido	59 anos	24 de maio de 2016
Nilson Garrido	59 anos	18 de agosto de 2016
João	44 anos	16 de fevereiro de 2016
João	44 anos	11 de março de 2016
Robson	31 anos	22 de agosto de 2016
Ari	20 anos	22 de agosto de 2016
José Antônio	35 anos	22 de agosto de 2016
Ricardo	37 anos	16 de setembro de 2016
Abílio	44 anos	18 de agosto de 2016
ÁREA POLIESPORTIVA		
ENTREVISTADO	IDADE	DATA
Pedro Vinicius	31 anos	23 de maio de 2015
José Airton	59 anos	16 de maio de 2015
José Airton	59 anos	15 de março de 2016
Giorgio	52 anos	16 de maio de 2015
Giorgio	52 anos	16 de junho de 2015
Giorgio	52 anos	9 de julho de 2015
Fátima	50 anos	19 de abril de 2016
Fátima	50 anos	22 de abril de 2016
Ramon	25 anos	10 de abril de 2016
Filipe	19 anos	5 de maio de 2016
Larissa	17 anos	10 de abril de 2016
Rafael	21 anos	17 de maio de 2016
Johnnes	16 anos	5 de maio de 2016
Pedro Henrique	16 anos	5 de maio de 2016
Mateo	16 anos	5 de maio de 2016

2) Viaduto do Glicério

COOPERGLICÉRIO		
ENTREVISTADO	IDADE	DATA
Maria Aparecida	49 anos	15 de abril de 2015
Fabiano	36 anos	21 de maio de 2015
Marilene	32 anos	21 de maio de 2015
COMUNIDADE NOVO GLICÉRIO		
ENTREVISTADO	IDADE	DATA
Tia Eva	53 anos	14 de maio de 2015
QUINTAL DA CRIANÇA		
ENTREVISTADO	IDADE	DATA
Irmã Derly	75 anos	13 de agosto de 2015
Iolanda	45 anos	13 de agosto de 2015
Iolanda	45 anos	14 de abril de 2016
Eliana	37 anos	13 de agosto de 2015
Lucimara	43 anos	17 de setembro de 2015
DIREITOS HUMANOS NO VIADUTO		
ENTREVISTADO	IDADE	DATA
Abel	40 anos	18 de novembro de 2015
Moradores de rua	-	19 de agosto de 2016
RUA ANITA FERRAZ		
ENTREVISTADO	IDADE	DATA
Josefa	66 anos	3 de novembro de 2016
Jaqueline	31 anos	10 de novembro de 2016
Leidiane	23 anos	10 de novembro de 2016
PRAÇA DOS BOMBEIROS		
ENTREVISTADO	IDADE	DATA
Pastor Ezequias	-	22 de setembro de 2016
Rosana	27 anos	6 de setembro de 2016
Rafael	25 anos	27 de outubro de 2016
Marta	-	8 de novembro de 2016
Flávia	33 anos	12 de novembro de 2016

Créditos Iconográficos

- (1) Imagem área de São Paulo. Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2017.
- (2) Vista aérea do viaduto Alcântara Machado. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo; Ivo Justino, 1968. Tombo: DIM/0011566/P. Disponível em: <<http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirItemAcervo.aspx?id=467835>>. Acesso em: 24 de fev. de 2017.
- (3) Favela marco zero. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jun. 1967. Primeiro Caderno, p. 1.
- (4) Imagem área de São Paulo. Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2017.
- (5) ESTANISLAU, Maria. Sem-teto vai ganhar banheiro em viaduto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jan. 2001. Cotidiano, p. 1.
- (6) Depósito da CET no baixio do viaduto Alcântara Machado. Acervo pessoal de Fátima, presidente da Associação Esportiva, Social, Cultural Futuro Melhor da Mooca, anos 2000.
- (7) Veículos estacionados no depósito da CET no baixio do viaduto Alcântara Machado. Acervo pessoal de Fátima, presidente da Associação Esportiva, Social, Cultural Futuro Melhor da Mooca, anos 2000.
- (8) Veículo deixando o depósito da CET no baixio do viaduto Alcântara Machado. Acervo pessoal de Fátima, presidente da Associação Esportiva, Social, Cultural Futuro Melhor da Mooca, anos 2000.
- (9) Pertences de moradores de rua no baixio do viaduto Alcântara Machado. Acervo pessoal de Fátima, presidente da Associação Esportiva, Social, Cultural Futuro Melhor da Mooca, anos 2000.
- (10) Moradores em situação de rua, ao lado do depósito da CET, no baixio do viaduto Alcântara Machado. Acervo pessoal de Fátima, presidente da Associação Esportiva, Social, Cultural Futuro Melhor da Mooca, anos 2000.
- (11) Morador de rua com os seus pertences no baixio do viaduto Alcântara Machado. Acervo pessoal de Fátima, presidente da Associação Esportiva, Social, Cultural Futuro Melhor da Mooca, anos 2000.

- (12)** Moradores em situação de rua no baixio do viaduto Alcântara Machado. Acervo pessoal de Fátima, presidente da Associação Esportiva, Social, Cultural Futuro Melhor da Mooca, anos 2000.
- (13)** Imagem área de São Paulo. Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2017.
- (14)** Imagem área de São Paulo. Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2017.
- (15)** Imagem área de São Paulo. Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2017.
- (16)** Imagem área de São Paulo. Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2017.
- (17)** Área da antiga academia para idosos no viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 23 de maio de 2015.
- (18)** Rapaz caminhando ao lado de moradias construídas no baixio do viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 7 de abril de 2016.
- (19)** Moradias construídas no baixio do viaduto Alcântara Machado, onde era a antiga academia para idosos. Fonte: Arquivo do autor, 18 de agosto de 2016.
- (20)** Área da antiga Tenda no viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 23 de maio de 2015.
- (21)** Moradora de rua construindo sua moradia, ao lado da academia de boxe de Nilson Garrido, no viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 18 de agosto de 2016.
- (22)** Ocupação no baixio do viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 23 de maio de 2015.
- (23)** Croqui dos usos do baixio do viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 2016.
- (24)** Croqui da organização dos usos da academia de boxe de Nilson Garrido no viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 2016.
- (25)** Área, ao lado da cozinha, em que sofás foram dispostos e conformaram uma sala na academia de boxe de Nilson Garrido no viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 13 de setembro de 2015.
- (26)** Cozinha da academia de boxe de Nilson Garrido no viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 18 de agosto de 2016.
- (27)** Cozinha da academia de boxe de Nilson Garrido no viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 18 de agosto de 2016.
- (28)** Imagem área de São Paulo. Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2017.
- (29)** Usuários na academia de Boxe de Nilson Garrido, durante o período da manhã. Fonte: Arquivo do autor, 22 de agosto de 2016.
- (30)** Usuários mais jovens na academia de boxe de Nilson Garrido, durante o período da tarde, no viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 16 de setembro de 2016.

- (31)** Usuários conversando na academia de boxe de Nilson Garrido no viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 22 de agosto de 2016.
- (32)** Área em que João ensinava aulas de boxe na academia de boxe de Nilson Garrido no viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 16 de fevereiro de 2016.
- (33)** Octógono na área em que João ensinava aulas de boxe na academia de boxe de Nilson Garrido no viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 16 de fevereiro de 2016.
- (34)** Material esportivo usado nas aulas de boxe dadas por João na academia de boxe de Nilson Garrido no viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 16 de fevereiro de 2016.
- (35)** Material esportivo usado nas aulas de boxe dadas por João na academia de boxe de Nilson Garrido no viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 16 de fevereiro de 2016.
- (36)** Ringue na área em que João ensinava aulas de boxe na academia de boxe de Nilson Garrido no viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 16 de fevereiro de 2016.
- (37)** Croqui da organização dos usos da área poliesportiva no viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 2016.
- (38)** Atividades do projeto Estrelas da Mooca, durante o sábado, no baixio do viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 22 de outubro de 2016.
- (39)** Cadeado na quadra da área poliesportiva do viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 16 de junho de 2016.
- (40)** Grupo de amigos que trabalham em diferentes pizzarias da Zona Leste e jogam futebol, durante a semana, na área poliesportiva do viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 10 de abril de 2016.
- (41)** Jogo dos bolivianos, durante o sábado, na área poliesportiva do viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 22 de outubro de 2016.
- (42)** Alunos do projeto Estrelas da Mooca brincando na área poliesportiva do viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 22 de outubro de 2016.
- (43)** Crianças, filhos de bolivianos, brincando na pista de skate da área poliesportiva do viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 23 de maio de 2015.
- (44)** Motoboy comendo a sua marmita na área poliesportiva do viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 15 de setembro de 2015.
- (45)** Contêineres que abrigam diferentes usos na área poliesportiva do viaduto Alcântara Machado. Fonte: Arquivo do autor, 15 de setembro de 2015.
- (46)** Construção do viaduto do Glicério. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo; Ivo Justino, 1971. Tombo: DIM/0011089/NB. Disponível em: <<http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirItemAcervo.aspx?id=444480>>. Acesso em: 22 de fev. de 2017.

- (47) Construção do viaduto do Glicério. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo; Ivo Justino, 1971. Tombo: DIM/0011095/NB. Disponível em: <<http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirItemAcervo.aspx?id=462895>>. Acesso em: 22 de fev. de 2017.
- (48) Imagem área de São Paulo. Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2017.
- (49) Praça do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 8 de novembro de 2016.
- (50) Usuários na praça do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 8 de novembro de 2016.
- (51) Localização do Terminal do Glicério. Fonte: Ata de funcionamento do Terminal do Glicério, 1980. Material disponível na Biblioteca Neli Siqueira.
- (52) A Praça Clóvis mudou-se para o Glicério. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 ago. 1973. Primeiro Caderno, p. 44.
- (53) GANDRA, José Ruy. Famílias moram nos banheiros do antigo terminal do Glicério. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 out. 1984. Primeiro Caderno, p. 20.
- (54) Pessoas reunidas durante a distribuição da sopa no baixio do viaduto do Glicério. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo; Márcia Inês Alves, 1992. Tombo: DIM/0018255/NA. Disponível em: <<http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirItemAcervo.aspx?id=443955>>. Acesso em: 24 de fev. de 2017.
- (55) Rapaz construindo banquinhos para a distribuição da sopa no baixio do viaduto do Glicério. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo; Márcia Inês Alves, 1992. Tombo: DIM/0018217/NA. Disponível em: <<http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirItemAcervo.aspx?id=442423>>. Acesso em: 24 de fev. de 2017.
- (56) Início da organização da Coopamare no baixio do viaduto do Glicério. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo; Márcia Inês Alves, 1992. Tombo: DIM/0018216/NA. Disponível em: <<http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirItemAcervo.aspx?id=442411>>. Acesso em: 24 de fev. de 2017.
- (57) Imagem área de São Paulo. Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2017.
- (58) Imagem área de São Paulo. Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2017.
- (59) Acesso a Cooper Glicério no baixio do viaduto do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 21 de maio de 2015.
- (60) Entrada da Cooper Glicério no baixio do viaduto do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 21 de maio de 2015.
- (61) Imagem área de São Paulo. Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2017.

- (62)** Academia de boxe de Nilson Garrido no baixio do viaduto do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 17 de setembro de 2015.
- (63)** Vista lateral da academia de boxe de Nilson Garrido no baixio do viaduto do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 13 de agosto de 2015.
- (64)** Alambrado da academia de boxe de Nilson Garrido no baixio do viaduto do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 13 de agosto de 2015.
- (65)** Vista dos equipamentos da academia de boxe de Nilson Garrido no baixio do viaduto do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 17 de setembro de 2015.
- (66)** Alambrado da academia de boxe de Nilson Garrido no baixio do viaduto do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 13 de agosto de 2015.
- (67)** Informe na academia de boxe de Nilson Garrido no baixio do viaduto do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 13 de agosto de 2015.
- (68)** Homem vendendo roupas, próximo a rua do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 14 de abril de 2016.
- (69)** Vendedores na rua do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 25 de agosto de 2016.
- (70)** Vendedores comercializando produtos eletrônicos na rua do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 25 de agosto de 2016.
- (71)** Mulher vendendo milho assado na rua do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 25 de agosto de 2016.
- (72)** Centro de Educação Infantil na rua do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 13 de agosto de 2015.
- (73)** Área em que as crianças lancham na hora do intervalo no Centro de Educação Infantil. Fonte: Arquivo do autor, 13 de agosto de 2015.
- (74)** Área em que as crianças brincam no Centro de Educação Infantil. Fonte: Arquivo do autor, 13 de agosto de 2015.
- (75)** A “Carroça da Leitura”, projeto do Centro de Educação Infantil. Fonte: Arquivo do autor, 13 de agosto de 2015.
- (76)** Croqui dos usos do baixio do viaduto do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 2016.
- (77)** Croqui da organização dos usos do projeto Direitos Humanos no Viaduto no viaduto do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 2016.
- (78)** Área dos “quartinhos” no projeto Direitos Humanos no Viaduto no viaduto do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 18 de novembro de 2015.
- (79)** Sistema de abastecimento de água no projeto Direitos Humanos no Viaduto no viaduto do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 18 de novembro de 2015.

- (80)** Rádio comunitária no projeto Direitos Humanos no Viaduto no viaduto do Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 18 de novembro de 2015.
- (81)** Informe da festa “Arraial no Viaduto” no projeto Direitos Humanos no Viaduto no viaduto do Glicério. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DireitosHumanosNoViaduto/photos/a.558794110926328.1073741830.558541850951554/568192689986470/?type=3&theater>>. Acesso em: 24 de fev. de 2017.
- (82)** Informe da “Feira de Arte e Cultura” no projeto Direitos Humanos no Viaduto no viaduto do Glicério. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DireitosHumanosNoViaduto/photos/a.558794110926328.1073741830.558541850951554/594425364029869/?type=3&theater>>. Acesso em: 24 de fev. de 2017.
- (83)** Imagem área de São Paulo. Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2017.
- (84)** Mulher passeando com o seu cachorro na “pracinha” da rua Anita Ferraz no Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 3 de novembro de 2016.
- (85)** Roupas estendidas na “pracinha” da rua Anita Ferraz no Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 16 de novembro de 2016.
- (86)** Crianças brincando na “pracinha” da rua Anita Ferraz no Glicério, através do projeto do Instituto Barrichello. Fonte: Arquivo do autor, 10 de novembro de 2016.
- (87)** Alunos do Centro de Educação Infantil brincando na rua Anita Ferraz no Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 10 de novembro de 2016.
- (88)** Imagem área de São Paulo. Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2017.
- (89)** Imagem área de São Paulo. Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2017.
- (90)** Usuários na praça dos Bombeiros, durante a semana, no Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 27 de outubro de 2016.
- (91)** Homem comendo a sua marmita na praça dos Bombeiros e aproveitando de blocos como banco. Fonte: Arquivo do autor, 8 de novembro de 2016.
- (92)** Amigos conversando na praça dos Bombeiros no Glicério, também aproveitando de blocos como banco. Fonte: Arquivo do autor, 16 de novembro de 2016.
- (93)** Homem passeando com o seu cachorro na praça dos Bombeiros no Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 18 de novembro de 2016.
- (94)** Crianças participando da iniciativa proposta por Flávia, aos sábados, na praça dos Bombeiros no Glicério. Fonte: Arquivo do autor, 12 de novembro de 2016.

- (95)** Mulher descendo a tirolesa implantada no viaduto do Chá durante a Virada Esportiva de 2012. Disponível em: <<http://jovem.ig.com.br/esportesradicais/2012-06-29/veja-os-destaques-da-virada-esportiva-2012-de-sao-paulo.html>>. Acesso em: 24 de fev. de 2017.
- (96) e (97)** Intervenção “A Cidade É Para Brincar. Sou Criança de 0 a 99 Anos”, em 2013, no viaduto do Chá. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-118456/a-cidade-e-para-brincar-slash-basurama>>. Acesso em: 24 de fev. de 2017.
- (98) e (99)** Intervenção “Balançar, eu Adoro!” do Coletivo Basurama, em 2013, no Minhocão. Disponível em: <<http://basurama.org/projects/parque-de-diversoes-minhocao-2/?lang=pt-br>>. Acesso em: 24 de fev. de 2017.
- (100)** Cartaz, em 2013, convidando para a intervenção “Piscina no Minhocão”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/11/grupo-faz-vaquinha-virtual-para-levar-piscina-de-50-metros-ao-minhocao.html>>. Acesso em: 24 de fev. de 2017.
- (101)** Crianças brincando, em 2014, na intervenção “Piscina no Minhocão”. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000671683/arquiteta-instala-piscina-olimpica-no-minhocao.html>>. Acesso em: 24 de fev. de 2017.
- (102)** Projeto “A marquise do Minhocão”, de 2016, do escritório Triptyque, em parceria com o paisagista Guil Blanche. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/16.183/5971>>. Acesso em: 24 de fev. de 2017.